



Universidade do Estado do Amazonas
Escola Superior de Ciências da Saúde
Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva



Leidy Nara Andrade Soares Pereira

**Coocorrência de Trabalho Infantil e *Bullying* entre adolescentes escolares em
Manaus, Amazonas**

Manaus

2026

Leidy Nara Andrade Soares Pereira

**Coocorrência de Trabalho Infantil e *Bullying* entre adolescentes escolares em Manaus,
Amazonas**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Amazonas.

Linha de Pesquisa 1: Distribuição e determinação dos agravos em saúde na região amazônica (Epidemiologia)

Área de Concentração: Saúde Coletiva.

Orientador (a): Prof.^a Dra. Nathália França de Oliveira

Manaus
2026

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a). **Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.**

P436c	<p>Pereira, Leidy Nara Andrade Soares Coocorrência de Trabalho Infantil e Bullying entre adolescentes escolares em Manaus, Amazonas / Leidy Nara Andrade Soares Pereira. Manaus : [s.n], 2026. 100 f.: color.; 21.0 cm.</p> <p>Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva PPGSC- Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2026. Inclui Bibliografia. Inclui Anexo. Orientador: Oliveira, Nathália França de.</p> <p>1. Adolescência. 2. Bullying. 3. Epidemiologia. 4. Experiências Adversas da Infância. 5. Trabalho infantil. I. Oliveira, Nathália França de (Orient.) II. Universidade do Estado do Amazonas. III. Título</p> <p style="text-align: right;">CDU(1997)614(043.3)</p>
-------	---



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

ATA DA DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DO MESTRADO

Aos 09 dias do mês de abril de 2026, às 13h:00min, de forma híbrida, ocorreu a sessão da Defesa de Dissertação do Mestrado, cujo título da dissertação é: “Coocorrência de Trabalho Infantil e *Bullying* entre adolescentes escolares em Manaus, Amazonas”, apresentada por **Leidy Nara Andrade Soares Pereira**, sob orientação da Prof.^a Dra. Nathália França de Oliveira. A apresentação do trabalho foi realizada em sessão pública, compreendendo exposição da discente em um tempo de 30 a 40 minutos, seguida de arguição pelos examinadores. Ao término dos trabalhos, em sessão secreta, os examinadores exararam seus pareceres, a seguir discriminados:

Prof.^a Dra. Nathália França de Oliveira – Orientadora



Documento assinado digitalmente
NATHALIA FRANCA DE OLIVEIRA
Data: 22/04/2026 16:50:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Aprovada Reprovada

Assinatura.....

Prof.^a Dra. Munique Therense Costa de Moraes Pontes – Membro Titular



Documento assinado digitalmente
MUNIQUE THERENSE COSTA DE MORAIS PONTES
Data: 23/04/2026 11:11:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Aprovada Reprovada

Assinatura.....

Prof.^a Dra. Valeria Lima da Cruz – Membro Titular



Documento assinado digitalmente
VALERIA LIMA DA CRUZ
Data: 18/04/2026 08:37:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Aprovada Reprovada

Assinatura.....

Parecer Final:

Aprovada Reprovada

Proclamados os resultados, foram encerrados os trabalhos e, para constar, eu, Prof.^a Dra. Nathália França de Oliveira presidente da sessão, lavrei a presente ata, que assino juntamente com os demais membros da banca examinadora e remeto à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade do Estado do Amazonas.

Manaus, 09 de abril de 2026.

A Deus, pelas coisas simples, mas essenciais. A Nossa Senhora Aparecida, por todo o amparo espiritual que recebi. À minha avó, à minha mãe e à minha irmã, pois, se hoje ensino e formo indivíduos, é porque elas me ensinaram primeiro. A mim e a todas as sementes que um dia duvidaram que floresceriam.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, de todo o coração, aos autores da minha vida: Deus e Nossa Senhora Aparecida, fontes de luz, sabedoria e refúgio nos momentos em que tudo parecia árido. Sem eles, nada teria germinado — nem o sonho, nem a força, nem a promessa.

À minha avó, mamãezinha, Almira, que teve suas asas cortadas muito cedo e, desde que nasci, me ensinou a voar, permitindo que eu buscasse tudo aquilo que almejasse, mas nunca esquecendo que sempre haveria um lar para o qual eu pudesse voltar. E mesmo nos voos mais solitários, eu nunca estaria sozinha.

À minha mãe, Leitice, que, sob muito sol, fez-me chegar até aqui com sombra e água fresca. Agradeço por todas as batalhas enfrentadas por você para me trazer dignidade, educação e amor, e por nunca ter deixado faltar o pão de cada dia. Seus ensinamentos não cabem em referências teóricas ou títulos acadêmicos, mas vivem em mim como fundamento de tudo o que sou.

À minha irmã, Joreana, fiel conselheira, meu porto seguro e melhor amiga, agradeço a bênção de que em toda circunstância em que desarme minhas armaduras, você estava lá presente, e como uma leoa, defendeu e cuidou de mim, como só uma irmã mais velha cuidaria.

Às minhas tias, que foram segundas mães; aos meus tios, que foram meus segundos pais; e aos meus primos, que foram irmãos na minha caminhada, obrigada por cada vibração em minhas conquistas.

Aos companheiros que a pesquisa me deu: Ruan, que caminha comigo desde a graduação, por lidar com meus medos com mansidão; Valéria, minha dupla do mestrado, que foi meu aconchego e calor de família constante enquanto eu estava longe da minha; Yone, que segurou as pontas da minha procrastinação enquanto eu me restabelecia; e Gabriel, que, em muitos momentos, dispensou o cargo de secretário e foi amigo amoroso e presente. Agradeço pela vida de vocês.

Aos meus amigos onipresentes: Cristiane, que foi abrigo; Adrews, que foi proteção; Agatha que foi ternura; Steffanny, que foi zelo. E, in memoriam, a Sayonara Monteiro e Chibly Abraham, na clara certeza de que, se hoje estamos na terra das criaturas, eles, sendo luzes, estão na terra do Criador. Com vocês, vivenciei todas as linguagens de amor que se pode receber de um amigo e, por isso, sou grata.

Expresso também minha gratidão à Dra. Nathália França de Oliveira, orientadora atenta e firme, pela oportunidade de ser sua orientanda, por ter acreditado no meu potencial e me guiado

com compreensão e experiência. Com você ao meu lado, a trajetória se tornou mais leve e menos solitária.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM), à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UEA, sendo de fundamental importância durante todo o processo do projeto de pesquisa.

À Universidade do Estado do Amazonas (UEA), que a priori me formou enfermeira e, agora, pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, me forma mestre. Aos meus professores, por todo o conhecimento a mim transmitido, desde a sala de aula às rodas de conversas regada à cafés, possibilidades e realizações.

Agradeço este trabalho à criança sonhadora e exploradora que, apesar dos pesares, lutou pelo seu futuro e nunca desacreditou dos lugares onde seus pés poderiam pisar.

A todos que, de alguma maneira, contribuíram para a conclusão deste trabalho e para que eu chegasse tão longe, meu sincero muito obrigada.

“Faça o que pode, com o que tem, onde estiver”.

Theodore Roosevelt

RESUMO

PEREIRA, Leidy Nara Andrade Soares. **Coocorrência de trabalho infantil e *bullying* entre adolescentes escolares em Manaus, Amazonas**. 2026. 99f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2026.

Este estudo investigou a coocorrência do trabalho infantil e do *bullying* entre adolescentes escolares em Manaus, Amazonas, compreendendo-a como uma experiência adversa na adolescência e seus possíveis impactos no desenvolvimento psicossocial. Trata-se de um estudo quantitativo, transversal e de base escolar, realizado com adolescentes de 12 a 17 anos, selecionados por amostragem estratificada proporcional às zonas administrativas da cidade. A coleta de dados ocorreu em duas etapas (2023 e 2024), por meio de questionários padronizados, aplicados por equipe treinada, respeitando os princípios éticos da pesquisa com seres humanos. As análises foram realizadas no software Jamovi, incluindo procedimentos descritivos e bivariados, com estimativa de razões de prevalência (RP) e respectivos intervalos de confiança de 95% (IC95%). Observou-se prevalência de *bullying* de 60,3% e de trabalho infantil de 41,7%, com coocorrência de 27,4% entre os adolescentes. A simultaneidade dessas experiências mostrou-se mais frequente entre adolescentes de 16 a 17 anos e residentes em zonas urbanas socialmente vulneráveis do município. Na análise bivariada, destacaram-se como fatores associados maior idade (RP=5,42), uso de drogas (RP=4,82), repetência escolar (RP=1,99) e expulsão escolar (RP=1,71), além de fatores sociofamiliares como baixa escolaridade do responsável (RP=2,88) e convivência com pessoas que utilizam álcool ou drogas (RP=2,39). A coocorrência também apresentou forte associação com outras experiências adversas, especialmente violência coletiva (RP=3,09), abuso emocional (RP=3,00), negligência emocional (RP=2,71) e abuso sexual (RP=2,48). Conclui-se que trabalho infantil e *bullying* configuram fenômenos interrelacionados e inseridos em contextos de múltiplas vulnerabilidades sociais e familiares. Os achados fortalecem a necessidade de estratégias intersetoriais de prevenção e proteção que integrem ações nos campos da educação, saúde e assistência social, considerando os determinantes individuais, familiares e territoriais envolvidos.

Palavras-chave: Adolescência. *Bullying*. Epidemiologia. Experiências Adversas da Infância. Saúde coletiva. Trabalho infantil.

ABSTRACT

PEREIRA, Leidy Nara Andrade Soares. **Coocorrência de trabalho infantil e *bullying* entre adolescentes escolares em Manaus, Amazonas**. 2026. 99f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2026.

This study investigated the co-occurrence of child labor and *bullying* among school adolescents in Manaus, Amazonas, understanding it as an adverse experience during adolescence and its potential impacts on psychosocial development. This is a quantitative, cross-sectional, school-based study conducted with adolescents aged 12 to 17 years, selected through stratified sampling proportional to the administrative zones of the city. Data collection was carried out in two stages (2023 and 2024) using standardized questionnaires administered by a trained team, in accordance with ethical principles for research involving human subjects. Data analyses were performed using the Jamovi software, including descriptive, and bivariate procedures, with estimation of prevalence ratios (PR) and respective 95% confidence intervals (95% CI). The prevalence of *bullying* was 60.3% and that of child labor was 41.7%, with a co-occurrence rate of 27.4% among adolescents. The simultaneity of these experiences was more frequent among adolescents aged 16 to 17 years and those living in socially vulnerable urban areas of the municipality. In the bivariate analysis, the main associated factors were older age (PR=5.42), drug use (PR=4.82), grade repetition (PR=1.99), and school expulsion (PR=1.71), in addition to sociofamilial factors such as low educational level of the guardian (PR=2.88) and living with individuals who use alcohol or drugs (PR=2.39). The co-occurrence was also strongly associated with other adverse experiences, particularly collective violence (PR=3.09), emotional abuse (PR=3.00), emotional neglect (PR=2.71), and sexual abuse (PR=2.48). It is concluded that child labor and *bullying* are interrelated phenomena embedded in contexts of multiple social and family vulnerabilities. These findings reinforce the need for intersectoral prevention and protection strategies integrating actions in education, health, and social assistance, considering the individual, family, and territorial determinants involved.

Keywords: Adolescence. *Bullying*. Epidemiology. Adverse Childhood Experiences. Public Health. Child Labor.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Tipos e natureza das principais violências que atingem crianças e adolescentes	26
Figura 2. Estimativa e distribuição do número de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos que exerciam trabalho infantil doméstico por sexo - Brasil e Grandes Regiões 2016-2019 (em nº absolutos e em %).....	32
Figura 3. Ciclo da Pobreza	33

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 . Aspectos amostrais para a seleção das escolas e alunos participantes da pesquisa* 46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Características da amostra total estudada e dos fatores individuais dos adolescentes de acordo com a coocorrência (trabalho infantil e <i>bullying</i>), Manaus, Amazonas, Brasil – 2024. .	57
Tabela 2. Características da amostra total estudada e da estrutura familiar dos adolescentes de acordo com a coocorrência (trabalho infantil e <i>bullying</i>), Manaus, Amazonas, Brasil – 2024. .	59
Tabela 3. Características da amostra total estudada e de outras experiências adversas vivenciadas pelos adolescentes de acordo com a coocorrência (trabalho infantil e <i>bullying</i>), Manaus, Amazonas, Brasil – 2024.....	61
Tabela 4. Associação entre a coocorrência de trabalho infantil e <i>bullying</i> e os fatores individuais dos adolescentes, Manaus, Amazonas, Brasil – 2024	63
Tabela 5. Associação entre a coocorrência de trabalho infantil e <i>bullying</i> e da estrutura familiar dos adolescentes, Manaus, Amazonas, Brasil – 2024	65
Tabela 6. Associação entre a coocorrência de trabalho infantil e <i>bullying</i> e outras experiências adversas vivenciadas pelos adolescentes, Manaus, Amazonas, Brasil – 2024	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EAIA	Experiências Adversas na Infância e Adolescência
FNPETI	Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PeNSE	Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
TEPT	Transtorno de Estresse Pós-Traumático
TI	Trabalho Infantil
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 OBJETIVOS	20
1.1 Geral	20
1.2 Específicos	20
2 REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 Adolescência como fase de vulnerabilidade estrutural e relacional	21
2.2 Violência, desigualdades sociais e experiências adversas	25
2.3 Trabalho infantil como violência estrutural e experiência adversa	29
2.4 <i>Bullying</i> como violência interpessoal no contexto escolar.....	34
2.5 Coocorrência de trabalho infantil e <i>bullying</i> : a proposta de um modelo integrador	40
3 METODOLOGIA	44
3.1 Desenho e cenário da pesquisa	44
3.2 População fonte	44
3.3 População de estudo e plano amostral	45
3.4 Coleta e processamento de dados.....	46
3.5 Controle de qualidade	49
3.6 Variáveis de interesse e os instrumentos de aferição.....	49
3.7 Análise dos dados	50
3.8 Aspectos éticos	51
4 MANUSCRITO SUBMETIDO À REVISTA DE ENSINO, EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS	52
4.1 Introdução.....	53
4.2 Material e métodos.....	55
4.3 Resultados e discussão	57
4.4 Conclusão	68
4.5 Referências.....	69
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	74
ANEXOS	80
ANEXO A – Lista de escolas sorteadas	80
ANEXO B – Termo de Autorização para a Coleta dos Dados na Escola	81

ANEXO C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Representante legal (12 a 17 anos)	82
ANEXO D - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido do Adolescentes (12 a 17 anos)....	83
ANEXO E – Instrumento de Coleta de Dados	84
ANEXO F – Aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade do Estado do Amazonas – UEA	96
ANEXO G – Anuência Institucional da Secretaria de Educação e Desporto (SEDUC)	99
ANEXO H – Comprovante de Submissão de Manuscrito à Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas	100

INTRODUÇÃO

A violência é reconhecida como um grave problema social e sanitário. Nas últimas décadas, o Brasil tem apresentado aumento expressivo dos indicadores de violência, especialmente entre homens jovens residentes em periferias urbanas, evidenciando a persistência de desigualdades estruturais e a insuficiência de políticas públicas eficazes de enfrentamento da exclusão social (Oliveira *et al.*, 2022; Cerqueira *et al.*, 2018). Embora o reconhecimento da violência como problema de saúde pública seja relativamente recente no país, a incorporação de outras formas de violência e violação de direitos nesse debate torna-se ainda mais desafiadora, como ocorre com o trabalho infantil (TI) (Oliveira; Costa, 2024).

O TI refere-se a toda atividade econômica e/ou de sobrevivência, remunerada ou não, realizada por crianças ou adolescentes menores de 16 anos, excetuando-se a condição de aprendiz a partir dos 14 anos. Além disso, são consideradas formas de trabalho infantil aquelas atividades que, por suas características, possam comprometer o desenvolvimento físico, psicológico, moral ou social de indivíduos menores de 18 anos, como o trabalho noturno, perigoso ou insalubre (Brasil, 2023a). Nessa perspectiva, o TI configura-se não apenas como um problema econômico, mas como uma forma de violência estrutural, com repercussões diretas sobre a saúde, a escolarização e o bem-estar psicossocial de crianças e adolescentes.

Sendo assim, embora o Brasil tenha realizado ações de repressão ao TI, ainda assim existem milhares de crianças e adolescentes trabalhando e servindo de amparo financeiro as suas famílias e até mesmo ao interesse de terceiros (Corrêa *et al.*, 2024). A violência está diretamente relacionada com o começo da vida social do indivíduo, ainda que possua diferentes dimensões (Pesce, 2009). Segundo Corrêa e seus colaboradores (2024), a violência na infância e na adolescência é de caráter multifatorial e está diretamente ligada a relações com a família, a escola, a características pessoais, como a obesidade e com os diferentes fatores que compõem o convívio social, como o *bullying*.

O *bullying*, definido como uma forma sistemática de violência física, verbal ou psicológica entre pares, afeta milhões de jovens em todo o mundo e tem sido reconhecido como um problema de saúde pública em razão de seus impactos negativos sobre o desenvolvimento físico, emocional e social dos adolescentes. Segundo a OMS, a prevalência do *bullying* entre estudantes varia amplamente, situando-se entre 5% e 45%, a depender da região geográfica e das condições socioeconômicas analisadas (OMS, 2021).

Além disso, a prevalência do fenômeno é influenciada por desigualdades sociais, nível de desenvolvimento econômico, organização dos sistemas educacionais e presença ou ausência de

políticas públicas de prevenção e enfrentamento da violência escolar. Em contextos marcados por maior vulnerabilidade social, discriminação e exclusão, tendem a ocorrer taxas mais elevadas de *bullying*, enquanto ambientes escolares com estratégias de promoção da convivência e mediação de conflitos apresentam menores prevalências (Malta *et al.*, 2022).

No Brasil, o *bullying* configura-se como uma das principais formas de violência no ambiente escolar, afetando um alto contingente de adolescentes, já que de acordo com dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2020, indicam prevalências que variam entre 7% e 45%, variação explicada, em grande medida, pelas diferenças entre faixas etárias, sexo, regiões do país, tipo de escola (pública ou privada) e critérios adotados para a identificação do fenômeno (Brasil, 2020a). Tais aspectos reforçam a necessidade de análises contextualizadas e comparações cautelosas entre estudos, considerando a complexidade e a multifatorialidade do *bullying* no cenário escolar.

O *bullying* é caracterizado pela repetição de comportamentos agressivos e intencionais entre pares, geralmente associados a uma relação desigual de poder. Pereira e Viana (2021a; 2021b) indicam que adolescentes que sofrem *bullying* apresentam maior risco de desenvolver problemas emocionais e comportamentais, como depressão, ansiedade, baixo rendimento escolar e ideação suicida. Ademais, o *bullying* tende a reproduzir e aprofundar desigualdades sociais preexistentes, uma vez que indivíduos pertencentes a grupos socialmente minoritários, como aqueles definidos por identidade de gênero, raça/etnia e orientação sexual, são mais frequentemente expostos a situações de vitimização (Andrade *et al.*, 2022).

A adolescência constitui um período marcado por mudanças biológicas, psicológicas e sociais que influenciam diretamente a formação da identidade e das relações interpessoais. Durante esse período, a necessidade de aceitação por parte dos pares se intensifica, e o ambiente escolar se torna um espaço central para a formação de identidade e a construção de relacionamentos interpessoais (Stochero *et al.*, 2021). No entanto, para muitos adolescentes, a escola também é um local de exposição a experiências adversas, como o *bullying*, que pode desencadear sérias consequências para sua saúde mental e bem-estar. Estudos mostram que adolescentes que experienciam *bullying* de forma repetida têm maiores chances de apresentar transtornos mentais ao longo da vida, como transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e uso abusivo de substâncias (Carvalho, 2023).

As Experiências Adversas na Infância e Adolescência (EAIA), conforme definidas por pesquisadores da saúde pública, incluem diferentes formas de violência e negligência, sendo o *bullying* uma das mais recorrentes no contexto escolar (OMS, 2021). O impacto dessas experiências adversas sobre os jovens é profundo, podendo alterar o curso do desenvolvimento

emocional, cognitivo e social, além de aumentar o risco de desenvolvimento de doenças crônicas na vida adulta, como diabetes, hipertensão e doenças cardiovasculares (Pereira e Viana, 2021a, 2021b).

Estudos recentes apontam para a necessidade de maior atenção por parte das políticas públicas à prevenção e ao enfrentamento do *bullying* nas escolas. Segundo dados do Ministério da Educação, há uma escassez de programas eficazes e contínuos para abordar o *bullying* no ambiente escolar, e muitas vezes as vítimas não encontram apoio adequado para denunciar e enfrentar essa violência (Brasil, 2020b). Além disso, o estigma associado ao *bullying* pode silenciar muitas vítimas, que têm receio de denunciar a violência por medo de represálias ou de exposição (Stochero *et al.*, 2021).

No contexto amazônico, particularmente na cidade de Manaus, onde esta pesquisa foi conduzida, há desafios específicos relacionados à violência escolar, incluindo o *bullying*. A cidade, que concentra grande diversidade étnica e cultural, apresenta uma taxa significativa de adolescentes que vivenciam *bullying* em suas escolas, muitas vezes associada a questões de discriminação racial, socioeconômica e de gênero (Andrade *et al.*, 2022). O presente estudo visa investigar esses fenômenos, contribuindo para o corpo de conhecimento sobre o *bullying* e suas implicações no desenvolvimento dos adolescentes manauaras.

Este estudo faz parte da pesquisa mais ampla intitulada “**Experiência adversa na adolescência – um inquérito de base escolar sobre a ocorrência de *bullying* em Manaus, Amazonas**”, coordenada pela orientadora deste trabalho e pela Clínica de Direitos Humanos na Amazônia, ambas vinculadas à Universidade do Estado do Amazonas. Com o apoio do Programa Kunhã C, T & I no Amazonas, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) que tinha por objetivo investigar a ocorrência de trabalho infantil como experiência adversa em adolescentes em Manaus, Amazonas, assim como a ocorrência de outras experiências adversas como o *bullying*.

Este estudo torna-se relevante por buscar compreender de forma integrada a relação entre trabalho infantil e *bullying* na vida de adolescentes escolares. Ao analisar a ocorrência de tais violências como uma experiência adversa, espera-se fornecer dados que contribuam para a elaboração de políticas públicas e estratégias de intervenção que possam mitigar suas consequências, promovendo um ambiente escolar mais seguro e saudável para os adolescentes. Essa abordagem se alinha com as recomendações da Organização Mundial da Saúde, que sugere intervenções integradas para lidar com as múltiplas formas de violência que afetam os jovens (OMS, 2021).

Apesar do crescente número de estudos sobre *bullying* e trabalho infantil de forma isolada, ainda são escassas investigações que analisem a coocorrência dessas experiências adversas, especialmente no contexto amazônico. Compreender a sobreposição dessas violências pode contribuir para identificar padrões de vulnerabilidade e orientar políticas públicas de prevenção e proteção social direcionadas à população adolescente.

Diante disso, questiona-se “Qual é a prevalência da coocorrência entre trabalho infantil e *bullying* entre adolescentes escolares em Manaus, Amazonas, e quais fatores estão associados a esse fenômeno?”

1 OBJETIVOS

1.1 Geral

Investigar a coocorrência do trabalho infantil e do *bullying* entre adolescentes escolares em Manaus, Amazonas, compreendendo-a como uma experiência adversa na adolescência e seus possíveis impactos no desenvolvimento psicossocial.

1.2 Específicos

- Estimar a prevalência de trabalho infantil e *bullying*.
- Descrever o perfil de coocorrência de trabalho infantil e *bullying*.
- Analisar os fatores associados à coocorrência de trabalho infantil e *bullying*.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Adolescência como fase de vulnerabilidade estrutural e relacional

A adolescência constitui um período singular do desenvolvimento humano, marcado por intensas transformações biológicas, cognitivas e sociais que influenciam diretamente a forma como os indivíduos interagem com o ambiente. Nessa etapa, o cérebro apresenta elevada plasticidade e intensa reorganização neurobiológica, especialmente em regiões relacionadas ao processamento socioemocional, à motivação e ao aprendizado, o que amplia tanto as oportunidades de desenvolvimento quanto a sensibilidade às influências do contexto (Steinberg, 2019).

Esse processo está associado ao descompasso maturacional entre o sistema límbico, responsável pela reatividade emocional e pela busca por recompensas, e o córtex pré-frontal, ainda em desenvolvimento e relacionado ao controle inibitório, ao planejamento e à regulação comportamental. Tal assimetria torna os adolescentes mais sensíveis a estímulos sociais, pressões do grupo e situações de estresse, aumentando a probabilidade de respostas impulsivas e de comportamentos de risco, especialmente em contextos marcados por baixa supervisão ou exposição a adversidades (Duell; Steinberg, 2019; Melo *et al.*, 2024).

Nesse sentido, a adolescência não deve ser compreendida como uma fase intrinsecamente problemática, mas como um período de maior sensibilidade aos fatores ambientais, no qual experiências adversas podem exercer impactos significativos sobre o desenvolvimento emocional, cognitivo e social. A exposição a situações de estresse ou violência nesse período pode contribuir para dificuldades de regulação emocional, sofrimento psíquico e prejuízos no desempenho escolar e nas relações sociais quando não há suporte protetivo adequado (Souza, 2022).

Paralelamente às mudanças biológicas, ocorre a ampliação do universo relacional para além da família, com crescente centralidade das interações com pares e com o ambiente escolar. Esses espaços tornam-se fundamentais para a construção da identidade, do pertencimento social e do reconhecimento simbólico. A qualidade dessas relações pode atuar como fator de proteção quando marcada por apoio e inclusão, ou como fator de risco quando permeada por rejeição, violência ou estigmatização (Ximenes, 2021).

De acordo com González e Júri (2022), a adolescência representa um período de transição entre a infância e a vida adulta no qual se intensificam os processos de construção da identidade, ampliação da autonomia e elaboração de projetos de vida. Nesse contexto, os adolescentes passam

a desenvolver opiniões, valores e crenças mais consolidados, além de assumir decisões progressivamente mais complexas relacionadas às suas trajetórias pessoais e sociais.

Contudo, esse período também é marcado por desafios associados às exigências do percurso educacional, às pressões das relações sociais e ao desejo crescente de independência. Tais fatores podem desencadear situações de estresse e ansiedade, ao mesmo tempo em que aumentam a suscetibilidade à adoção de comportamentos de risco, como o uso de substâncias psicoativas, a iniciação sexual precoce e a exposição a diferentes formas de violência. Dessa forma, torna-se fundamental a existência de redes de apoio familiar, escolar e comunitário capazes de oferecer orientação, proteção e suporte ao desenvolvimento saudável dos adolescentes (Moraes; Weinmann, 2020).

Conforme Steinberg (2019), no plano psicológico, a adolescência é um momento para a consolidação da identidade pessoal e social. Os adolescentes passam a refletir de forma mais abstrata sobre si mesmos, sobre seu lugar no mundo e sobre as expectativas sociais que recaem sobre eles. Cujo processo envolve experimentação de papéis, busca por autonomia e necessidade de pertencimento, tornando os vínculos interpessoais, especialmente com pares, determinantes para o bem-estar emocional e o desenvolvimento saudável.

Conforme Haidt (2024, p. 118), ao dialogar com as contribuições de Steinberg (2019) no campo da psicologia do desenvolvimento, a adolescência não deve ser compreendida, de forma simplificada, como um período intrinsecamente mais estressante. Trata-se, antes, de uma fase em que o cérebro se encontra particularmente mais sensível aos efeitos dos fatores de estresse, condição que pode aumentar a vulnerabilidade dos adolescentes ao desenvolvimento de transtornos mentais, tais como ansiedade generalizada, depressão, transtornos alimentares e abuso de substâncias.

Sob essa perspectiva, experiências como o trabalho infantil e o *bullying* podem ser compreendidas como eventos que interferem negativamente nos processos do desenvolvimento infantojuvenil. O trabalho precoce pode comprometer a escolarização, o tempo de lazer e o convívio social, enquanto o *bullying* afeta diretamente a autoestima, o sentimento de pertencimento e a segurança emocional. Ambos os fenômenos, quando coexistem, configuram um acúmulo de adversidades com potencial impacto sobre a saúde mental e o desenvolvimento psicossocial dos adolescentes (Oliveira *et al.*, 2025).

O ambiente escolar pode exercer tanto papel protetivo quanto de risco para o desenvolvimento de crianças e adolescentes (Sena, Silva; Bastos, 2022). Steinberg (2019) enfatiza que a qualidade das interações escolares é determinante para o desenvolvimento socioemocional, enquanto Haidt (2024) alerta para a necessidade de repensar práticas

institucionais frente aos novos desafios impostos pela cultura digital e pelas transformações sociais recentes.

Oliveira *et al.* (2020) destacam que é nesse momento que os jovens começam a delinear seus projetos de vida, a desenvolver competências relacionadas ao mundo do trabalho e ao exercício da cidadania, bem como conquistar sua participação social. A inclusão dos adolescentes nos processos decisórios que impactam suas vidas e suas comunidades contribui não apenas para o fortalecimento de sua autonomia e responsabilidade social, mas também para o aprimoramento da democracia e da coesão social. Dessa forma, torna-se imprescindível a criação de espaços institucionais que valorizem a escuta e o protagonismo juvenil no diálogo social.

Nesse contexto, consolida-se o conceito de Experiências Adversas na Infância e Adolescência (EAIA), definido como o conjunto de eventos potencialmente traumáticos ou estressores crônicos ocorridos antes dos 18 anos, incluindo maus-tratos, negligência, violência sexual, disfunção familiar, perdas interpessoais, dificuldades socioeconômicas e exposição à violência comunitária. Essas experiências incluem não apenas atos diretos de violência, mas também condições contextuais que afetam a segurança física e emocional dos adolescentes (Almeida, 2025).

Conforme Stochero *et al.* (2021), as EAIA apresentam elevada prevalência e frequentemente ocorrem de forma cumulativa, o que potencializa seus efeitos negativos. Nos seus estudos de base escolar realizado no Rio de Janeiro identificou que aproximadamente 70% dos adolescentes relataram ter vivenciado ao menos uma experiência adversa, enquanto uma parcela menor foi exposta a múltiplas adversidades simultâneas, como abuso, negligência e ausência de um dos genitores, evidenciando um padrão de coocorrência que agrava a vulnerabilidade. Tão logo, a hipótese de que a exposição repetida a eventos adversos compromete não apenas a saúde física e mental, mas também o desempenho escolar, as relações interpessoais e a construção de projetos de vida.

Além disso, as consequências das EAIA manifestam-se de maneira transversal ao longo do desenvolvimento, podendo surgir ainda na infância, intensificar-se na adolescência e persistir na vida adulta. Entre os desfechos mais frequentemente associados encontram-se sintomas depressivos, ansiosos, uso de substâncias, envolvimento em situações de violência e comportamentos de risco, bem como dificuldades de adaptação escolar e social, contribuindo para disfunções cognitivas, emocionais e comportamentais que reduzem a capacidade de enfrentamento diante de desafios futuros (Ximenes, 2021).

No âmbito psicopatológico, Almeida (2025) aponta a associação entre EAIA e o desenvolvimento de transtornos mentais graves, incluindo transtornos do humor, transtorno de

estresse pós-traumático e transtornos de personalidade. Em sua pesquisa sobre transtorno de personalidade borderline evidenciou que indivíduos expostos a múltiplas adversidades na infância apresentam maior probabilidade de desenvolver instabilidade emocional, dificuldades interpessoais e comportamentos autodestrutivos, indicando que a intensidade e a diversidade das experiências traumáticas influenciam diretamente a gravidade dos desfechos clínicos.

A vitimização interpessoal, especialmente no contexto escolar e comunitário, também pode ser outro fator crítico durante a adolescência., dado a busca por pertencimento aos pares, típica dessa fase, pode expor os jovens a situações de rejeição, *bullying* e violência, capazes de gerar níveis elevados de estresse e alterações neuroendócrinas, como aumento persistente de cortisol, com impactos sobre funções cognitivas e emocionais. De maneira que, tal condição evidencia a estreita relação entre fatores sociais e biológicos na determinação da vulnerabilidade adolescente (Souza, 2022).

Entre as experiências adversas mais graves destaca-se o abuso sexual, cuja ocorrência está frequentemente associada a contextos de desigualdade social, fragilidade institucional e insuficiência de redes de proteção. No estado do Amazonas, pondera-se que a escola pode desempenhar papel importante tanto na identificação precoce quanto no enfrentamento dessa violência, embora enfrente limitações estruturais e de capacitação profissional (Freitas; Oliveira; Sá, 2025).

Apesar dos riscos associados, a adolescência também oferece importantes possibilidades de proteção, especialmente quando os indivíduos dispõem de vínculos afetivos estáveis, ambientes escolares seguros e acesso a recursos sociais e institucionais. A presença de adultos de referência, políticas de proteção integral e programas de promoção da saúde mental pode atenuar os efeitos das adversidades e favorecer trajetórias resilientes, demonstrando que a plasticidade característica desse período permite reorientações positivas no desenvolvimento (Camargo, 2025).

Assim, a adolescência pode representar tanto um período de maior vulnerabilidade quanto uma oportunidade de fortalecimento de fatores protetivos. A incorporação do conceito de EAIA amplia essa compreensão ao evidenciar que experiências precoces adversas não atuam isoladamente, mas em conjunto com determinantes sociais, econômicos e institucionais, exigindo abordagens intersetoriais capazes de prevenir a violência, fortalecer redes de apoio e promover condições equitativas de desenvolvimento para crianças e adolescentes.

2.2 Violência, desigualdades sociais e experiências adversas

A violência que atinge crianças e adolescentes deve ser compreendida como fenômeno multidimensional e estrutural, resultante da interação entre desigualdades sociais, condições territoriais e dinâmicas institucionais que produzem exposição diferenciada a riscos ao longo do ciclo de vida. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define violência como o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si, outra pessoa ou um grupo, capaz de resultar em lesão, morte, dano psicológico ou privação, classificando-a em modalidades como violência interpessoal, coletiva e autoinfligida. No caso da população adolescente, a violência interpessoal, incluindo agressões físicas, psicológicas, sexuais e *bullying*, sendo uma das formas mais prevalentes, ocorrendo em ambientes familiares, comunitários e escolares (Aiquoc *et al.*, 2025).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 certifica os direitos de crianças e adolescentes, sendo reforçada pela Convenção sobre os Direitos da Criança através da Resolução nº 44/25 da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 20 de novembro de 1989 e promulgada pelo Decreto nº 99.710 de 21 de novembro de 1990 (Brasil, 2010).

Segundo o artigo 227 da Constituição Federal de 1988,

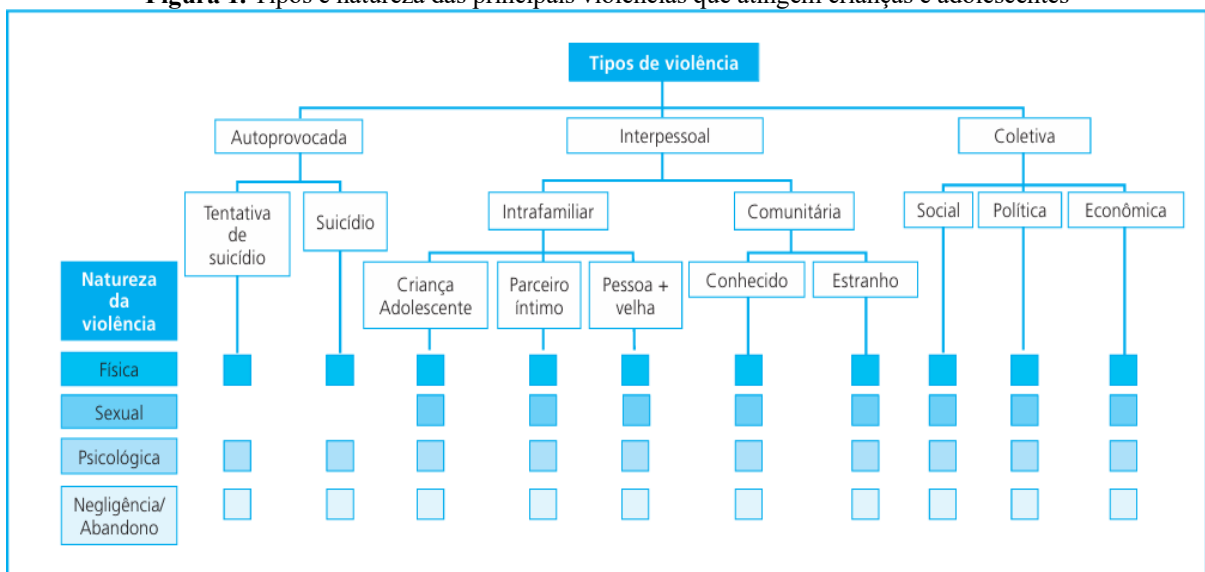
É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, [...], além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988, p. 142).

A violência contra adolescentes pode ser entendida como a ação ou omissão de pais, responsáveis, parentes, instituições ou pessoas desconhecidas que causem dano físico, psicológico ou sexual, considerada uma grave violação dos direitos do adolescente, refletindo de forma negativa em sua vida e no seu desenvolvimento saudável (Brasil, 2020a).

A Lei nº 13.431/2017 estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, dispondo sobre mecanismos de prevenção, proteção e atendimento especializado. A legislação reconhece diferentes formas de violência, incluindo a violência física, psicológica, sexual e institucional. A violência pode manifestar-se em distintos contextos sociais, econômicos, culturais e religiosos. O ambiente em que o adolescente está inserido pode favorecer ou dificultar seu desenvolvimento, uma vez que condições relacionadas à moradia, ao contexto familiar e às relações interpessoais podem ampliar situações de vulnerabilidade, favorecendo a ocorrência da violência (Brasil, 2010).

Identificar e compreender as diferentes formas de manifestação da violência contra crianças e adolescentes constitui um passo fundamental para o planejamento de ações de cuidado integral, proteção social e prevenção de agravos. Com o objetivo de evidenciar as relações entre os tipos de violência e sua natureza, a Organização Mundial da Saúde (OMS) propôs um modelo conceitual amplamente adotado no campo da saúde coletiva, que classifica a violência em três grandes categorias: violência autoprovocada, violência interpessoal e violência coletiva (Brasil, 2010). Conforme podemos visualizar na Figura 1.

Figura 1. Tipos e natureza das principais violências que atingem crianças e adolescentes



Fonte: Brasil, 2010; Krug *et al.*, 2002.

A violência autoprovocada refere-se aos atos de agressão dirigidos contra o próprio indivíduo, incluindo comportamentos suicidas, tentativas de suicídio, automutilação e outras formas de autolesão. Segundo a OMS, essa categoria expressa sofrimento psíquico intenso e está fortemente associada a transtornos mentais, experiências traumáticas e fragilização dos vínculos sociais. Estudo realizado por Farias *et al.* (2024), ao analisar a violência autoprovocada em adolescentes no município de Sobral (CE), evidenciou que essa forma de violência apresenta correlação com outras experiências de violência, especialmente abuso sexual, *bullying*, negligência e sofrimento emocional, configurando um fenômeno de distintos fatores.

A violência interpessoal, por sua vez, compreende os atos violentos praticados entre indivíduos, podendo ocorrer no âmbito familiar, comunitário ou institucional. Incluem-se nessa categoria a violência física, psicológica, sexual, negligência e abandono, frequentemente perpetradas por pessoas próximas ou conhecidas da vítima. Dados empíricos apresentados por Wanzinack *et al.* (2022), a partir das notificações do Sistema de Informação de Agravos de

Notificação (SINAN) no município de Matinhos (PR), demonstraram que a violência interpessoal representa a maior parte dos casos registrados entre crianças e adolescentes, com destaque para a violência física (67,6%) e a violência sexual (13,9%), incidindo de forma mais expressiva na adolescência tardia, especialmente entre 15 e 19 anos.

Já a violência coletiva diz respeito aos atos violentos cometidos por grupos maiores ou instituições, motivados por fatores sociais, políticos, econômicos ou culturais, como conflitos armados, violência urbana, criminalidade organizada e exclusão social estrutural. Embora menos frequentemente notificada nos sistemas de vigilância, essa forma de violência exerce impacto significativo sobre crianças e adolescentes, sobretudo em territórios marcados por desigualdades sociais. Wanzinack *et al.* (2022) destacam que a exposição à violência coletiva, especialmente em contextos urbanos, amplia a vulnerabilidade dos adolescentes e pode potencializar outras formas de violência interpessoal e autoprovocada.

Farias *et al.* (2024) demonstram que adolescentes expostos a múltiplas formas de violência apresentam maior risco de desenvolver comportamentos autoprovocados, evidenciando a sobreposição e interdependência entre as categorias de violência propostas pela OMS. A vivência simultânea de violência interpessoal, como o *bullying* e o abuso intrafamiliar, associada a contextos de violência coletiva, contribui para o agravamento do sofrimento psíquico e para a ocorrência de autolesões e ideação suicida.

Ainda que sejam analisadas os diferentes tipos de violência, esta avaliação é feita de forma isolada, não levando em consideração muitas vezes que nos casos podem ser encontrados mais de um tipo de violência provocada contra os adolescentes (Barreira *et al.*, 2013). O convívio familiar e a escolar por exemplo, são locais onde estas ocorrências devem ser identificadas e solucionadas, é necessário que haja uma relação de confiança, respeito e segurança, para que o adolescente sinta-se a vontade para buscar auxílio, além de permitir que sejam acionados os mecanismos responsáveis para reprimir atitudes violentas (Cabral *et al.*, 2021).

Conforme Justino *et al.* (2025), sob a prisma das desigualdades sociais, a violência não se distribui de maneira aleatória, mas segue um gradiente social claramente definido, atingindo de forma mais intensa populações expostas à pobreza, à precariedade habitacional, à insegurança alimentar e ao acesso limitado a serviços essenciais. Cujos fatores, denominados determinantes sociais da saúde, moldam as condições de vida e influenciam diretamente o desenvolvimento físico, cognitivo e socioemocional de crianças e adolescentes, contribuindo para a perpetuação de vulnerabilidades ao longo do tempo. Logo, a exposição contínua a ambientes adversos está associada a maiores riscos de transtornos psicossociais, dificuldades de aprendizagem e adoecimento crônico, evidenciando a interdependência entre desigualdade estrutural e violência.

Nesse contexto, Santos (2023) enfatiza que, torna-se necessário que haja uma noção de acúmulo de adversidades, segundo a qual diferentes formas de violência e privação tendem a ocorrer simultaneamente, potencializando seus efeitos sobre o desenvolvimento. Em seu estudo realizado com adolescentes em situação de vulnerabilidade social, o autor mostra que experiências adversas raramente se manifestam isoladamente, sendo comum a coexistência de abuso emocional, negligência, violência comunitária e disfunções familiares, configurando um padrão cumulativo que intensifica danos psicossociais, o que deveras, reafirma a compreensão de que a vulnerabilidade não decorre apenas de eventos específicos, mas de contextos estruturais que reproduzem diferentes privações.

A violência escolar e comunitária se trata de uma expressão presente nesse processo, pois a exposição cotidiana a situações de insegurança territorial, confrontos armados ou criminalidade afeta não apenas a saúde mental, mas também o desempenho acadêmico e a permanência na escola, comprometendo oportunidades educacionais e ampliando desigualdades futuras. Assim, estudantes residentes em áreas com maior concentração de violência apresentam piores resultados escolares e menor sensação de segurança, evidenciando a influência do território como mediador das experiências adversas (Cunha, 2022).

O *bullying* emerge, nesse cenário, como forma crônica e recorrente de violência interpessoal entre pares, caracterizada por comportamentos intencionais e repetidos que envolvem desequilíbrio de poder entre agressor e vítima. Posto que, a elevada prevalência dessa prática no ambiente escolar é frequentemente acompanhada de discriminação e exclusão social, especialmente entre adolescentes pertencentes a grupos racializados ou socialmente marginalizados. No mesmo viés que, a persistência do *bullying* ao longo do tempo pode produzir impactos duradouros na autoestima, no sentimento de pertencimento e na saúde mental, configurando importante experiência adversa na adolescência (Aiquoc *et al.*, 2025).

Vale também mencionar que considera-se outro fator das desigualdades estruturais, o trabalho infantil, reconhecido como violação de direitos e fator de risco para o desenvolvimento integral. A inserção precoce no trabalho está associada à evasão escolar, sobrecarga física e emocional e redução das oportunidades de socialização, além de frequentemente ocorrer em contextos familiares marcados por vulnerabilidade socioeconômica. Dado que, a associação entre trabalho infantil e outras experiências adversas, como abuso emocional, *bullying* e exposição à violência urbana, demonstrando a interconexão entre diferentes formas de privação (Oliveira *et al.*, 2025).

A violência sexual, por sua vez, representa uma das formas mais graves de violação, conforme pesquisa de Silveira, Cavalcante e Reis (2024), com jovens em cumprimento de

medidas socioeducativas indicam que muitos autores de agressão sexual vivenciaram, previamente, contextos familiares marcados por violência, negligência ou abuso, sugerindo um ciclo intergeracional de vitimização e reprodução de comportamentos violentos. O que faz, compreender a importância de compreender a violência não apenas como ato individual, mas como fenômeno socialmente produzido e transmitido.

Aiucoc *et al.* (2025) afirmam que, as desigualdades raciais ainda permeiam exposição à violência no Brasil, já que adolescentes negros e indígenas apresentam maior probabilidade de envolvimento em brigas, lesões graves e interrupções das atividades escolares por motivos de segurança, sobretudo em regiões com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Ou seja, a raça/cor da pele funciona como marcador social de vulnerabilidade, refletindo processos históricos de discriminação e exclusão que se traduzem em maior risco de vitimização.

Assim, trabalho infantil e *bullying* podem ser compreendidos como expressões distintas de um mesmo contexto de vulnerabilidade estrutural, no qual pobreza, desigualdade territorial, fragilidade institucional e discriminação social convergem para produzir trajetórias marcadas por adversidades múltiplas. A coocorrência dessas experiências evidencia que a violência contra adolescentes não se limita a eventos isolados, mas constitui processo cumulativo e socialmente determinado, exigindo respostas intersetoriais que articulem políticas de educação, saúde, assistência social e proteção de direitos.

2.3 Trabalho infantil como violência estrutural e experiência adversa

O trabalho infantil (TI) é descrito como uma grave violação dos direitos de crianças e adolescentes, trazendo prejuízos ao seu desenvolvimento pessoal, social, físico, psicológico e moral, interfere de forma negativa nos seus estudos e contribui com a evasão escolar (Brasil, 2023a). A partir da Convenção nº 182 da OIT, o Brasil editou o Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008, definindo a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP), entre elas está as quatro categorias de piores formas de trabalho infanto-juvenil que devem ser abolidas:

Todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, como vendas e tráfico de crianças, sujeição por dívida, servidão, trabalho forçado ou obrigatório;
 Utilização, demanda, oferta, tráfico ou aliciamento para fins de exploração sexual comercial, produção de pornografia ou atuações pornográficas;
 Utilização, recrutamento e oferta de adolescente para outras atividades ilícitas, particularmente para produção e tráfico de drogas; e
 O recrutamento forçado ou compulsório de adolescente para ser utilizado em conflitos armados (Brasil, 2008, *online*).

A inserção precoce no trabalho tende a impactar negativamente a trajetória escolar e as relações sociais, aumentando a exposição dos adolescentes a ambientes de vulnerabilidade, estigmatização e exclusão. Nesse contexto, o ambiente escolar, que deveria atuar como espaço de proteção, pode tornar-se um cenário de reprodução de desigualdades, favorecendo a ocorrência do *bullying*. Crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil frequentemente apresentam maior cansaço físico, dificuldades de aprendizagem e menor integração social, fatores que podem intensificar situações de discriminação, humilhação e violência interpessoal entre pares.

No Brasil, 8.508 casos de trabalho infantil foram registrados no Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Viva/Sinan) entre 2011 e 2020. A faixa etária mais atingida foi a de 10 a 14 anos, com predominância do sexo masculino. Todavia, é necessário considerar que o envolvimento de meninas no trabalho infantil tende a ser subestimado, uma vez que grande parte delas se encontra vinculada a atividades domésticas, historicamente invisibilizadas nas estatísticas oficiais. Destaca-se ainda que, em 76% dos casos, a criança ou o adolescente foi aliciado pela própria família, especialmente pela mãe ou pelo pai, evidenciando o caráter intrafamiliar dessa violação de direitos (Brasil, 2023a).

Em nível internacional, dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) indicam que aproximadamente 160 milhões de crianças e adolescentes, entre 5 e 17 anos, estiveram em situação de trabalho infantil no mundo entre 2016 e 2020, sendo que cerca de 50% estavam inseridos em formas perigosas de trabalho (Brasil, 2023a; UNICEF, 2021). Os números reforçam a magnitude global do fenômeno e apontam para a necessidade de compreendê-lo de forma articulada a outras experiências adversas, como o *bullying*, uma vez que a sobreposição dessas situações pode potencializar danos ao desenvolvimento psicossocial, ampliando riscos de sofrimento mental, evasão escolar e perpetuação de ciclos de violência.

No contexto amazônico, o trabalho infantil apresenta características ainda mais preocupantes quando comparado à média nacional. No estado do Amazonas, em 2019, havia 56.601 crianças e adolescentes de 5 a 17 anos em situação de trabalho infantil, o que correspondia a 6,0% da população nessa faixa etária, percentual superior à média nacional, estimada em 4,8% no mesmo período. Além disso, as crianças e adolescentes trabalhadores no Amazonas dedicavam, em média, 18,2 horas semanais às atividades laborais (FNPETI, 2023).

No que se refere às piores formas de trabalho infantil, 18,1% das crianças e adolescentes trabalhadores no estado exerciam atividades incluídas na Lista TIP (Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil), totalizando 10.251 indivíduos. Entre os adolescentes de 14 a 17 anos ocupados, 100% encontravam-se na informalidade, o que revela elevada precarização do trabalho. Observou-se predominância do sexo masculino (71,5%), embora as meninas representassem

parcela relevante (28,5%). A maior concentração etária ocorreu entre adolescentes de 16 a 17 anos (46,6%), seguida pela faixa de 14 a 15 anos (36,6%). Quanto à raça/cor, 86,6% das crianças e adolescentes trabalhadores eram negros, e 67,3% residiam em áreas rurais, o que evidencia a intersecção entre trabalho infantil, desigualdades raciais e territoriais no estado (FNPETI, 2023).

As principais ocupações exercidas pelas crianças e adolescentes amazonenses estavam relacionadas à agricultura e pesca, com destaque para o cultivo de mandioca (33,6%), a pesca (6,0%) e o comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo (5,5%), atividades frequentemente desenvolvidas em contextos familiares e comunitários, o que dificulta sua identificação e fiscalização (FNPETI, 2023).

Complementarmente, dados do Sinan indicam que, entre 2017 e 2021, foram registrados 312 casos de trabalho infantil no Amazonas, considerando diferentes formas do agravo, incluindo exploração sexual e acidentes de trabalho. Desses casos, 46,8% envolveram crianças e 53,2% adolescentes, com maior prevalência na faixa etária de 5 a 13 anos. Diferentemente do panorama nacional, observou-se predominância do sexo feminino (51,6%) nas notificações gerais, embora, nos casos de acidente de trabalho, os registros tenham sido majoritariamente de meninos (85,4%). A maioria das vítimas era de raça/cor parda (79,8%), e os locais de ocorrência mais frequentes foram a residência da vítima (51,9%) e a via pública (18,3%), com 34% das situações caracterizadas como repetição, indicando persistência da violação.

Deste modo, demonstra-se que o trabalho infantil no Amazonas apresenta maior prevalência, forte vínculo com atividades rurais, informalidade absoluta e elevada exposição a piores formas de trabalho, configurando um cenário de vulnerabilidade ampliada quando comparado ao contexto nacional. Tais condições reforçam a importância de analisar o trabalho infantil de forma integrada a outras experiências adversas, como o *bullying*, especialmente no ambiente escolar, uma vez que a combinação dessas situações tende a intensificar os impactos negativos sobre o desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes.

O TI leva o adolescente a um profundo estado de vulnerabilidade social, há uma exposição a riscos, violações, violências físicas e sexual. “O trabalho infantil sequestra a infância, contrariando o princípio da proteção integral, por isso deve ser combatido e erradicado” (Brasil, 2020a).

Conforme o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), entre as formas de TI listados da Lista TIP, está o trabalho doméstico. Apesar de sua subnotificação, este tipo de atividade expõe os adolescentes ao risco de lesões por esforço repetitivo, acidentes com produtos químicos e a queimaduras, além do risco de abuso sexual e às violências física e psicológica (FNPETI, 2015; 2022). É importante ressaltar que o trabalho

infantil doméstico mesmo que realizado dentro de seus próprios lares viola o os direitos a vida, saúde, educação e lazer dos adolescentes (FNPETI, 2015).

Dados do FNPETI mostram entre os anos de 2016 e 2019 houve uma diminuição de 22% no contingente de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos em situação de TI no Brasil. Apesar da diminuição, os números de indivíduos em TI ainda são preocupantes, a região Nordeste detém da maior fração das crianças e adolescentes em TI (FNPETI, 2022).

Ainda segundo apresentado pelo FNPETI, o trabalho infantil doméstico é realizado em sua maioria por meninas, conforme mostra a figura 2, refletindo ao modelo padrão de organização familiar e na desigualdade de gêneros, visto que esta é uma atividade ligada ao sexo feminino e que cabe a meninas realizarem as tarefas domésticos e os cuidados à pessoas dependentes (FNPETI, 2022).

Figura 2. Estimativa e distribuição do número de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos que exerciam trabalho infantil doméstico por sexo - Brasil e Grandes Regiões 2016-2019 (em nº absolutos e em %)

Brasil e Grandes Regiões	2016		2017		2018		2019	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Em nºs absolutos								
Brasil	10.960	96.579	13.456	81.503	8.032	89.289	12.417	71.207
Norte	1.589	13.662	2.490	11.466	685	13.161	2.328	9.701
Nordeste	3.818	33.330	4.073	25.950	3.867	28.391	3.051	23.343
Sudeste	2.925	21.863	2.702	20.264	2.304	23.257	2.969	19.808
Sul	774	16.135	786	11.807	585	16.561	1.029	9.517
Centro-Oeste	1.854	11.590	3.406	12.015	591	7.919	3.040	8.839
Em %								
Brasil e Grandes Regiões	2016		2017		2018		2019	
Brasil	10,2%	89,8%	14,2%	85,8%	8,3%	91,7%	14,8%	85,2%
Norte	10,4%	89,6%	17,8%	82,2%	4,9%	95,1%	19,4%	80,6%
Nordeste	10,3%	89,7%	13,6%	86,4%	12,0%	88,0%	11,6%	88,4%
Sudeste	11,8%	88,2%	11,8%	88,2%	9,0%	91,0%	13,0%	87,0%
Sul	4,6%	95,4%	6,2%	93,8%	3,4%	96,6%	9,8%	90,2%
Centro-Oeste	13,8%	86,2%	22,1%	77,9%	6,9%	93,1%	25,6%	74,4%

Fonte: Brasil, 2022.

Uma outra interface do TI, é aquele realizado nas ruas. Também considerado como uma das piores formas de trabalho infantil, submetendo os adolescentes não somente as formas de violência física, psicológica e sexual, mas também ao risco de tráfico de pessoas, ao uso de drogas, a exposição a radiação solar, a chuva e ao frio, além de estarem sob o risco inerente de morte por acidentes de trânsito e atropelamento (Brasil, 2023b).

Estudos mostram que crianças e adolescentes em situação de rua dedicam a maior parte do seu tempo em atividades de TI, pedindo esmolas ou brincado, no intuito de gerar renda para a

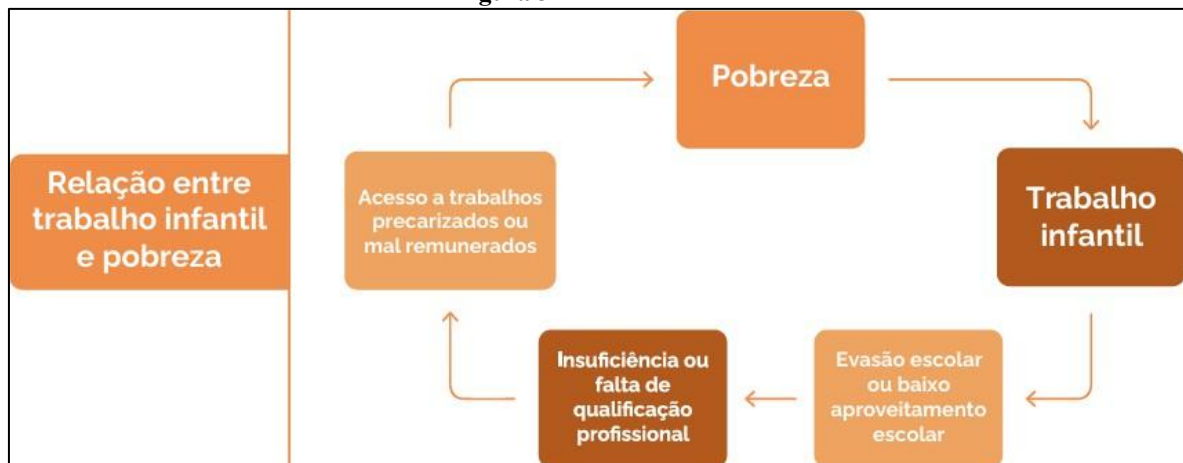
família ou até mesmo para sua própria sobrevivência (Cruz e Assunção, 2008; Alves *et al*, 2002; Campos *et al*, 2000; Menezes e Brasil, 1998; Silva *et al*, 1998).

Entende-se que o TI é um fenômeno social complexo, visto a suas diferentes causas. Entre os principais fatores destaca-se a pobreza, a cultura de trabalho precoce, as dificuldades financeiras familiar, a má qualidade ou a ausência de educação formal e de acesso a escola, assim como a baixa escolaridade dos pais e responsáveis (Brasil, 2023b).

Adolescentes em famílias que não tenham condições de prover o próprio sustento e que não possuem as suas necessidades vitais básicas atendidas, como a moradia, alimentação, saúde, educação, higiene e transporte, estão mais suscetíveis ao TI. De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, este cenário contribui para o chamado “ciclo da pobreza” (figura 3) (Brasil, 2023b).

Crianças e adolescentes submetidos ao trabalho infantil têm a sua formação escolar prejudicada e, quando adultos, sem qualificação, acabam por exercer trabalhos precários e com baixa remuneração, insuficientes para o atendimento das necessidades básicas, reproduzindo, assim, a condição de pobreza similar à vivenciada por seus pais ou responsáveis (Brasil, 2023, p. 12-13).

Figura 3. Ciclo da Pobreza



Fonte: Brasil, 2023.

Crianças e adolescentes que são submetidos ao TI podem apresentar enormes consequências a saúde, as características físicas e psíquicas destes não são compatíveis com as atividades que são exigidas em regime de trabalho, privando a criança e o adolescente ao seu direito de viver (Brasil, 2020a).

Entre as principais consequências do TI estão: a saúde mental, por assumirem responsabilidades as quais não estão preparados; ao sistema musculoesquelético por carregarem peso, permanecerem em posturas viciosas, por esforços excessivos e repetitivos, aliados muitas

vezes a uma alimentação pobre em nutrientes; ao sistema cardiorrespiratório, devido ao número de inspirações/expirações por minuto serem maiores a de adultos, o que pode elevar o risco de intoxicação por via respiratória, assim como a frequência cardíaca, uma sobrecarga; ao sistema imunológico, estando mais suscetíveis a doenças e infecções; e ao sistema nervoso: devido ao risco maior de intoxicação por agentes químicos (Brasil, 2020a).

O TI é pautado em políticas públicas que reafirmam o compromisso de erradicar este problema, sendo este um dever do Estado (Sousa *et al*, 2023). Tais políticas devem combater toda a forma de violência contra crianças e adolescentes, além de agir na superação de seus direitos humanos aos quais vêm sendo privadas, visto que o TI é uma questão urgente e necessária (Côrrea *et al*, 2024).

É importante que o enfrentamento a este tipo de violência seja realizado de forma conjunta, articulada, solidária e cooperativa entre as diferentes organizações que fornecem recursos (Meirelles e Silva, 2007). É necessário também que os serviços de saúde sejam redirecionados ao problema e a identificação do mesmo, toda criança ou adolescente ao chegar em um serviço de saúde deve ter a sua condição de trabalho identificada, mapeada e notificada, no intuito de garantir dignidade os direitos de crianças e adolescentes vítimas deste tipo de violência (Brasil, 2020a; Oliveira e Costa, 2024).

2.4 *Bullying* como violência interpessoal no contexto escolar

O *bullying* é um fenômeno amplamente investigado na literatura científica e definido como um comportamento agressivo, intencional e repetitivo, marcado por uma relação desigual de poder entre agressor e vítima (Olweus, 1993). Trata-se de uma forma específica de violência interpessoal que ocorre, com maior frequência, no ambiente escolar, espaço no qual crianças e adolescentes estabelecem interações sociais contínuas e hierarquizadas.

De acordo com Olweus (1993), referência pioneira nos estudos sobre o tema, o *bullying* pode assumir diferentes formas de manifestação, incluindo agressões físicas, verbais, sociais e virtuais, todas potencialmente capazes de gerar impactos negativos significativos sobre o desenvolvimento das vítimas. Esses comportamentos não se caracterizam por episódios isolados de conflito, mas por ações sistemáticas que produzem sofrimento e vulnerabilização prolongada.

A caracterização do *bullying* fundamenta-se em três critérios centrais. O primeiro refere-se à intencionalidade, uma vez que o agressor age deliberadamente com o objetivo de causar dano físico, psicológico ou social. O segundo critério é a repetição, na qual os atos agressivos ocorrem de forma recorrente ao longo do tempo, configurando um padrão de violência. Por fim, destaca-

se o desequilíbrio de poder, que pode ser físico, psicológico, social ou digital, colocando a vítima em posição de desvantagem e dificultando sua capacidade de defesa (Ferreira; Gonçalves, 2020; Silva; Santos, 2021).

No que se refere às formas de manifestação, o *bullying* físico envolve agressões corporais diretas, como empurrões, socos e chutes. O *bullying* verbal compreende insultos, apelidos depreciativos, ameaças e humilhações. Já o *bullying* social caracteriza-se por práticas de exclusão, isolamento e disseminação de boatos, com o objetivo de fragilizar os vínculos sociais da vítima. Mais recentemente, o *cyberbullying* tem se consolidado como uma extensão do fenômeno tradicional, utilizando recursos digitais, como redes sociais, aplicativos de mensagens e plataformas virtuais, para aumentar o alcance e a persistência das agressões (Vieira; Carvalho, 2022).

Embora frequentemente associado ao contexto escolar, o *bullying* produz efeitos que extrapolam esse espaço, afetando de forma significativa a saúde mental, o desempenho acadêmico e as relações interpessoais das vítimas. Evidências empíricas indicam que crianças e adolescentes expostos a esse tipo de violência apresentam maior risco de desenvolver sintomas de ansiedade, depressão, baixa autoestima e isolamento social, além de prejuízos no processo de aprendizagem (Pereira; Viana, 2021a).

No contexto brasileiro, o *bullying* passou a ser reconhecido formalmente como um problema de saúde pública e educacional a partir da promulgação da Lei nº 13.185/2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática. A legislação define o fenômeno e estabelece diretrizes para sua prevenção e enfrentamento no ambiente escolar, enfatizando a importância da identificação precoce e da intervenção contínua (Brasil, 2015). Contudo, a efetivação dessas medidas ainda enfrenta desafios, como a insuficiente capacitação de profissionais da educação e a subnotificação dos casos (Ferreira; Gonçalves, 2020).

Pesquisas mais recentes têm aprofundado a compreensão dos fatores associados ao surgimento e à manutenção do *bullying*, que segundo Silva e Santos (2021), elementos como contextos familiares disfuncionais, exposição a modelos agressivos de comportamento, ausência de supervisão parental e ambientes escolares permissivos à violência contribuem para a reprodução dessas práticas. A tolerância institucional ou a naturalização de condutas agressivas tende a reforçar a continuidade do fenômeno.

Dessa forma, o *bullying* é um fenômeno influenciado por diversos fatores individuais, familiares, escolares e sociais que contribuem para sua ocorrência, sendo associado a características pessoais e contextuais, que podem ser analisadas em múltiplos níveis de influência (Pereira; Viana, 2021b).

No nível individual, fatores como idade, gênero, características físicas e emocionais desempenham um papel significativo. Adolescentes mais jovens e com traços que os diferenciam do grupo, como sobrepeso, uso de óculos ou deficiências, são frequentemente alvos de *bullying* (Silva; Santos, 2021). Além disso, aqueles com habilidades sociais limitadas ou maior sensibilidade emocional tendem a ser percebidos como vulneráveis pelos agressores. Por outro lado, agressores muitas vezes exibem traços de impulsividade, baixa empatia e dificuldade em controlar comportamentos agressivos (Ferreira; Gonçalves, 2020).

O ambiente familiar também tem uma influência na dinâmica do *bullying*, pois famílias disfuncionais, caracterizadas por falta de afeto, supervisão inadequada e conflitos frequentes, estão frequentemente associadas a comportamentos de *bullying*, tanto em vítimas quanto em agressores (Carvalho, 2023). Logo, crianças expostas a modelos de comportamento agressivo em casa têm maior probabilidade de replicar esses comportamentos em outros contextos, como o escolar (Stochero *et al.*, 2021).

Além disso, a ausência de diálogo entre pais e filhos dificulta a identificação e o enfrentamento de situações de *bullying*. No contexto escolar, fatores como o clima da escola, a relação aluno-professor e as normas institucionais são determinantes para a ocorrência de *bullying*. Escolas com baixa supervisão dos alunos, pouca valorização da convivência respeitosa e ausência de ações preventivas estão mais propensas a registrar altos índices de *bullying* (Olweus, 1993). Além disso, ambientes onde a competitividade e o favoritismo são incentivados frequentemente reforçam dinâmicas de exclusão e agressão entre os estudantes (Vieira; Carvalho, 2022).

A influência social também é uma atenuante, dado que, em sociedades marcadas por desigualdades socioeconômicas e culturais, as interações de *bullying* podem refletir preconceitos e discriminações sistêmicas. Adolescentes que pertencem a grupos marginalizados, como indígenas, negros e LGBTQIA+, estão mais vulneráveis ao *bullying* devido à estigmatização e à falta de políticas inclusivas no ambiente escolar (Ferreira; Gonçalves, 2020).

Outro fator associado ao *bullying* é a tecnologia, que ampliou o alcance e a intensidade das agressões por meio do *cyberbullying*. A facilidade de acesso a dispositivos digitais e o anonimato oferecido pelas plataformas virtuais contribuem para o aumento das agressões, que podem ocorrer em qualquer lugar e momento, intensificando o sofrimento das vítimas (OMS, 2021). Segundo Vieira e Carvalho (2022), o *cyberbullying* apresenta características únicas, como a permanência dos registros digitais das agressões, o que pode prolongar o impacto emocional nos adolescentes.

Além disso, o *bullying* é influenciado por fatores culturais, como normas que toleram ou até mesmo incentivam comportamentos agressivos, pois em muitas comunidades, o *bullying* é visto como uma "brincadeira" ou uma forma de "disciplinar" colegas, perpetuando ciclos de violência e dificultando a implementação de mudanças comportamentais, na qual, a percepção cultural torna a identificação do *bullying* um desafio, pois muitos casos são subnotificados ou ignorados (Silva; Santos, 2021).

Silva e Santos (2021) ainda apontam que, exposição ao *bullying*, seja como vítima, perpetrador ou ambos, aumenta a probabilidade de adoção de práticas prejudiciais, como consumo de álcool, tabaco e outras substâncias, além de comportamentos sedentários e alimentares inadequados (Silva; Santos, 2021). Esses comportamentos frequentemente funcionam como mecanismos de enfrentamento diante do sofrimento psicológico, mas, paradoxalmente, agravam ainda mais as vulnerabilidades dos adolescentes.

No Brasil, dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) indicam que estudantes que relataram sofrer *bullying* apresentaram maior prevalência de consumo de álcool e tabaco em comparação aos que não foram vitimados (Brasil, 2020a). Além disso, vítimas de *bullying* exibem maior propensão a episódios de compulsão alimentar, como forma de lidar com o estresse e a ansiedade gerados pelas agressões sofridas (Carvalho, 2023). Por outro lado, os agressores frequentemente demonstram comportamentos impulsivos e, em alguns casos, abusam de substâncias psicoativas, o que pode estar relacionado ao ambiente familiar disfuncional e à ausência de supervisão parental.

A relação entre *bullying* e comportamentos de risco também é mediada por fatores psicológicos. Adolescentes expostos ao *bullying* frequentemente apresentam baixos níveis de autoestima, dificuldades em estabelecer vínculos sociais saudáveis e maior probabilidade de desenvolver transtornos de humor, como depressão e ansiedade (Vieira e Carvalho, 2022). Esses fatores aumentam o risco de uso de substâncias como uma tentativa de alívio temporário dos sintomas emocionais.

Outro aspecto relevante é a interação entre *bullying* e práticas de atividade física. Estudos mostram que vítimas de *bullying* têm menor engajamento em atividades esportivas e recreativas devido ao medo de exposição ou ridicularização (Stochero *et al.*, 2021). Essa dinâmica agrava o risco de comportamentos sedentários, os quais estão associados a uma série de condições de saúde adversas, incluindo obesidade e doenças cardiovasculares.

Embora o impacto do *bullying* seja reconhecido, estratégias preventivas ainda enfrentam desafios na abordagem das consequências associadas aos comportamentos de risco. De acordo com a OMS, é fundamental que programas de combate ao *bullying* integrem ações voltadas para

a promoção da saúde mental e física dos adolescentes, incluindo campanhas educativas sobre os riscos do uso de substâncias e a importância da atividade física (OMS, 2021). Além disso, intervenções que promovam habilidades socioemocionais, como resiliência e regulação emocional, têm se mostrado eficazes na redução dos comportamentos de risco entre adolescentes expostos ao *bullying* (Ferreira; Gonçalves, 2020).

Portanto, a relação entre *bullying* e comportamentos de risco à saúde ressalta a necessidade de abordagens integradas e intersetoriais para mitigar os efeitos negativos dessa experiência adversa. O fortalecimento das redes de apoio social e escolar, aliado a políticas públicas que incentivem práticas saudáveis, é essencial para a promoção de um ambiente mais seguro e acolhedor para os jovens.

No ambiente escolar, medidas preventivas têm sido recomendadas por especialistas, incluindo a implementação de programas educativos voltados à conscientização sobre o *bullying*. Segundo Vieira e Carvalho (2022), iniciativas que envolvem a capacitação de professores e gestores escolares são essenciais para identificar, intervir e prevenir situações de violência. Essas capacitações devem incluir treinamentos sobre mediação de conflitos, comunicação não violenta e suporte emocional aos alunos.

Uma das estratégias mais citadas na literatura é a adoção de programas estruturados de prevenção, como o Programa Olweus de Prevenção ao *Bullying* (*Olweus Bullying Prevention Program* - OBPP), que já foi implementado em diversas escolas ao redor do mundo. Esse programa se baseia em intervenções em múltiplos níveis, abrangendo ações individuais, em sala de aula e na escola como um todo, com resultados comprovados na redução dos índices de *bullying* (Olweus, 1993). No Brasil, programas como o “Escola que Protege” buscam integrar as ações de combate ao *bullying* com outras formas de violência escolar, promovendo ambientes seguros e inclusivos (Brasil, 2015).

Além das ações no ambiente escolar, a participação das famílias é crucial. Estudos mostram que pais envolvidos na vida escolar de seus filhos têm maior probabilidade de identificar sinais de *bullying* e de oferecer o suporte necessário (Carvalho, 2023). Campanhas de conscientização para os responsáveis podem ajudar a fortalecer o vínculo entre pais e filhos, promovendo o diálogo e a confiança como ferramentas para prevenir e enfrentar o *bullying*.

Ainda, pondera-se o suporte às vítimas, que muitas vezes enfrentam barreiras para denunciar o *bullying* devido ao medo de represálias ou à falta de confiança nos adultos responsáveis. De acordo com Silva e Santos (2021), a criação de espaços seguros dentro das escolas, como grupos de apoio e canais anônimos de denúncia, pode encorajar as vítimas a buscar

ajuda. Adicionalmente, o suporte psicológico, tanto para as vítimas quanto para os agressores, é fundamental para mitigar os danos emocionais e prevenir a reincidência.

No ordenamento jurídico brasileiro, a Lei nº 13.185/2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática, constitui um marco normativo no enfrentamento do *bullying* e do *cyberbullying*. A legislação define a intimidação sistemática como todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo, sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo contra uma ou mais pessoas, estabelecendo diretrizes para sua prevenção e enfrentamento no âmbito das instituições de ensino e demais espaços de convivência social (Brasil, 2015).

Entre as estratégias previstas pela lei, destacam-se: a implementação de ações educativas permanentes, voltadas à conscientização sobre o problema; a capacitação de docentes, gestores e equipes pedagógicas para a identificação precoce e o manejo adequado dos casos; o estímulo à mediação de conflitos e à cultura da paz; e o desenvolvimento de planos de ação institucionais que priorizem medidas de caráter pedagógico e preventivo, em detrimento de abordagens exclusivamente punitivas. A lei também prevê o envolvimento das famílias e da comunidade escolar como elementos centrais na construção de ambientes seguros e acolhedores (Brasil, 2015).

No ordenamento jurídico brasileiro, o enfrentamento do *bullying* e do *cyberbullying* encontra respaldo no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Marco Civil da Internet, que estabelecem princípios fundamentais para a proteção integral de crianças e adolescentes. O ECA (Lei nº 8.069/1990) assegura o direito à dignidade, ao respeito e à integridade física, psíquica e moral, prevendo que nenhuma criança ou adolescente deve ser submetido a qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência ou opressão, cabendo à família, à sociedade e ao Estado o dever de prevenir e intervir diante de violações de direitos.

Já o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) regulamenta o uso da internet no Brasil, estabelecendo princípios como a proteção da privacidade, dos dados pessoais e da dignidade da pessoa humana no ambiente digital. No contexto do *cyberbullying*, essa legislação fornece base normativa para a responsabilização por conteúdos ofensivos e abusivos, bem como para a adoção de medidas de remoção de conteúdos e preservação de provas, reforçando a necessidade de um ambiente virtual seguro e compatível com os direitos fundamentais de crianças e adolescentes.

Apesar do avanço normativo representado pela Lei nº 13.185/2015, a literatura aponta que sua implementação ainda enfrenta desafios significativos, especialmente no que se refere à capacitação continuada dos profissionais da educação, à sistematização de mecanismos de monitoramento e à integração efetiva entre os setores da educação, saúde, assistência social e sistema de garantia de direitos (Brasil, 2015). Assim, o fortalecimento das estratégias previstas

em lei depende da articulação intersetorial e da incorporação dessas diretrizes às políticas públicas locais, de modo a assegurar respostas mais eficazes e sustentáveis ao fenômeno do *bullying* e do *cyberbullying*.

Deste modo, a construção de uma cultura de respeito e inclusão é um objetivo de longo prazo que exige esforços contínuos e integrados. Segundo a Organização Mundial da Saúde (2021), intervenções que promovem habilidades socioemocionais, como empatia, autocontrole e resolução de conflitos, têm mostrado resultados promissores na prevenção de comportamentos agressivos entre os jovens. Além disso, ações comunitárias que envolvem organizações não governamentais e redes de apoio social podem ampliar o alcance das iniciativas preventivas, criando uma rede de proteção mais abrangente.

Sendo assim, estratégias de prevenção e enfrentamento do *bullying* devem ser amplas e integradas, considerando as especificidades dos contextos em que o fenômeno ocorre. Apenas por meio da combinação de esforços educativos, familiares, comunitários e governamentais será possível criar ambientes mais seguros e acolhedores para crianças e adolescentes, contribuindo para seu pleno desenvolvimento.

Nesse contexto de vulnerabilidades estruturais, diferentes formas de violência podem se manifestar simultaneamente na vida dos adolescentes. Entre elas destacam-se o trabalho infantil e o *bullying*, fenômenos que, embora frequentemente investigados separadamente, podem ocorrer de forma concomitante.

2.5 Coocorrência de trabalho infantil e *bullying*: a proposta de um modelo integrador

O *bullying* é amplamente reconhecido como uma experiência adversa significativa, capaz de gerar impactos profundos no desenvolvimento psicológico e emocional de crianças e adolescentes. A exposição prolongada a comportamentos de intimidação, exclusão ou agressão afeta não apenas a saúde mental das vítimas, mas também suas perspectivas de interação social e seu desempenho em diversas áreas da vida (Pereira; Viana, 2021a). Estudos têm demonstrado que os efeitos do *bullying* podem se manifestar de forma aguda e crônica, resultando em consequências emocionais e comportamentais que frequentemente persistem até a vida adulta.

No TI, o tempo dedicado ao trabalho prejudica crianças e adolescentes nos seus aspectos sociais, psicológicos e emocionais, substituindo o lazer, a brincadeira e a criatividade, influenciando na formação de sua identidade e personalidade, além de pular ou prejudicar o trânsito normal do desenvolvimento afetivo, cognitivo e social (Brasil, 2023a).

[o]s riscos psicossociais decorrem de deficiências na concepção, organização e gestão do trabalho, bem como de um contexto social de trabalho problemático, podendo ter efeitos negativos a nível psicológico, físico e social tais como stress relacionado com o trabalho, esgotamento ou depressão (Brasil, 2023a, p.b 21).

As vítimas de *bullying* apresentam maior vulnerabilidade ao desenvolvimento de transtornos psicológicos, como depressão, ansiedade e transtorno de estresse pós-traumático (TEPT). Segundo Silva e Santos (2021), adolescentes expostos ao *bullying* em contextos escolares têm uma probabilidade duas vezes maior de apresentar sintomas depressivos quando comparados aos seus pares não vitimados.

Além disso, a baixa autoestima e o sentimento de rejeição social frequentemente relatados por vítimas de *bullying* estão associados ao aumento de comportamentos auto lesivos e ideação suicida, consumo excessivo de álcool e drogas ilícitas e conseqüentemente esses comportamentos levam não só depressão como a doenças como câncer e cardiovasculares formando desfechos com gravidades muita das vezes irreversíveis dessa forma de violência (Carvalho, 2023; Oliveira *et al.*, 2025; Pacífico *et al.*, 2025).

A exposição a esse tipo de violência também compromete o desenvolvimento socioemocional, dificultando a construção de relacionamentos saudáveis e de confiança. De acordo com Vieira e Carvalho (2022), crianças e adolescentes que sofrem *bullying* tendem a desenvolver estratégias de evitação social, isolando-se de seus pares e apresentando dificuldade em estabelecer vínculos afetivos. Essa dinâmica prejudica não apenas a interação social, mas também o desempenho acadêmico, uma vez que o ambiente escolar é percebido como hostil e ameaçador.

Os agressores, por sua vez, também sofrem impactos psicológicos e emocionais. Embora sejam frequentemente vistos como detentores de poder nas relações de *bullying*, esses jovens apresentam maior probabilidade de envolvimento em comportamentos de risco, como uso de substâncias psicoativas e delinquência juvenil (Stochero *et al.*, 2021; Pacífico *et al.*, 2025). Além disso, a exposição contínua a comportamentos agressivos reforça padrões de interação interpessoal baseados em violência, aumentando o risco de perpetuação desses comportamentos na vida adulta.

Os impactos do *bullying* não se limitam às vítimas e aos agressores, mas também afetam os espectadores. Testemunhar episódios de *bullying* pode gerar ansiedade, sentimento de impotência e culpa, especialmente quando os espectadores se sentem incapazes de intervir ou proteger as vítimas (Ferreira; Gonçalves, 2020). Essa dinâmica contribui para a criação de um ambiente escolar onde a violência é normalizada, perpetuando um ciclo de medo e insegurança.

Crianças e adolescentes possuem os sistemas neurológicos e psicológicos imaturos, a exposição a fatores como medo, insegurança e exploração podem levá-los a um quadro de fadiga psíquica, a perda da autoestima e até mesmo a depressão, desta forma, o trabalho precoce pode afetar diretamente no desenvolvimento de um indivíduo saudável (Brasil, 2023a).

No longo prazo, os efeitos do *bullying* podem ser observados em várias esferas da vida adulta. Indivíduos que sofreram *bullying* na infância têm maior probabilidade de apresentar problemas de saúde mental, dificuldades de relacionamento e menor satisfação com a vida (Olweus, 1993). Além disso, estudos indicam que essas pessoas frequentemente enfrentam desafios no mercado de trabalho, como dificuldade em lidar com críticas e maior predisposição ao esgotamento emocional (Pereira; Viana, 2021).

A compreensão dos impactos do *bullying* e do TI no desenvolvimento psicológico e emocional ressalta a importância de intervenções precoces e integradas. De acordo com a OMS (2021), é fundamental que escolas e comunidades adotem estratégias para identificar e abordar os casos de *bullying* e TI, promovendo ambientes que favoreçam o bem-estar emocional e social dos jovens. Tais esforços devem incluir não apenas o suporte às vítimas, mas também programas de reabilitação para agressores e ações educativas voltadas aos espectadores, fortalecendo uma cultura de empatia e respeito mútuo.

O *bullying* no Brasil é uma questão de crescente preocupação devido à sua alta prevalência e às graves consequências para os envolvidos. O ambiente escolar, onde crianças e adolescentes passam uma parte significativa de suas vidas, frequentemente se torna palco de interações agressivas e intimidadoras que caracterizam o *bullying* (Pereira e Viana, 2021). De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) de 2019, aproximadamente 23% dos estudantes brasileiros relataram ter sofrido *bullying* nos 30 dias anteriores à pesquisa, sendo as agressões verbais e psicológicas as mais comuns (Brasil, 2020b).

No caso do TI, a infância e a adolescência são muitas vezes roubadas, onde os indivíduos são proibidos de seus direitos mais fundamentais, o direito de ir à escola (Brasil, 2023a). Estudos indicam que escolas localizadas em áreas urbanas de maior vulnerabilidade social, como periferias e comunidades de baixa renda, apresentam índices mais elevados de *bullying* e de TI, devido a fatores como a desigualdade socioeconômica, a violência comunitária e a falta de suporte psicológico adequado (Silva e Santos, 2021; Oliveira *et al*, 2022; Cerqueira *et al.*, 2018).

Um fator preocupante no Brasil é a interseccionalidade do *bullying* com outras formas de discriminação. Adolescentes que pertencem a grupos marginalizados, como indígenas, negros e membros da comunidade LGBTQIA+, são frequentemente alvos de *bullying* em função de sua identidade étnica, orientação sexual ou expressão de gênero. Esses jovens enfrentam não apenas

a agressão dos colegas, mas também a falta de suporte de educadores e gestores escolares, que muitas vezes não estão preparados para lidar com situações de violência e preconceito no ambiente escolar (Ferreira; Gonçalves, 2020).

No contexto educacional brasileiro, o *bullying* também tem implicações significativas para o desempenho acadêmico. Vítimas de *bullying* apresentam maior tendência ao absentismo escolar, menor engajamento nas atividades acadêmicas e maiores taxas de evasão. Essas consequências afetam não apenas os indivíduos diretamente envolvidos, mas também o clima escolar como um todo, criando um ambiente de insegurança e desconfiança (Vieira e Carvalho, 2022).

Por outro lado, as estratégias de prevenção e enfrentamento têm se mostrado limitadas em abrangência e eficácia. Programas pontuais, muitas vezes desvinculados de um projeto pedagógico integrado, falham em abordar a complexidade do fenômeno do *bullying* (Carvalho, 2023). Estudos sugerem que uma abordagem eficaz deve incluir não apenas intervenções para as vítimas e os agressores, mas também a capacitação de toda a comunidade escolar, incluindo professores, gestores e familiares, para que possam reconhecer e intervir de maneira adequada em situações de *bullying* (OMS, 2021).

A persistência do *bullying* nas escolas brasileiras reflete também uma cultura que, em muitos casos, normaliza comportamentos agressivos e ignora os impactos emocionais e psicológicos da violência. Nesse contexto, é essencial que as instituições educacionais sejam fortalecidas com recursos e capacitações que promovam a inclusão, o respeito e a empatia entre os estudantes (Ferreira; Gonçalves, 2020). Além disso, a criação de espaços de diálogo e escuta ativa pode contribuir para a construção de um ambiente escolar mais seguro e acolhedor.

3 METODOLOGIA

3.1 Desenho e cenário da pesquisa

O delineamento do estudo foi quantitativo e transversal de base escolar. Trata-se de um subprojeto da pesquisa intitulada: “Experiência adversa na adolescência - um inquérito de base escolar sobre a ocorrência de TI em Manaus, Amazonas”.

O município de Manaus tem uma população estimada de 2.255.903 habitantes. É constituída de 63 bairros, organizados em 04 zonas administrativas. Trata-se de uma região urbana com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,737, sendo a renda média per capita de 03 salários-mínimos (IBGE, 2020).

O cenário do estudo foi composto por escolas públicas da região urbana da cidade de Manaus, que envolve os bairros das sete coordenadorias distritais de educação. Nesta região estão localizadas 233 escolas públicas vinculadas a Secretaria de Estado de Educação e Desporto (SEDUC/AM), com turnos diurnos e noturnos, e estão matriculados cerca de 223.102 alunos.

3.2 População fonte

Das 233 escolas públicas da região urbana de Manaus, vinculadas à SEDUC, 92 foram consideradas inelegíveis pelos seguintes motivos:

- a) 05 Escolas de Educação Especial: modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
- b) 04 Escolas de Educação de Jovens e Adultos (EJA): modalidade de ensino destinada ao público que não completou, abandonou ou não teve acesso à educação formal na idade apropriada, e que provavelmente haverá predominância de alunos em idade adulta;
- c) 39 Escolas de Ensino de Tempo Integral: essa modalidade de ensino é uma estratégia nacional de enfrentamento ao TI, prevista no Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento do Trabalho Infantil, o que diminuiria a chance de detecção do desfecho de interesse da pesquisa (trabalho infantil);
- d) 44 Escolas Direcionadas Exclusivamente ao Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano): cujos estudantes apresentam faixa etária de 7 a 11 anos de idade, o que exigiria uma abordagem diferenciada para detecção do desfecho de interesse da pesquisa.

Desse modo, restaram 141 escolas públicas estaduais da região urbana de Manaus, elegíveis para o estudo.

3.3 População de estudo e plano amostral

De acordo com os critérios de inclusão e exclusão previamente definidos, a população de estudo foi constituída por estudantes matriculados em 141 escolas estaduais que ofertam o Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) e o Ensino Médio no município de Manaus, Amazonas, totalizando 145.650 alunos elegíveis. Deste universo, foram considerados elegíveis para participação no estudo os adolescentes com idade entre 12 e 17 anos, regularmente matriculados no período da coleta de dados.

O cálculo do tamanho amostral foi realizado por meio da plataforma OpenEpi, adotando-se uma prevalência estimada de 50% ($p = 0,5$), valor que maximiza a variância amostral, com erro máximo de 5,0% e nível de confiança de 95%. Considerando o total de estudantes elegíveis, obteve-se um tamanho amostral mínimo de 384 adolescentes.

O plano amostral adotado foi do tipo amostragem estratificada proporcional, tendo como estratos as zonas administrativas do município de Manaus, conforme classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Inicialmente, realizou-se o sorteio das escolas dentro de cada zona administrativa, de forma proporcional ao número de escolas elegíveis por estrato, garantindo a representatividade territorial da amostra.

Após o sorteio das escolas, procedeu-se à seleção dos estudantes no interior de cada escola, respeitando o quantitativo previamente definido para cada zona administrativa. A seleção dos alunos foi realizada por amostragem aleatória simples, a partir das listas nominais de estudantes fornecidas pelas escolas, considerando apenas aqueles que atendiam aos critérios de elegibilidade e que apresentaram os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) devidamente assinados.

A distribuição do número de alunos por zona administrativa foi calculada de forma proporcional ao peso dos estratos, conforme apresentado no Quadro 1, assegurando que cada região da cidade contribuísse para a amostra de acordo com sua representatividade no universo de escolas elegíveis.

Quadro 1 . Aspectos amostrais para a seleção das escolas e alunos participantes da pesquisa*

Zona	Escolas Elegíveis	Peso dos Estratos	Alunos
Centro Oeste	9	$(9/141) \times 100 = 6,4$	$(384 \times 6,4) / 100 = 25$
Centro Sul	9	$(9/141) \times 100 = 6,4$	$(384 \times 6,4) / 100 = 25$
Leste	25	$(25/141) \times 100 = 17,7$	$(384 \times 17,7) / 100 = 68$
Norte	40	$(40/141) \times 100 = 28,4$	$(384 \times 28,4) / 100 = 109$
Oeste	20	$(20/141) \times 100 = 14,2$	$(384 \times 14,2) / 100 = 54$
Sul	38	$(38/141) \times 100 = 26,9$	$(384 \times 26,9) / 100 = 103$
Total	141	100,0	384

*Nota: Explicação do quadro acima:

Coluna 1 (Zona): Zonas administrativas da cidade de Manaus, Amazonas.

Coluna 2 (Escolas elegíveis): Distribuição das escolas estaduais elegíveis de acordo com a zona administrativa da cidade de Manaus, Amazonas.

Coluna 3 (Peso dos estratos): Peso dos estratos da distribuição das escolas por zona administrativa.

Coluna 4 (Alunos): Distribuição do tamanho amostral de alunos de acordo com o peso do estrato de cada zona administrativa.

As escolas sorteadas para o alcance do quantitativo de alunos por zona administrativa para a realização da sensibilização e coletas de dados encontra-se em anexo (Anexo A).

Durante a coleta de dados, eventuais recusas, ausências no dia da aplicação e pendências relacionadas à documentação ética foram prontamente supridas pela inclusão de outros estudantes elegíveis da mesma escola e estrato amostral. de modo a manter a proporcionalidade previamente estabelecida entre as zonas administrativas do município. A coleta foi conduzida em todas as visitas programadas às escolas selecionadas e, diante da disponibilidade de estudantes aptos a participar, optou-se por manter a inclusão de participantes até o encerramento do trabalho de campo, com o objetivo de ampliar a precisão das estimativas e o poder analítico do estudo. Ao final, a amostra foi composta por 453 adolescentes, número superior ao mínimo inicialmente calculado, sem comprometer a representatividade do delineamento amostral adotado.

3.4 Coleta e processamento de dados

A coleta de dados foi realizada após contato prévio com as escolas contempladas no sorteio, ocasião em que foram entregues os Termos de Autorização para a Coleta de Dados na Escola, devidamente assinados pela equipe gestora (Anexo B). O trabalho de campo foi conduzido por uma equipe previamente treinada, composta por docentes pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação, bem como por profissionais com experiência em abordagem social. A primeira fase da coleta ocorreu no período de agosto a novembro de 2023, enquanto a segunda fase foi realizada entre outubro e novembro de 2024, em razão do atraso no repasse do financiamento da pesquisa.

Durante todo o período de trabalho de campo, a coleta de dados foi supervisionada pela coordenadora da pesquisa, com a realização de reuniões semanais para acompanhamento das atividades, esclarecimento de dúvidas e alinhamento de procedimentos. Além disso, os pesquisadores de campo contaram com um Manual para Conferência de Questionários, elaborado especificamente para orientar a padronização das abordagens, o preenchimento adequado dos instrumentos e a conferência das respostas coletadas.

Com o objetivo de ampliar a adesão dos estudantes à pesquisa, foi desenvolvida previamente uma atividade de sensibilização. Essa atividade consistiu em visitas realizadas pela equipe de pesquisa às salas de aula das escolas participantes, ocasião em que os alunos foram informados, de forma clara e acessível, sobre o projeto, seus objetivos, sua finalidade científica e a importância da participação voluntária. Nesse momento, também foram esclarecidos os aspectos éticos da pesquisa, destacando-se o caráter confidencial das informações e a inexistência de prejuízos em caso de não participação.

Durante a atividade de sensibilização, os estudantes receberam os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – Anexo C), os quais deveriam ser levados aos pais ou responsáveis legais para leitura e assinatura. Também foram fornecidas orientações para que os alunos pudessem explicar, em seus domicílios, o propósito da pesquisa e a relevância da colaboração familiar no processo de autorização.

No que se refere à aferição do *bullying*, destaca-se que o instrumento de coleta contemplou duas questões específicas, direcionadas exclusivamente à experiência de sofrer *bullying*, ou seja, à condição de vitimização. Essa delimitação metodológica foi adotada de forma intencional, considerando o objetivo central do estudo de analisar a prevalência do *bullying* enquanto experiência adversa e sua associação com o trabalho infantil, não sendo foco da investigação as posições de agressor ou espectador. Ressalta-se que essas questões abordam a percepção do adolescente quanto à ocorrência de situações repetidas de intimidação, humilhação ou agressão no contexto escolar, conforme explicitado no questionário aplicado.

Reconhece-se, contudo, que a utilização de um número reduzido de questões limita a captação da complexidade do fenômeno do *bullying*, que pode se manifestar de diferentes formas, física, verbal, psicológica, relacional ou virtual, e envolver múltiplas dinâmicas interpessoais. Assim, a opção metodológica adotada restringe a análise à dimensão da vitimização autorreferida, podendo limitar a abrangência interpretativa dos resultados. Essa limitação é assumida de forma explícita, considerando-se que instrumentos mais extensos ou escalas multidimensionais ampliariam o detalhamento analítico, porém implicariam maior tempo de aplicação e possível redução da adesão dos participantes no contexto escolar.

Após a coleta, os questionários foram submetidos à análise pelos pesquisadores, com foco na verificação da consistência das respostas, na identificação de inconsistências e na padronização das decisões frente a questões pendentes ou incompletas, garantindo a qualidade e a confiabilidade dos dados obtidos.

As entrevistas foram realizadas em local reservado nas escolas sorteadas, conduzidas por pesquisadores de campo previamente capacitados. A participação dos estudantes ocorreu mediante a apresentação do Termo de Autorização para a Coleta de Dados na Escola (Anexo B), do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – Anexo C), assinado pelos pais ou responsáveis, e do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE – Anexo D), devidamente assinado pelos próprios participantes.

Adicionalmente, devem ser consideradas as limitações inerentes ao delineamento transversal adotado. Estudos dessa natureza permitem estimar prevalências e identificar associações entre variáveis, porém não possibilitam estabelecer relações de causalidade ou a direção temporal entre exposição e desfecho, uma vez que a coleta de dados ocorre em um único momento. Assim, não é possível determinar se as experiências adversas antecederam ou decorreram do trabalho infantil e do *bullying*, limitando inferências sobre processos etiológicos.

Vale mencionar que, no que tange os possíveis vieses de informação decorrentes do uso de dados autorreferidos. A investigação de temas sensíveis, como trabalho infantil e vitimização por *bullying*, pode estar sujeita à subnotificação, seja por medo de estigmatização, receio de sanções familiares ou institucionais, constrangimento pessoal ou dificuldades de reconhecimento dessas experiências como formas de violência ou violação de direitos. No caso específico do trabalho infantil, práticas naturalizadas em determinados contextos socioculturais podem não ser percebidas pelos adolescentes como trabalho, reduzindo a acurácia das estimativas.

No que concerne ao *bullying*, a aferição baseada na autopercepção da vítima pode introduzir variações decorrentes de diferenças individuais na interpretação das situações, na memória dos eventos e na disposição para relatar experiências negativas. Além disso, a restrição do instrumento à dimensão da vitimização não contempla outras posições do fenômeno, como agressor ou espectador, podendo limitar a compreensão da dinâmica relacional envolvida.

Apesar dessas limitações, a utilização de procedimentos padronizados de coleta, treinamento da equipe de campo, garantia de anonimato e confidencialidade das respostas contribuiu para reduzir potenciais vieses e aumentar a validade interna do estudo. Ainda assim, os resultados devem ser interpretados com cautela, considerando as possíveis distorções associadas à subnotificação e ao caráter transversal da investigação.

3.5 Controle de qualidade

Treinamento: todos os envolvidos na pesquisa (pesquisadores e pesquisadores de campo) foram previamente treinados para a realização das entrevistas com fins de padronizar a abordagem utilizada junto aos adolescentes entrevistados.

Pré-teste: realizado primeiramente entre os pesquisadores de campo e em seguida com 68 adolescentes (12 a 17 anos de idade) de uma Organização da Sociedade Civil que desenvolve ações com o público de interesse da pesquisa o que proporcionou ajustes no questionário e na abordagem aos participantes.

Padronização do processo de tomada de decisão: os pesquisadores de campo seguiam normas e orientações padronizadas quanto ao preenchimento dos questionários de acordo com as dúvidas dos entrevistados. Todo e qualquer questionamento que pudesse surgir durante as entrevistas, o coordenador de área era acionado, e diante da permanência da dúvida a coordenadora da pesquisa.

Reuniões semanais: a equipe de pesquisa realizava encontros semanais para a conferência do preenchimento dos questionários da pesquisa.

Dupla digitação: o armazenamento dos dados foi realizado no software Jamovi (versão 2.4.8), com a digitação dos instrumentos no sistema de dupla entrada independente (com dois digitadores).

Análise de inconsistência: foram estabelecidas rotinas de checagem de inconsistências durante esta etapa, além da checagem das informações nos questionários originais, se necessário.

3.6 Variáveis de interesse e os instrumentos de aferição

A versão completa do instrumento de coleta de dados consta em anexo neste trabalho (Anexo E). Entretanto, para o alcance dos objetivos propostos neste estudo, foram utilizadas apenas as variáveis referentes aos aspectos individuais – Informações Gerais (Módulo I), Estrutura Familiar (Módulo II), Trabalho Infantil (Módulo III) e Outras Experiências Adversas (Módulo IV).

A variável trabalho infantil (TI) foi aferida por meio de questões adaptadas do Manual de Metodologias para a Coleta de Dados por meio de Inquérito – Estatísticas do Trabalho Infantil, da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2005), bem como dos parâmetros estabelecidos pela Convenção nº 182 da OIT, presentes no Módulo III do questionário. Foi considerado como

caso de trabalho infantil o adolescente que respondeu afirmativamente (1 – Sim) à questão 3, indicando envolvimento em atividade laboral incompatível com sua faixa etária.

A identificação dos casos de *bullying* foi realizada por meio das questões 7 e 8 do Módulo IV, baseadas no Questionário Internacional de Experiências Adversas na Infância e Adolescência, desenvolvido pela Organização Mundial da Saúde. Para fins analíticos, foram considerados casos de *bullying* os adolescentes que relataram ocorrência de vitimização por agressões entre pares no ambiente escolar, classificadas nas opções de resposta: (1 – Sim, uma única vez; 2 – Sim, poucas vezes; ou 3 – Sim, muitas vezes).

A variável coocorrência entre trabalho infantil e *bullying* foi construída a partir da combinação das duas variáveis previamente definidas. Para fins analíticos, foi criado um indicador dicotômico no qual 0 = não ocorrência de coocorrência, indicando que o adolescente não apresentou simultaneamente as duas situações (ou seja, não houve *bullying* e trabalho infantil ao mesmo tempo), e 1 = presença de coocorrência, quando o adolescente relatou ser vítima simultaneamente de *bullying* no ambiente escolar e envolvimento em trabalho infantil.

3.7 Análise dos dados

Após a estruturação e limpeza do banco de dados, as análises foram realizadas em duas etapas complementares, utilizando o software Jamovi (versão 2.6.44).

Na primeira etapa, foi conduzida a análise exploratória e descritiva das variáveis, com verificação das distribuições, identificação de valores inconsistentes ou ausentes e cálculo de medidas descritivas, por meio de frequências absolutas e relativas. Quando necessário, foram realizadas recodificações e transformações de variáveis para a construção de novos indicadores analíticos. Nessa fase, foram descritas as características individuais dos participantes, aspectos da estrutura familiar e a ocorrência de trabalho infantil, *bullying* e sua coocorrência.

Na segunda etapa, foram realizadas análises bivariadas com o objetivo de investigar os fatores associados à coocorrência de trabalho infantil e *bullying* entre os adolescentes. O desfecho foi definido como a ocorrência simultânea dessas duas experiências. As associações entre o desfecho e as variáveis independentes — incluindo características sociodemográficas, escolares, familiares e comportamentais — foram estimadas por meio do cálculo das razões de prevalência (RP) e seus respectivos intervalos de confiança de 95% (IC95%), estimadas por meio do modelo de regressão de Poisson com variância robusta. A significância estatística das associações foi avaliada por meio de testes apropriados para comparação entre proporções, adotando-se nível de significância de 5% ($p \leq 0,05$), e em todas foi utilizado o “peso” das zonas administrativas das escolas.

3.8 Aspectos éticos

Por se tratar de pesquisa que envolve seres humanos, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado do Amazonas e aprovado com o número 41 do parecer 5.734.226 (Anexo F), para avaliar a conformidade com as diretrizes e normas regulamentadoras da pesquisa, previstas na Resolução nº 466/2012 e no 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), após a anuência da Secretaria de Estado de Educação e Desporto (SEDUC/AM) (Anexo G) para realização da pesquisa e obtenção de colaboração para desenvolvê-la junto aos adolescentes escolares.

Aos participantes e aos representantes legais foram esclarecidos os objetivos, benefícios previstos e possíveis riscos ou incômodo que a pesquisa possa lhes acarretar, a garantia do sigilo e privacidade dos dados, sendo alertados de que somente haveria o preenchimento do questionário após a anuência no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – Anexo C), para os responsáveis, e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE – Anexo D), para os alunos.

4 MANUSCRITO SUBMETIDO À REVISTA DE ENSINO, EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS

Coocorrência entre trabalho infantil e *bullying* em adolescentes escolares de Manaus, Amazonas

Co-occurrence between child labor and bullying among school adolescents in Manaus, Amazonas

Resumo

O trabalho infantil e o *bullying* configuram violações de direitos e experiências adversas na adolescência, com impactos no desenvolvimento, desempenho escolar e saúde mental. Apesar da relevância desses fenômenos, ainda são escassos estudos sobre sua ocorrência simultânea em contextos amazônicos. Este estudo investigou a coocorrência entre trabalho infantil e *bullying* entre adolescentes escolares de Manaus, Amazonas, e analisou fatores associados. Trata-se de estudo epidemiológico, transversal, de base escolar, realizado com 453 adolescentes de 12 a 17 anos matriculados em escolas públicas urbanas. A amostra foi obtida por amostragem estratificada proporcional, e os dados foram coletados por questionário estruturado. Realizaram-se análises descritivas e bivariadas, com estimativa de razões de prevalência (RP) e intervalos de confiança de 95% (IC95%), por regressão de Poisson com variância robusta. Observou-se prevalência de *bullying* de 60,3%, trabalho infantil de 41,7% e coocorrência de 27,4%. A simultaneidade foi frequente entre adolescentes mais velhos, com uso de álcool e drogas, histórico de repetência e expulsão escolar. Também esteve associada à baixa escolaridade do responsável, convivência com usuários de substâncias e residência em áreas urbanas vulneráveis. Houve forte associação com outras experiências adversas, especialmente violência coletiva, abuso emocional, negligência emocional e abuso sexual. Conclui-se que trabalho infantil e *bullying* apresentam elevada ocorrência conjunta e constituem manifestações interligadas de vulnerabilidades sociais, familiares e escolares. Os achados reforçam a necessidade de ações integradas entre educação, assistência social e proteção de direitos, com foco na permanência escolar, prevenção das violências e fortalecimento das redes de apoio aos adolescentes.

Palavras-chave: Adolescência. Trauma na adolescência. Violência. Escolas.

Abstract

Child labor and bullying constitute violations of rights and adverse experiences during adolescence, with impacts on development, school performance, and mental health. Despite the relevance of these phenomena, studies on their simultaneous occurrence in Amazonian contexts remain scarce. This study investigated the co-occurrence of child labor and bullying among school adolescents in Manaus, Amazonas, and analyzed associated factors. This was a cross-sectional, school-based epidemiological study conducted with 453 adolescents aged 12 to 17 years enrolled in urban public schools. The sample was obtained through proportional stratified sampling, and data were collected using a structured questionnaire. Descriptive and bivariate analyses were performed, estimating prevalence ratios (PR) and 95% confidence intervals (95% CI) through Poisson regression with robust variance. The prevalence of bullying was 60.3%, child labor 41.7%, and co-occurrence 27.4%. Simultaneous exposure was more frequent among older adolescents, those reporting alcohol and drug use, and those with a history of grade

repetition and school expulsion. It was also associated with low educational level of the guardian, living with substance users, and residence in vulnerable urban areas. Strong associations were observed with other adverse experiences, especially collective violence, emotional abuse, emotional neglect, and sexual abuse. It is concluded that child labor and bullying present high joint occurrence and constitute interconnected manifestations of social, family, and school vulnerabilities. These findings reinforce the need for integrated actions involving education, social assistance, and rights protection, focusing on school retention, violence prevention, and strengthening support networks for adolescents.

Keywords: *Adolescence. Adolescent trauma. Violence. Schools.*

4.1 Introdução

A adolescência é uma fase crítica do desenvolvimento humano, caracterizada por intensas transformações biológicas, cognitivas, emocionais e sociais que redefinem a relação do indivíduo consigo mesmo e com o ambiente. Nesse período, consolidam-se competências socioemocionais, projetos de vida e padrões de interação social, ao mesmo tempo em que se ampliam as exposições a riscos e a situações de vulnerabilidade. A elevada plasticidade cerebral e a sensibilidade às influências contextuais tornam os adolescentes particularmente suscetíveis aos efeitos de experiências adversas, podendo estas repercutir de forma duradoura na saúde mental, no desempenho escolar e nas trajetórias de vida (Duell; Steinberg, 2019; Steinberg, 2019).

Entre os contextos centrais de socialização nessa etapa destaca-se a escola, espaço privilegiado de aprendizagem, convivência e construção da identidade social. Contudo, o ambiente educacional também pode refletir e reproduzir desigualdades sociais e dinâmicas de violência presentes no território, configurando-se simultaneamente como fator de proteção e de risco. Nesse cenário, diversas experiências adversas podem ocorrer, incluindo violência interpessoal, discriminação, negligência institucional e situações de exploração, comprometendo o bem-estar e o desenvolvimento dos estudantes (Haidt, 2024; Sena; Silva; Bastos, 2022; Steinberg, 2019).

O trabalho infantil e o *bullying* emergem como problemas recorrentes nesse contexto, configurando formas distintas de violência que afetam diretamente a população adolescente. O trabalho precoce, além de violar direitos fundamentais, pode prejudicar a frequência e o desempenho escolar, reduzir o tempo de lazer e intensificar a sobrecarga física e emocional (Brasil, 2020a). O *bullying*, por sua vez, caracteriza-se por agressões intencionais e repetidas entre pares, frequentemente associadas a desequilíbrios de poder, resultando em impactos significativos sobre a autoestima, o sentimento de pertencimento e a saúde mental (Olweus, 1993). Ambos os

fenômenos apresentam elevada prevalência no Brasil e estão associados a contextos de vulnerabilidade socioeconômica, familiar e comunitária (Corrêa; Oliveira; Bezerra, 2024).

Pesquisas educacionais indicam que o *bullying* compromete a participação em sala, reduz o engajamento escolar e aumenta absenteísmo e evasão (UNESCO, 2019) e apesar da relevância dessas problemáticas, ainda são escassos os estudos que investigam a coocorrência, especialmente em contextos amazônicos. Essa abordagem fragmentada limita a compreensão de como diferentes formas de violência se manifestam de maneira simultânea e interdependente no cotidiano dos adolescentes, potencializando seus impactos. Evidências provenientes de pesquisas sobre experiências adversas ao longo da infância e da adolescência demonstram que a exposição concomitante a múltiplos fatores de risco está associada a desfechos psicossociais mais desfavoráveis quando comparada à ocorrência isolada dessas experiências.

Nesse contexto, a análise da coocorrência dessas experiências mostra-se essencial para apreender a complexidade dos processos de vulnerabilização que permeiam o desenvolvimento adolescente. Este estudo justifica-se pela necessidade de aprofundar a compreensão do trabalho infantil e do *bullying* como manifestações de violência que frequentemente se articulam a outras adversidades. Ao examinar esses fenômenos à luz do referencial das experiências adversas na adolescência, busca-se produzir evidências capazes de subsidiar políticas públicas e intervenções integradas, orientadas à redução de danos e à promoção de ambientes escolares mais seguros e inclusivos. Tal perspectiva está alinhada às recomendações da Organização Mundial da Saúde (2021), que enfatiza a importância de estratégias intersetoriais no enfrentamento das múltiplas formas de violência que afetam crianças e adolescentes.

Diante desse panorama, emerge a seguinte questão de pesquisa: “Qual é a prevalência da coocorrência entre trabalho infantil e *bullying* entre adolescentes escolares em Manaus, Amazonas, e quais fatores estão associados a esse fenômeno?”

Assim, este estudo tem como objetivo geral investigar a coocorrência do trabalho infantil e do *bullying* entre adolescentes escolares de Manaus, Amazonas, compreendendo-a como uma experiência adversa na adolescência. Como objetivos específicos, busca-se estimar a prevalência de trabalho infantil e *bullying*, descrever o perfil de coocorrência entre esses fenômenos e analisar os fatores associados à sua ocorrência conjunta. O artigo está estruturado em quatro seções principais: introdução, que apresenta a fundamentação teórica e a justificativa do estudo; metodologia, que descreve os procedimentos adotados; resultados e discussão, que expõem e interpretam os achados; e conclusão, que sintetiza as principais evidências e as implicações.

4.2 Material e métodos

Trata-se de um estudo quantitativo, transversal e de base escolar, desenvolvido como subprojeto da pesquisa “Experiência adversa na adolescência: um inquérito de base escolar sobre a ocorrência de trabalho infantil em Manaus, Amazonas”. O estudo foi realizado em escolas públicas estaduais da área urbana do município de Manaus, capital do estado do Amazonas, que possui população estimada de 2.255.903 habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,737 (IBGE, 2020). No município, existem 233 escolas estaduais vinculadas à Secretaria de Estado de Educação e Desporto (SEDUC/AM), distribuídas em diferentes zonas administrativas da cidade.

Após a aplicação dos critérios de elegibilidade, 141 escolas estaduais da zona urbana foram consideradas aptas para o estudo. A população elegível foi composta por estudantes matriculados no Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) e no Ensino Médio, totalizando 145.650 alunos. Foram incluídos adolescentes com idade entre 12 e 17 anos regularmente matriculados no período da coleta.

O tamanho amostral foi calculado utilizando a plataforma OpenEpi, adotando prevalência estimada de 50%, erro máximo de 5% e nível de confiança de 95%, resultando em amostra mínima de 384 adolescentes. Foi utilizado plano amostral estratificado proporcional, considerando as zonas administrativas do município como estratos. As escolas foram selecionadas por sorteio dentro de cada estrato e, posteriormente, os estudantes foram selecionados por amostragem aleatória simples a partir das listas nominais fornecidas pelas escolas.

A coleta de dados foi realizada em dois momentos, entre agosto e novembro de 2023 e entre outubro e novembro de 2024, após autorização das escolas participantes. A realização em períodos distintos ocorreu em razão do atraso no repasse financeiro destinado ao financiamento da pesquisa, o que demandou a reorganização do cronograma de campo. O trabalho de campo foi conduzido por equipe previamente treinada, composta por pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação.

Antes da aplicação dos questionários, foi realizada uma atividade de sensibilização nas escolas, com apresentação dos objetivos do estudo e orientações sobre os procedimentos de participação. Os estudantes receberam os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido para assinatura dos responsáveis e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido para participação voluntária.

Os questionários foram aplicados em ambiente reservado nas escolas e, após a coleta,

passaram por procedimentos de conferência, verificação de consistência e organização do banco de dados.

Para garantir a qualidade dos dados, foram adotadas estratégias como treinamento prévio da equipe de campo, realização de pré-teste do instrumento com adolescentes, padronização dos procedimentos de coleta, supervisão contínua das atividades de campo e reuniões periódicas da equipe de pesquisa. O banco de dados foi digitado em sistema de dupla entrada e submetido à checagem de inconsistências.

Foram utilizadas variáveis referentes a características individuais, estrutura familiar, trabalho infantil e outras experiências adversas. A variável trabalho infantil foi aferida por meio de questões adaptadas do Manual de Metodologias para Coleta de Dados sobre Trabalho Infantil da Organização Internacional do Trabalho. Foram considerados casos de trabalho infantil os adolescentes que relataram envolvimento em atividade laboral incompatível com sua faixa etária.

O *bullying* foi avaliado por meio de duas questões baseadas no Questionário Internacional de Experiências Adversas na Infância e Adolescência da Organização Mundial da Saúde, considerando-se como caso os adolescentes que relataram vitimização por agressões entre pares no ambiente escolar.

A variável de desfecho foi a coocorrência entre trabalho infantil e *bullying*, construída a partir da combinação das duas variáveis anteriores e categorizada de forma dicotômica (0 = ausência; 1 = presença).

As análises foram realizadas no software Jamovi (versão 2.6.44). Inicialmente, procedeu-se à análise descritiva das variáveis por meio de frequências absolutas e relativas. Em seguida, foram conduzidas análises bivariadas para investigar os fatores associados à coocorrência entre trabalho infantil e *bullying*. As associações foram estimadas por razões de prevalência (RP) e respectivos intervalos de confiança de 95% (IC95%), utilizando regressão de Poisson com variância robusta. Adotou-se nível de significância de 5% ($p \leq 0,05$), considerando-se o peso das zonas administrativas na análise.

Como limitação metodológica, ressalta-se que a estratégia analítica adotada se baseou em análises bivariadas, adequadas para identificar associações entre as variáveis investigadas, porém sem o controle simultâneo de potenciais fatores de confusão. Assim, a ausência de modelos multivariados pode restringir a interpretação independente dos fatores associados à coocorrência entre trabalho infantil e *bullying*.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Amazonas (parecer nº 5.734.226) e contou com anuência da Secretaria de Estado de Educação e Desporto do Amazonas. Todos os participantes e seus responsáveis foram informados sobre os

objetivos da pesquisa e assinaram os Termos de Consentimento e Assentimento Livre e Esclarecido, garantindo-se o sigilo e a confidencialidade das informações.

4.3 Resultados e discussão

A amostra foi composta por 453 adolescentes escolares, com predominância de estudantes de 16 a 17 anos, do gênero feminino e de raça/cor parda (Tabela 1). Observou-se elevada ocorrência dos agravos investigados, com destaque para a vitimização por *bullying* e a inserção em trabalho infantil, além de expressiva proporção de adolescentes que relataram vivenciar simultaneamente ambas as experiências adversas (27,4%).

A prevalência de *bullying* identificada neste estudo mostrou-se superior à observada em inquéritos nacionais, como a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), que descreve percentuais inferiores entre estudantes brasileiros. Essa diferença pode refletir especificidades do contexto amazônico, marcado por desigualdades territoriais e maior exposição a vulnerabilidades sociais. Evidências internacionais também indicam que escolas inseridas em territórios socialmente vulneráveis tendem a apresentar maiores níveis de violência entre pares.

Conforme apresentado na Tabela 1, a coocorrência entre trabalho infantil e *bullying* concentrou-se principalmente entre adolescentes mais velhos e residentes em determinadas zonas urbanas de Manaus. No contexto escolar, também se observou maior presença de histórico de repetência entre aqueles expostos ao desfecho investigado. Entre os comportamentos de risco, destacou-se o relato de consumo de álcool entre parcela relevante desse grupo.

Tabela 1. Características da amostra total estudada e dos fatores individuais dos adolescentes de acordo com a coocorrência (trabalho infantil e *bullying*), Manaus, Amazonas, Brasil – 2024.

Variáveis	Amostra Total		IC95%	Coocorrência n(%)		
	N=453			124 (27,4)		IC95%
	N	%		n	%	
Faixa etária						
12 a 13	118	26,0	22,1 – 30,3	12	9,7	5,1 – 16,3
14 a 15	135	29,8	25,6 – 34,2	37	29,8	22,0 – 38,7
16 a 17	200	44,2	39,5 – 48,9	75	60,5	51,3 – 69,1
Gênero						
Mulheres (cis+trans)	279	61,6	56,9 – 66,1	70	56,4	47,3 – 65,3
Homens (cis+trans)	161	35,5	31,3 – 40,4	48	38,7	30,1 – 47,9
Não-binário/sem inf	13	2,9	1,4 – 4,6	6	4,9	1,8 – 10,2
Raça/cor						
Branca	71	15,7	12,4 – 19,4	20	16,1	10,1 – 23,8
Preta	42	9,3	6,8 – 12,3	13	10,5	5,7 – 17,3
Amarela	19	4,2	2,5 – 6,5	3	2,4	0,5 – 6,9
Parda	321	70,9	66,4 – 75,0	88	71,0	62,1 – 78,1
Comorbidade						
Sim	26	5,7	3,8 – 8,3	7	5,6	2,3 – 11,3
Não	427	94,3	91,7 – 96,2	117	94,4	88,7 – 97,7

Zona de residência						
Centro-oeste	66	14,6	11,5 – 18,2	14	11,3	6,3 – 18,2
Centro-sul	9	2,0	0,9 – 3,7	4	3,2	0,9 – 8,1
Leste	106	23,4	19,6 – 27,6	39	31,5	23,4 – 40,4
Norte	113	24,9	21,0 – 29,2	22	17,7	11,5 – 25,6
Oeste	28	6,2	4,1 – 8,8	5	4,0	1,3 – 9,2
Sul	120	26,5	22,5 – 30,8	33	26,6	19,1 – 35,3
Rural	11	2,4	1,2 – 4,3	7	5,6	2,3 – 11,3
Nacionalidade						
Brasileira	429	94,7	92,2 – 96,6	117	94,4	88,7 – 97,7
Outras	24	5,3	3,4 – 7,8	7	5,6	2,3 – 11,3
Naturalidade						
Manaus	348	76,8	72,7 – 80,6	91	73,4	64,7 – 80,9
Outros municípios	105	23,2	23,2 – 27,3	33	26,6	19,1 – 35,3
Frequência escolar						
1 a 4	33	7,3	5,1 – 10,1	9	7,3	3,4 – 13,3
5 ou mais	420	92,7	89,9 – 94,9	115	92,7	86,7 – 96,6
Repetiu de série						
Sim	65	14,3	11,3 – 17,9	26	21,0	14,2 – 29,2
Não	388	85,7	82,1 – 88,7	98	79,0	70,8 – 85,8
Expulso de escola						
Sim	9	2,0	0,9 – 3,7	3	2,4	0,5 – 6,9
Não	444	98,0	96,3 – 99,1	121	97,6	93,1 – 99,5
Tipo de moradia						
Própria	276	60,9	56,3 – 65,4	69	55,6	46,5 – 64,6
Outros	177	39,1	34,6 – 43,7	55	44,4	35,4 – 53,5
Usa/usou álcool						
Sim	92	20,3	16,7 – 24,3	35	28,2	20,5 – 30,7
Não	361	79,7	75,7 – 83,3	89	71,8	63,0 – 79,5
Usa/usou drogas						
Sim	10	2,2	1,1 – 4,0	6	4,8	1,8 – 10,2
Não	443	97,8	96,0 – 98,9	118	95,2	89,8 – 98,2

(cis+trans): inclui adolescentes que se identificaram como pessoas cisgênero e transgênero.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Os resultados sugerem que a coocorrência entre trabalho infantil e *bullying* tende a concentrar-se em adolescentes mais velhos, indicando que a exposição a múltiplas experiências adversas pode se intensificar ao longo da adolescência. À medida que avançam na idade, os jovens ampliam sua circulação social, assumem maiores responsabilidades e, em determinados contextos, passam a participar de atividades produtivas, o que pode aumentar a probabilidade de exposição simultânea à exploração e à violência. Steinberg (2019) destaca que a adolescência tardia corresponde a uma fase marcada por maior autonomia e sensibilidade às influências ambientais, especialmente em cenários de vulnerabilidade.

Medidas disciplinares excludentes no ambiente escolar podem aprofundar desigualdades educacionais e fragilizar vínculos protetivos, especialmente entre adolescentes já expostos a múltiplas vulnerabilidades. Evidências mostram que suspensões e expulsões estão associadas a pior desempenho acadêmico, maior evasão e afastamento da escola (Gregory; Skiba; Noguera, 2010).

A distribuição territorial do fenômeno também evidencia a influência dos determinantes

sociais da saúde. A maior concentração da coocorrência em determinadas zonas urbanas de Manaus sugere que desigualdades socioespaciais, precariedade das condições de vida, menor acesso a serviços públicos e maior exposição à violência comunitária contribuem para a produção dessas vulnerabilidades. Nessa perspectiva, a violência deve ser compreendida como fenômeno estrutural, resultante da interação entre fatores individuais, familiares, comunitários e sociais, conforme proposto pela Organização Mundial da Saúde em seu modelo ecológico (Aiquoc *et al.*, 2025).

Também se observou associação com comportamentos de risco, como o consumo de álcool. Justino *et al.* (2025) indicam que a exposição cumulativa a adversidades na infância e adolescência pode favorecer o uso precoce de substâncias psicoativas como estratégia de enfrentamento do sofrimento emocional. Além disso, Oliveira *et al.* (2025) afirmam que o trabalho infantil pode ampliar o contato com ambientes adultos e menos supervisionados, enquanto o *bullying* tende a comprometer autoestima, pertencimento e suporte social, criando condições propícias à adoção de condutas nocivas.

No âmbito familiar (Tabela 2), os achados apontam maior presença de domicílios numerosos, baixa escolaridade dos responsáveis e convivência com situações de vulnerabilidade social, como uso de álcool ou drogas e histórico de encarceramento no núcleo familiar. Em conjunto, esses elementos reforçam que trabalho infantil e *bullying* não constituem eventos isolados, mas expressões de contextos marcados por desigualdades estruturais e fragilidade das redes de proteção social.

Tabela 2. Características da amostra total estudada e da estrutura familiar dos adolescentes de acordo com a coocorrência (trabalho infantil e *bullying*), Manaus, Amazonas, Brasil – 2024.

Variáveis	Amostra Total N=453		IC95%	Coocorrência n (%) 124 (27,4)		IC95%
	N	%		N	%	
Qtde de pessoas que mora						
1 a 4	221	48,8	44,1 – 53,5	55	44,4	35,4 – 53,5
5 ou mais	232	51,2	46,5 – 55,9	69	55,6	46,5 – 64,6
Responsável pela família						
Pai/padrasto	219	48,3	43,7 – 53,1	60	48,4	39,3 – 57,5
Mãe/madrasta	163	36,0	31,6 – 40,6	44	35,5	27,1 – 44,6
Outros	71	15,7	12,4 – 19,4	20	16,1	10,1 – 23,8
Faixa etária do responsável						
Adulto	426	94,0	91,4 – 96,0	118	95,2	89,8 – 98,2
Idoso	27	6,0	4,0 – 8,6	6	4,8	1,8 – 10,2
Responsável trabalha						
Sim	388	85,7	82,1 – 88,7	104	83,9	76,2 – 89,9
Não	65	14,3	11,3 – 17,9	20	16,1	10,1 – 23,8
Escolaridade do responsável						
Não estudou/sem inf	91	20,1	16,5 – 24,1	19	15,3	9,5 – 22,9
Fundamental	97	21,4	17,7 – 25,5	39	31,5	23,4 – 40,4

Médio	196	43,3	28,7 – 48,0	54	43,5	34,7 – 52,7
Superior	69	15,2	12,0 – 18,9	12	9,7	5,1 – 16,3
Bolsa ou auxílio						
Sim	235	51,9	47,2 – 56,6	62	50,0	40,9 – 59,1
Não	218	48,1	43,4 – 52,8	62	50,0	40,9 – 59,1
Reside com pessoas que usam álcool ou drogas						
Sim	77	17,0	13,7 – 20,8	33	26,6	19,1 – 35,3
Não	376	83,0	79,2 – 86,3	91	73,4	64,7 – 80,9
Reside com pessoas que foram ou estejam presas						
Sim	44	9,7	7,1 – 12,8	15	12,1	6,9 – 19,2
Não	409	90,3	87,2 – 92,9	109	87,9	80,8 – 93,1
Tem namorado(a)						
Sim	92	20,3	16,7 – 24,3	37	29,8	22,0 – 38,7
Não	361	79,7	75,7 – 83,3	87	70,2	61,3 – 78,0

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Os achados referentes ao contexto familiar indicam que a coocorrência entre trabalho infantil e *bullying* tende a concentrar-se em ambientes marcados por maior vulnerabilidade socioeconômica e relacional, evidenciada pela presença de domicílios numerosos e responsáveis com menor escolaridade. Esse padrão é consistente com estudos sobre experiências adversas na infância e adolescência, que apontam a pobreza, a instabilidade familiar e a limitação de recursos educacionais como fatores que ampliam a exposição a múltiplas formas de violência e exploração. Em inquérito escolar realizado no Rio de Janeiro, Stochero *et al.* (2021) observaram que adversidades como negligência, dissolução familiar e condições socioeconômicas desfavoráveis tendem a ocorrer de forma acumulativa, atingindo principalmente estudantes de escolas públicas e de baixa renda. Nesse sentido, o maior número de pessoas no domicílio pode representar estratégias familiares de sobrevivência em cenários de escassez, mas também pode associar-se à sobrecarga de responsabilidades e à menor supervisão parental, favorecendo tanto a inserção precoce no trabalho quanto a exposição a conflitos interpessoais.

A elevada proporção de adolescentes que convivem com pessoas que fazem uso de álcool ou outras drogas, bem como com indivíduos com histórico de encarceramento, evidencia a inserção desses sujeitos em contextos domésticos marcados por vulnerabilidades sociais e relacionais. Tais cenários tendem a ser atravessados por estressores crônicos, fragilidade de vínculos e instabilidade nas dinâmicas familiares, impactando diretamente os processos de desenvolvimento. Nessa perspectiva, Mancilha e Covic (2024) compreendem as adolescências como construções histórico-sociais complexas, atravessadas por dimensões individuais, sociais e programáticas, o que exige uma análise ampliada dos contextos de vulnerabilidade em que esses sujeitos estão inseridos.

De modo complementar, Abrão, Diniz e Migliorini (2025) apontam que fatores familiares,

comunitários e relacionais constituem importantes determinantes de risco para o uso de substâncias na adolescência, estando associados a prejuízos no desenvolvimento biológico, cognitivo e social, bem como ao aumento da exposição a comportamentos de risco. Assim, situações de negligência, violência intrafamiliar e desorganização do ambiente doméstico configuram contextos desenvolvimentais adversos, relacionados a impactos persistentes na saúde mental, no comportamento e na trajetória social dos adolescentes, ampliando sua vulnerabilidade em diferentes espaços, incluindo o ambiente escolar.

Além disso, o contexto amazônico apresenta especificidades que intensificam a relação entre vulnerabilidade social e experiências adversas. Estudos regionais destacam que, em áreas marcadas por desigualdade estrutural e escassez de políticas públicas, a escola pode tornar-se simultaneamente espaço de proteção e de exposição a violências, a depender das condições institucionais e comunitárias. No Amazonas, a literatura aponta que a violência contra crianças e adolescentes está fortemente associada à precariedade socioeconômica e à fragilidade das redes de proteção social, exigindo atuação integrada entre escola, família e comunidade (Freitas; Oliveira; Sá, 2025).

Dessa forma, a coocorrência entre trabalho infantil e *bullying* observada neste estudo pode ser interpretada como expressão de um mesmo continuum de adversidades, no qual fatores familiares, sociais e institucionais interagem e produzem múltiplas formas de vulnerabilidade ao longo da adolescência.

A análise de outras experiências adversas (Tabela 3) reforçou essa interpretação ao indicar que a coocorrência investigada está inserida em um ciclo de múltiplas violências. Adolescentes desse grupo apresentaram maiores frequências de violência comunitária, violência coletiva e abuso emocional, além de percentuais expressivos de abuso físico e sexual, evidenciando sobreposição de riscos e persistência das vulnerabilidades ao longo do desenvolvimento.

Tabela 3. Características da amostra total estudada e de outras experiências adversas vivenciadas pelos adolescentes de acordo com a coocorrência (trabalho infantil e *bullying*), Manaus, Amazonas, Brasil – 2024

Variáveis	Amostra Total N=453		IC95%	Coocorrência n (%) 124 (27,4)		IC95%
	N	%		n	%	
	Abuso emocional					
Sim	204	45,0	40,4 – 49,7	83	66,9	57,9 – 75,1
Não	249	55,0	50,3 – 59,6	41	33,1	24,9 – 42,1
Negligência emocional						
Sim	76	16,8	13,5 – 20,5	36	29,0	21,2 – 37,9
Não	377	83,2	79,5 – 86,5	88	71,0	62,1 – 78,8
Abuso físico						
Sim	166	36,6	32,2 – 41,3	64	51,6	42,5 – 60,7
Não	287	63,4	58,7 – 67,8	60	48,4	39,3 – 57,5

Abuso sexual						
Sim	162	35,8	31,3 – 40,4	64	51,6	42,5 – 60,7
Não	291	64,2	59,6 – 68,7	60	48,8	39,3 – 57,5
Violência coletiva						
Sim	221	48,8	44,1 – 53,5	87	70,2	61,3 – 78,0
Não	232	51,2	46,5 – 55,9	37	29,8	22,0 – 38,7
Violência comunitária						
Sim	324	71,5	67,1 – 75,9	98	79,0	70,8 – 85,8
Não	129	28,5	24,4 – 32,9	26	21,0	14,2 – 29,2

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Os resultados indicam que a coocorrência entre trabalho infantil e *bullying* está inserida em um contexto de múltiplas experiências adversas, marcado por elevadas frequências de abuso emocional, físico e sexual, além de violência coletiva e comunitária. Esse padrão é consistente com estudos nacionais, como o de Stochero *et al.* (2021), que evidenciaram elevada prevalência de exposição simultânea a diferentes formas de violência entre estudantes, reforçando a compreensão de que a vulnerabilidade juvenil resulta da interação entre fatores familiares, escolares e comunitários.

A alta ocorrência de abuso emocional e negligência emocional sugere que a violência não se restringe ao espaço público, mas também atravessa as relações familiares. Estudos sobre experiências adversas apontam que maus-tratos e disfunções familiares comprometem o desenvolvimento socioemocional, a autoestima e a capacidade de regulação emocional, fatores diretamente relacionados à maior vulnerabilidade à vitimização escolar e à inserção precoce no trabalho. Santos *et al.* (2024), que identificaram associação entre experiências adversas e dificuldades de ajustamento psicológico, especialmente entre adolescentes submetidos à violência recorrente.

Os fatores associados identificados, como maior idade, uso de drogas, exclusão escolar e residência em áreas urbanas específicas, reforçam a hipótese de um ciclo de vulnerabilidade progressiva. A adolescência tardia é marcada por maior autonomia e ampliação das interações sociais, o que pode aumentar a exposição a contextos violentos e comportamentos de risco (Duell; Steinberg, 2019). Além disso, estudos sobre violência juvenil no Brasil indicam que desigualdades territoriais e socioeconômicas influenciam fortemente a distribuição da vitimização entre adolescentes, concentrando maiores riscos em áreas urbanas socialmente vulneráveis (Aiquoc *et al.*, 2025).

No contexto amazônico, Freitas, Oliveira e Sá (2025) ressaltam que a violência contra adolescentes está associada à fragilidade das redes de proteção social e à precariedade das condições de vida, exigindo abordagens intersetoriais que integrem escola, família e comunidade. Assim, a coocorrência entre trabalho infantil e *bullying* pode ser interpretada como manifestação

de um conjunto mais amplo de adversidades que se retroalimentam ao longo do desenvolvimento.

Antes da apresentação da análise bivariada, cabe diferenciar medidas de frequência e de associação na interpretação dos resultados deste estudo. As frequências indicam onde a coocorrência foi numericamente mais observada na amostra, enquanto as razões de prevalência, apresentadas a seguir, expressam a magnitude da associação entre cada fator investigado e o desfecho, em comparação à categoria de referência.

Conforme apresentado na Tabela 4, entre os fatores individuais analisados, destacaram-se como principais associados à coocorrência entre trabalho infantil e *bullying* a maior faixa etária e o uso de drogas. No âmbito territorial, residir em determinadas zonas urbanas de Manaus mostrou-se relacionado a maior probabilidade do desfecho quando comparado à área rural. Além disso, indicadores de fragilidade no percurso escolar, como expulsão e repetência, também apresentaram associações positivas significativas.

Tabela 4. Associação entre a coocorrência de trabalho infantil e *bullying* e os fatores individuais dos adolescentes, Manaus, Amazonas, Brasil – 2024

Variáveis	RP (IC95%)
Faixa etária	
12 a 13	1,00
14 a 15	2,98 (2,55 – 3,47)
16 a 17	5,42 (4,71 – 6,25)
Gênero	
Mulheres (cis+trans)	1,00
Homens (cis+trans)	1,15 (1,05-1,27)
Não-binário/sem inf cis+trans	2,10 (1,65-2,67)
Raça/cor	
Outras	1,00
Preta/Parda	1,03 (0,93-1,15)
Comorbidade	
Não	1,00
Sim	0,81 (0,65-1,01)
Zona de residência	
Rural	1,00
Centro-oeste/Oeste	6,77 (5,03-9,10)
Centro-sul/Sul	4,06 (3,16-5,22)
Leste	2,74 (2,12-3,54)
Norte	6,89 (5,32-8,91)
Nacionalidade	
Brasileira	1,00
Outros	1,20 (0,97-1,47)
Naturalidade	
Manaus	1,00
Outros municípios	1,27 (1,15-1,41)
Frequência escolar	
1 a 4	1,00
5 ou mais	1,31 (1,10-1,56)
Repetiu de série	
Não	1,00
Sim	1,99 (1,77-2,23)
Expulso de escola	

Não	1,00
Sim	1,71 (1,26-2,31)
Tipo de moradia	
Própria	1,00
Outros	1,50 (1,37-1,65)
Usa/usou álcool	
Não	1,00
Sim	1,75 (1,58-1,94)
Usa/usou drogas	
Não	1,00
Sim	4,82 (3,64-6,38)

Nota: (cis+trans) inclui adolescentes que se identificaram como pessoas cisgênero e transgênero.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Os resultados da Tabela 4 indicam que a faixa etária de 16 a 17 anos apresentou a maior força de associação com a coocorrência entre trabalho infantil e *bullying*, sugerindo que a vulnerabilidade tende a se intensificar na adolescência tardia. Esse achado é coerente com a literatura do desenvolvimento, segundo a qual o avanço da idade amplia a autonomia, a exposição a contextos extrafamiliares e a participação em atividades produtivas, aumentando simultaneamente o risco de envolvimento em situações de violência e exploração. Duell e Steinberg (2019) destacam que, nesse período, a maior sensibilidade a recompensas sociais e a busca por independência podem levar os adolescentes a ambientes mais arriscados, sobretudo quando combinadas a contextos socioeconômicos desfavoráveis. Além disso, estudos nacionais apontam que adolescentes mais velhos apresentam maior probabilidade de inserção precoce no trabalho e maior exposição a conflitos interpessoais no ambiente escolar (Stochero *et al.*, 2021).

O uso de drogas também se mostrou fortemente associado à coocorrência, indicando que comportamentos de risco tendem a se agrupar e a retroalimentar trajetórias de vulnerabilidade. Nessa perspectiva, Abrão, Diniz e Migliorini (2025) apontam que o consumo de substâncias na adolescência não ocorre de forma isolada, estando articulado a condições sociais e familiares desfavoráveis, o que amplia a exposição a outras situações de risco e agravos ao desenvolvimento.

A forte associação observada com a zona de residência evidencia a relevância dos determinantes territoriais na produção das experiências adversas. A maior probabilidade de coocorrência em determinadas zonas urbanas de Manaus sugere que desigualdades urbanas, precariedade socioeconômica e fragilidade das redes de proteção influenciam diretamente a exposição dos adolescentes à violência e à exploração laboral. Estudos sobre violência juvenil no Brasil demonstram que áreas urbanas com maior vulnerabilidade social concentram maiores índices de vitimização e comportamentos de risco entre jovens (Aiquoc *et al.*, 2025). No contexto amazônico, Freitas, Oliveira e Sá (2025) destacam que a insuficiência de políticas públicas e a desigualdade territorial contribuem para a manutenção de ciclos de violência contra crianças e

adolescentes, afetando especialmente aqueles residentes em regiões periféricas.

Por sua vez, as associações positivas com repetência escolar, expulsão e condições habitacionais indicam a presença de um processo de exclusão educacional progressiva. A literatura aponta que dificuldades escolares tanto podem resultar de experiências adversas quanto intensificá-las, criando um ciclo de vulnerabilidade que compromete oportunidades futuras. Souza e Gonçalves (2022) destacam que o *bullying*, enquanto prática recorrente de violência no ambiente escolar, gera desmotivação, sofrimento emocional e afastamento das atividades acadêmicas, afetando diretamente o desenvolvimento escolar e podendo levar à evasão, ao baixo rendimento e à ruptura dos vínculos com a escola. Dessa forma, a coocorrência entre trabalho infantil e *bullying* deve ser interpretada como parte de um conjunto interdependente de fatores individuais, escolares e territoriais, exigindo intervenções integradas que articulem educação, proteção social e prevenção da violência.

Conforme apresentado na Tabela 5, fatores sociofamiliares exerceram influência relevante na coocorrência entre trabalho infantil e *bullying*. Destacaram-se a baixa escolaridade do responsável, especialmente quando restrita ao ensino fundamental, além da convivência com pessoas que fazem uso de álcool ou drogas. A condição de ter namorado(a) também se mostrou associada ao desfecho, evidenciando que aspectos familiares e relacionais podem contribuir para a sobreposição dessas vulnerabilidades.

Tabela 5. Associação entre a coocorrência de trabalho infantil e *bullying* e da estrutura familiar dos adolescentes, Manaus, Amazonas, Brasil – 2024

Variáveis	RP (IC95%)
Qtde de pessoas que mora	
1 a 4	1,00
5 ou mais	1,14 (1,04-1,24)
Responsável pela família	
Pai/padrasto	1,00
Mãe/madrasta	1,01 (0,92-1,12)
Outros	1,13 (0,99-1,28)
Faixa etária do responsável	
Idoso	1,00
Adulto	1,38 (1,12-1,71)
Responsável pelo sustento trabalha	
Sim	1,00
Não	1,35 (1,20-1,52)
Escolaridade do responsável	
Superior	1,00
Não estudou/não sabe dizer	1,09 (0,92-1,29)
Fundamental	2,88 (2,46-3,36)
Médio	1,52 (1,31-1,75)
Bolsa ou auxílio	
Sim	1,00
Não	1,37 (1,04-1,24)
Reside com pessoas que usam álcool ou drogas	
Não	1,00

Sim	2,39 (2,14-2,66)
Reside com pessoas que foram ou estejam presas	
Não	1,00
Sim	1,46 (1,27-1,67)
Tem namorado(a)	
Não	1,00
Sim	1,93 (1,74-2,14)

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Os resultados evidenciam que fatores sociofamiliares exercem influência significativa na coocorrência entre trabalho infantil e *bullying*, especialmente a baixa escolaridade do responsável e a convivência com situações de vulnerabilidade no ambiente doméstico. A maior associação observada entre adolescentes cujos responsáveis possuem apenas ensino fundamental sugere que o capital educacional familiar constitui importante determinante das condições de desenvolvimento e proteção social. Conforme Oliveira *et al.* (2025), o trabalho infantil está diretamente associado a contextos de vulnerabilidade socioeconômica, dinâmicas familiares fragilizadas e baixa escolaridade dos responsáveis, fatores que favorecem a inserção precoce do adolescente em atividades laborais e ampliam a exposição a outras experiências adversas, como violência, *bullying* e prejuízos no desenvolvimento educacional e psicossocial.

A convivência com pessoas que fazem uso de álcool ou outras drogas também se mostrou fortemente associada à coocorrência, indicando a presença de um ambiente familiar potencialmente instável e estressor. Abrão, Diniz e Migliorini (2025) apontam que contextos familiares disfuncionais e marcados por adversidades estão associados a prejuízos na regulação emocional, nas relações interpessoais e no comportamento adaptativo, podendo repercutir em múltiplos domínios da vida do jovem.

Além disso, o fato de ter namorado(a) configurar-se como fator associado pode refletir a ampliação das interações sociais e afetivas próprias da adolescência tardia, período em que os jovens passam a circular em espaços mais diversos e a assumir papéis sociais mais complexos. Em contextos de vulnerabilidade, essas relações podem ocorrer concomitantemente à maior exposição a pressões econômicas, conflitos e situações de risco, contribuindo para a sobreposição de experiências adversas. Assim, os achados reforçam a compreensão de que a coocorrência entre trabalho infantil e *bullying* está intimamente relacionada às condições sociofamiliares, exigindo estratégias de intervenção que considerem não apenas o indivíduo, mas também o ambiente familiar e social em que está inserido.

Conforme apresentado na Tabela 6, a coocorrência investigada mostrou-se fortemente associada a todas as demais formas de violência analisadas. Entre os fatores de maior magnitude, destacaram-se a violência coletiva e o abuso emocional. Também se observaram associações

relevantes com negligência emocional e abuso sexual, evidenciando que a simultaneidade entre trabalho infantil e *bullying* ocorre em um contexto ampliado de múltiplas adversidades.

Tabela 6. Associação entre a coocorrência de trabalho infantil e *bullying* e outras experiências adversas vivenciadas pelos adolescentes, Manaus, Amazonas, Brasil – 2024

Variáveis	RP (IC95%)
Abuso emocional	
Não	1,00
Sim	3,00 (2,74 – 3,30)
Negligência emocional	
Não	1,00
Sim	2,71 (2,42 – 3,03)
Abuso físico	
Não	1,00
Sim	2,19 (2,00 – 2,39)
Abuso sexual	
Não	1,00
Sim	2,48 (2,26 – 2,71)
Violência coletiva	
Não	1,00
Sim	3,09 (2,81 – 3,39)
Violência comunitária	
Não	1,00
Sim	1,66 (1,49 – 1,84)

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Os resultados da Tabela 6 demonstram que a coocorrência entre trabalho infantil e *bullying* está fortemente associada à exposição prévia a outras formas de violência, especialmente violência coletiva e abuso emocional, indicando a presença de um contexto de adversidade múltipla e persistente. Esse padrão sugere que tais fenômenos não ocorrem de forma isolada, mas integram um continuum de vulnerabilidades que tendem a se reforçar ao longo do desenvolvimento. Estudos sobre experiências adversas na infância e adolescência evidenciam que a exposição à violência comunitária e coletiva amplia significativamente o risco de vitimização em outros contextos, incluindo o ambiente escolar, além de aumentar a probabilidade de inserção precoce em atividades laborais como estratégia de sobrevivência familiar (Freitas; Oliveira; Sá, 2025).

A elevada magnitude das associações com abuso emocional e negligência emocional reforça o papel das relações familiares na produção das vulnerabilidades observadas. Evidências indicam que maus-tratos psicológicos e negligência comprometem a formação da autoestima, o sentimento de segurança e a capacidade de regulação emocional, fatores essenciais para o desenvolvimento saudável e para a construção de vínculos sociais protetivos. Santos *et al.* (2024) demonstram que adolescentes expostos a adversidades emocionais apresentam maior probabilidade de dificuldades socioemocionais, comportamentos de risco e envolvimento em

situações de violência, corroborando a forte associação identificada neste estudo entre essas experiências e a coocorrência investigada.

As associações observadas com abuso físico e sexual evidenciam a gravidade do contexto de violência ao qual esses adolescentes estão expostos, indicando um padrão de vitimização cumulativa. Wanzinack e Mélo (2025) apontam que a violência interpessoal contra crianças e adolescentes no Brasil apresenta caráter multifatorial e recorrente, frequentemente ocorrendo de forma simultânea e reiterada em diferentes contextos, o que intensifica os danos ao desenvolvimento físico, emocional e social e reforça a exposição contínua a situações de vulnerabilidade.

Os achados reforçam a compreensão de que a simultaneidade entre trabalho infantil e *bullying* deve ser interpretada como expressão de um contexto mais amplo de múltiplas adversidades, exigindo intervenções integradas que articulem proteção social, saúde e educação.

4.4 Conclusão

Este estudo investigou a coocorrência entre trabalho infantil e *bullying* entre adolescentes escolares de Manaus, Amazonas, compreendendo essa simultaneidade como uma experiência adversa relevante no desenvolvimento. Os resultados evidenciaram elevada ocorrência desses fenômenos, indicando que parcela expressiva dos estudantes vivencia simultaneamente duas formas de violência e violação de direitos.

A análise dos fatores associados mostrou que essa coocorrência se distribui de forma desigual, concentrando-se entre adolescentes mais velhos e residentes em contextos socialmente vulneráveis. No ambiente escolar, a associação com repetência e expulsão sugere repercussões no percurso educacional, indicando que a exposição simultânea ao trabalho precoce e ao *bullying* pode fragilizar o vínculo com a escola, comprometer o desempenho acadêmico e aumentar o risco de evasão.

Também foram observadas associações com comportamentos de risco, como consumo de álcool e uso de drogas, além de outras experiências adversas, como violência coletiva, abuso emocional, negligência emocional e abuso sexual, reforçando o caráter cumulativo das vulnerabilidades na adolescência e seus impactos no desenvolvimento psicossocial.

Os achados evidenciam que trabalho infantil e *bullying* estão fortemente relacionados às desigualdades sociais presentes no contexto amazônico, demandando respostas articuladas entre educação, assistência social e proteção de direitos. Nesse sentido, escolas e redes intersetoriais assumem papel estratégico na identificação precoce, prevenção das violências, permanência

escolar e promoção de ambientes seguros e inclusivos. Assim, se recomenda o fortalecimento de programas de prevenção ao *bullying*, busca ativa da evasão, apoio psicossocial e estratégias de permanência escolar em territórios vulneráveis.

Entre as limitações do estudo, destacam-se o delineamento transversal, que não permite estabelecer causalidade, o uso de informações autorreferidas e a possível subnotificação do trabalho infantil. Além disso, foram incluídos apenas adolescentes escolarizados, não contemplando jovens fora da escola, possivelmente expostos a maior vulnerabilidade. Apesar dessas limitações, os resultados fornecem evidências relevantes sobre a inter-relação entre trabalho infantil e *bullying* e podem subsidiar futuras pesquisas, bem como políticas e intervenções voltadas à proteção integral de crianças e adolescentes.

4.5 Referências

ABRÃO, Letícia Carneiro; DINIZ, Rafael; MIGLIORINI, Silvia Regina Ott. O. Fatores de risco e de proteção psicossociais em relação ao uso e abuso de drogas na adolescência: uma revisão integrativa. **Revista Foco**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. e7928, 2025. DOI: 10.54751/revistafoco.v18n3-020. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/7928>. Acesso em: 4 mai. 2026.

AIQUOC, Kezaun Miranda; SOUZA, Talita Araújo de; MEDEIROS, Arthur de Almeida; BARBOSA, Isabele Ribeiro. Experiências de violência sofridas por adolescentes brasileiros segundo raça/cor da pele: uma análise multinível. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 10, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320253010.15302025>. Acesso em: 27 fev. 2026.

BRASIL. **Consequências do Trabalho Infantil – Os acidentes registrados nos Sistemas de Informação em Saúde**. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Ministério da Saúde. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos Governo Federal. Brasília, 2020a.

CORRÊA, Stéfany Caetano; DE OLIVEIRA, Nathália França; BEZERRA, Sandrina Souza. A contribuição da enfermagem no enfrentamento do trabalho infantil. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 13, n. 2, p. e1317-e1317, 2024.

DUELL, Natasha; STEINBERG, Laurence. Positive risk taking in adolescence. **Child development perspectives**, v. 13, n. 1, p. 48-52, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1111/cdep.12310>

FREITAS, Cristiany Monserra Barata da Costa; OLIVEIRA, Nathália França de; SÁ, Emerson Victor Hugo Costa de. O abuso sexual como experiência adversa na adolescência: os desafios da escola no enfrentamento da violência no Amazonas. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRGS**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2317-8558.146219>. Acesso em: 27 fev. 2026.

GREGORY, Anne; SKIBA, Russell J.; Noguera, Pedro A. The achievement gap and the discipline gap: two sides of the same coin? **Educational Researcher**, v. 39, n. 1, p. 59-68, 2010. DOI: 10.3102/0013189X09357621.

Haidt, Jonathan. **A geração ansiosa: como a infância hiperconectada está causando uma epidemia de transtornos mentais**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

JUSTINO, Neila Fernandes; GOMES, Rebecca Nascimento da Silveira; CARMINATTI, Micheli; BARROS, Luís Felipe Moraes; GUERRA, Júlia Maria López; RODRIGUES, Jefferson Carlos Tolentino; LOPES, Juliana de Fatima da Conceição Veríssimo; ANJOS, Jalmes Silva Pereira dos. Determinantes sociais da saúde: impactos no desenvolvimento de crianças e adolescente em situações de risco. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 1927–1942, 2025. DOI: 10.51891/rease.v11i2.18210. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/18210>. Acesso em: 27 fev. 2026.

MANCILHA, Grasiella Bueno; COVIC, Amalia Neide. Cuidado em saúde ao adolescente em vulnerabilidade ao uso de drogas. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 140, e8516, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2358-289820241408516P>. Acesso em: 4 mai. 2026.

OLIVEIRA, Nathália França de; SÁ, Emerson Victor Hugo Costa de; RABELO, Regiane da Silva; SOUZA, Kellen Farias de; LOMBARDI, Tommaso; PEREIRA, João Carlos Coelho. O trabalho infantil como experiência adversa na adolescência: um estudo com adolescentes de uma associação beneficente. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, [S. l.], v. 14, n. 6, p. e2375, 2025. DOI: 10.23900/2359-1552v14n6-45-2025. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/2375>. Acesso em: 4 mai. 2026.

OLWEUS, D. **Bullying at school: what we know and what we can do**. Oxford: Blackwell, 1993.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório sobre a violência e a saúde**. Genebra: OMS, 2021.

SANTOS, Pâmela Virgínia dos; KOMATSU, André Vilela; BUOSO, Fernanda Papa; ALARCÓN-BAÑARES, Paula Andrea; BAZON, Marina Rezende. Adolescência, experiências adversas e competências socioemocionais: diferenças de gênero. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 35, e2024c0806BR, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2023-0077BR>. Acesso em: 27 fev. 2026.

SENA, Michel Canuto de; SILVA, Fernando Moreira Freitas da; BASTOS, Paulo Roberto Haidamus de Oliveira. Mediação e *bullying* escolar: um desafio na tutela dos direitos da criança e do adolescente. **Revista Videre**, [S. l.], v. 14, n. 29, p. 234–248, 2022. DOI: 10.30612/videre.v14i19.14650. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/videre/article/view/14650>. Acesso em: 23 jan. 2026.

SOUZA, Valdelice Cruz da Silva; GONCALVES, Josiane Peres. Gordofobia, *bullying* e violência na escola: um estudo em representações sociais com pré-adolescentes. **Eccos Rev. Cient.**, São Paulo, n. 60, e18893, jan. 2022. DOI: <https://doi.org/10.5585/eccos.n60.18893>

STEINBERG, Laurence. **Adolescence**. 12. ed. New York: McGraw-Hill Education, 2019.

STOCHERO, A. M. *et al.* Consequências do *bullying* no desenvolvimento mental de adolescentes brasileiros. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 100-112, 2021.

STOCHERO, Luciane; MORAES, Claudia Leite; MARQUES, Emanuele Souza; SANTOS, Erika Barbosa dos; PACHECO, Deylaine Lourenço; REICHENHEIM, Michael Eduardo; TAQUETTE, Stella Regina. Prevalência e coocorrência de experiências adversas na infância: um inquérito de base escolar no município do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 9, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021269.07412020>. Acesso em: 27 fev. 2026.

UNESCO. **Violência escolar e *bullying*: relatório sobre a situação mundial**. Brasília: UNESCO no Brasil, 2019. 54 p. ISBN 978-85-7652-237-0.

WANZINACK, Clovis; MÉLO, Tainá Ribas. Unraveling the reality of interpersonal violence against children and adolescents in Brazil: a systematic review. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, e00145924, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311XEN145924>. Acesso em: 4 mai. 2026.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo investigou a coocorrência entre trabalho infantil e *bullying* entre adolescentes escolares de Manaus, Amazonas, compreendendo essa simultaneidade como uma experiência adversa relevante no desenvolvimento. Os resultados mostraram elevada magnitude desses fenômenos, com prevalência de *bullying* de 60,3% e de trabalho infantil de 41,7%, além de uma coocorrência de 27,4%. Esses dados indicam que mais de um quarto dos estudantes vivencia simultaneamente duas formas de violência e violação de direitos, revelando um contexto de múltiplas vulnerabilidades sociais e psicossociais.

A análise dos fatores associados mostrou que essa coocorrência se distribui de forma desigual entre os adolescentes, sendo mais frequente entre aqueles com idades mais avançadas, especialmente entre 16 e 17 anos, e entre estudantes residentes em áreas urbanas socialmente mais vulneráveis. No contexto escolar, a associação com repetência e expulsão sugere possíveis impactos dessas experiências no percurso educacional, indicando que a exposição simultânea ao trabalho precoce e ao *bullying* pode fragilizar o vínculo com a escola e comprometer o desempenho acadêmico.

Também foram observadas associações com comportamentos de risco, como consumo de álcool e uso de drogas, o que sugere que essas experiências estão inseridas em contextos mais amplos de vulnerabilidade social e comportamental. Além disso, a forte associação com outras experiências adversas — como violência coletiva, abuso emocional, negligência emocional e abuso sexual — reforça a natureza cumulativa das adversidades na infância e adolescência. A presença simultânea de diferentes formas de violência, como observado neste estudo, pode intensificar impactos negativos sobre o desenvolvimento psicossocial dos adolescentes.

Sob a perspectiva da saúde coletiva, os achados contribuem para ampliar a compreensão do trabalho infantil e do *bullying* como fenômenos socialmente determinados e interligados às desigualdades estruturais presentes no contexto amazônico. Ao evidenciar a coexistência dessas experiências em uma parcela expressiva da população adolescente escolar, o estudo reforça a necessidade de abordagens que considerem, de forma integrada, os determinantes individuais, familiares, escolares e territoriais.

No campo das políticas públicas, os resultados apontam para a importância de fortalecer estratégias intersetoriais de prevenção e enfrentamento dessas formas de violência. A articulação entre educação, saúde e assistência social é fundamental para a identificação precoce de situações de vulnerabilidade e para a construção de redes de proteção voltadas ao desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes. Nesse processo, a escola assume papel central, tanto na

identificação de situações de risco quanto na promoção de ambientes de convivência mais seguros e inclusivos.

Além disso, torna-se essencial investir em políticas estruturais voltadas à redução das desigualdades sociais, à proteção social das famílias e à erradicação do trabalho infantil, garantindo condições mais equitativas para o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Por fim, algumas limitações devem ser consideradas. O delineamento transversal do estudo não permite estabelecer relações de causalidade entre as variáveis analisadas. Além disso, o uso de informações autorreferidas pode estar sujeito a vieses de memória e de relato, especialmente em temas sensíveis como violência e trabalho infantil. Também é possível que tenha ocorrido subnotificação do trabalho infantil, considerando seu caráter social e legal. Outro ponto a ser destacado é que o estudo incluiu apenas adolescentes escolarizados, não contemplando aqueles fora da escola, que podem apresentar níveis ainda maiores de vulnerabilidade.

Apesar dessas limitações, os resultados oferecem evidências relevantes sobre a inter-relação entre trabalho infantil e *bullying* e contribuem para orientar futuras pesquisas e ações voltadas à proteção integral de crianças e adolescentes.

Dessa forma, conclui-se que a coocorrência entre trabalho infantil e *bullying* expressa múltiplas desigualdades e formas de violência que atravessam a vida de adolescentes em contextos socialmente vulneráveis. O enfrentamento dessas problemáticas exige estratégias integradas e sustentáveis, capazes de promover ambientes familiares, escolares e comunitários mais seguros, equitativos e favoráveis ao desenvolvimento pleno da juventude.

Nesse sentido, a permanência desses fenômenos revela falhas do Estado no cumprimento de seu dever constitucional de garantir direitos fundamentais, como educação, saúde, proteção social e segurança. A coexistência do trabalho infantil e do *bullying* expõe a fragilidade das ações intersetoriais de prevenção e enfrentamento das violências, indicando a necessidade de maior compromisso estatal na formulação e implementação de políticas efetivas que rompam com os ciclos de vulnerabilidade e exclusão social que atingem adolescentes em contextos de maior desproteção.

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, L. C.; DINIZ, R.; MIGLIORINI, S. R. O. Fatores de risco e de proteção psicossociais em relação ao uso e abuso de drogas na adolescência: uma revisão integrativa. **Revista Foco**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. e7928, 2025. DOI: 10.54751/revistafoco.v18n3-020. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/7928>. Acesso em: 4 mai. 2026.
- AIQUOC, K. M.; SOUZA, T. A.; MEDEIROS, A. A.; BARBOSA, I. R. Experiências de violência sofridas por adolescentes brasileiros segundo raça/cor da pele: uma análise multinível. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 10, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320253010.15302025>. Acesso em: 27 fev. 2026.
- ALMEIDA, F. J. P. **A associação entre experiências adversas na infância e transtorno de personalidade borderline**. 2025. Projeto de monografia (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2025.
- ALVES, P. B. *et al.* Atividades cotidianas de crianças em situação de rua. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 18, n. 3, p. 305-414, 2002.
- ANDRADE, A. G. de; VIANA, A. P. de; PEREIRA, A. C. As adversidades no desenvolvimento de crianças e adolescentes: desafios para a saúde pública. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 56, n. 4, p. 104-115, 2022.
- BRASIL, Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Consequências do Trabalho Infantil – Os acidentes registrados nos Sistemas de Informação em Saúde**. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Ministério da Saúde. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos Governo Federal. Brasília, 2020a.
- BRASIL. **Decreto no 6.481, de 12 de junho de 2008**. Regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo no 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto no 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências. 2008.
- BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil (Marco Civil da Internet). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 abr. 2014.
- BRASIL. **Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*) em todo o território nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 2015.
- BRASIL. **Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017**. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 abr. 2017.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. **Manual de Perguntas e Respostas sobre Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador.** Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Inspeção do Trabalho. Brasília, 2023b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar: 2019.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Trabalho infantil: diretrizes para atenção integral à saúde de crianças e adolescentes economicamente ativos** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2005. Disponível em:
https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/trabalho_crianças_adolescentes_economicamente_ativos.pdf. Acesso em: 23 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. **Cadernos de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador: Atenção Integral à saúde de Crianças e Adolescentes em situação de trabalho [recurso eletrônico]** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. – Brasília: Ministério da Saúde, 2023a.

CABRAL, J. V. B.; MENDONÇA, D. E. M.; RODRIGUES, F. K. S. Violência na infância e adolescência: uma discussão necessária. **Holos**, v. 1, p. 1–12, 2021.

CAMPOS, T. N.; DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. Sobre (vivendo) nas ruas: habilidades sociais e valores de crianças e adolescentes. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 517-527, 2000.

CARMARGO, W. J. O desenvolvimento do cérebro social na fase da adolescência: subdivisões do córtex frontal e suas implicações no comportamento adolescente. **Revista Eletrônica Polidisciplinar Voos**, [S. l.], v. 21, n. 2, 2025. Disponível em:
<https://www.revistavoos.com.br/index.php/sistema/article/view/314>. Acesso em: 27 fev. 2026.

CARVALHO, R. S. Desenvolvimento cognitivo e emocional dos adolescentes frente às adversidades. **Psicologia e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 58-70, 2023.

CERQUEIRA, D.R.C., LIMA, R.S., BUENO, S., NEME, C.; FERREIRA, H.; COELHO, D. *et al.* **Atlas da violência** [Internet]. Rio de Janeiro: IPEA; 2018. Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf. Acesso em: 15 jan. 2026.

CORRÊA, S. C.; OLIVEIRA, N. F.; BEZERRA, S. S. A contribuição da enfermagem no

enfrentamento do trabalho infantil. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 13, n. 2, p. e1317–e1317, 2024.

CRUZ, M. N. A.; ASSUNÇÃO, A. Á. Estrutura e organização do trabalho infantil em situação de rua em Belo Horizonte, MG, Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 17, p. 131–142, 2008.

CUNHA, R. P. M. Efeitos da exposição à violência na educação escolar. 2022. 71 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

DUELL, N.; STEINBERG, L. Positive risk taking in adolescence. **Child Development Perspectives**, v. 13, n. 1, p. 48–52, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1111/cdep.12310>

FARIAS, R. L.; BALICA, H. L. L.; SILVA, M. A. M.; COSTA, M. A. S.; DIAS, M. A. S. Fatores determinantes e estratégias de enfrentamento à violência autoprovocada em adolescentes. **SANARE - Revista de Políticas Públicas**, [S. l.], v. 23, n. 01, 2024. DOI: 10.36925/sanare.v23i01.1741. Disponível em: <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1741>. Acesso em: 23 jan. 2026.

FERREIRA, A. P.; GONÇALVES, R. F. O *bullying* no contexto escolar: definições, fatores e intervenções. **Revista de Educação e Psicologia**, v. 12, n. 3, p. 87-98, 2020.

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. Ministério Público do Trabalho. **O Trabalho Infantil Doméstico no Brasil: análises estatísticas**. Brasília, outubro de FNPETI, 2022.

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. **Trabalho Infantil e Trabalho Infantil Doméstico no Brasil**. Brasília, DF, Brasil. FNPETI, 2015. Disponível em https://fnpeti.org.br/media/publicacoes/arquivo/Trabalho_Infantil_e_Trabalho_Infantil_Domestico_no_Brasil_2012_-_2013.pdf Acesso em 12 de setembro de 2024,

FREITAS, C. M. B. C.; OLIVEIRA, N. F.; SÁ, E. V. H. C. O abuso sexual como experiência adversa na adolescência: os desafios da escola no enfrentamento da violência no Amazonas. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRGS**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2317-8558.146219>. Acesso em: 27 fev. 2026.

GONZÁLEZ, A.; JÚRI, M. M. M. Habilidades sociais e sua relação com outras variáveis da fase da adolescência: uma revisão sistemática. **Revista Ibero-Americana de Psicologia: Ciência e Tecnologia**, v. 15, n. 1, p. 113–123, 2022.

GREGORY, A.; SKIBA, R. J.; NOGUERA, P. A. The achievement gap and the discipline gap: two sides of the same coin? **Educational Researcher**, v. 39, n. 1, p. 59–68, 2010. DOI: 10.3102/0013189X09357621.

Haidt, J. **A geração ansiosa: como a infância hiperconectada está causando uma epidemia de transtornos mentais**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama. Manaus**: IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/manaus/panorama>. Acesso em: 28 ago. 2024.

JUSTINO, N. F.; GOMES, R. N. S.; CARMINATTI, M.; BARROS, L. F. M.; GUERRA, J. M. L.; RODRIGUES, J. C. T.; LOPES, J. F. C. V.; ANJOS, J. S. P. Determinantes sociais da saúde: impactos no desenvolvimento de crianças e adolescente em situações de risco. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 1927–1942, 2025. DOI: 10.51891/rease.v11i2.18210. Disponível em:

<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/18210>. Acesso em: 27 fev. 2026.

KRUG, E. G. *et al.* (Ed.). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002.

MALTA, D. C. *et al.* **Bullying** entre adolescentes brasileiros: evidências das Pesquisas Nacionais de Saúde do Escolar, Brasil, 2015 e 2019. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 30, p. e3679, 2022.

MANCILHA, G. B.; COVIC, A. N. Cuidado em saúde ao adolescente em vulnerabilidade ao uso de drogas. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 140, e8516, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2358-289820241408516P>. Acesso em: 4 mai. 2026.

MEIRELLES, Z. V.; SILVA, C. **Redes de apoio à saúde da mulher adolescente/jovem vítima de violência. Violência contra a mulher adolescente/Jovem**. Rio de Janeiro: EdUERJ; p. 141-149, 2007.

MELO, L. C. B. de; SANTA, R. F. da S. D.; LEONARDO, N. S. T.; LEAL, Z. F. de R. G. O conceito de crise na adolescência segundo a psicologia histórico cultural. **Brazilian Journal of Health Review**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. e67764, 2024. DOI: 10.34119/bjhrv7n2-015. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/67764>. Acesso em: 23 jan. 2026.

MENEZES, D. M. A.; BRASIL, K. C. T. Dimensões psíquicas e sociais da criança e do adolescente em situação de rua. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 327-344, 1998.

MORAES, B. R.; WEINMANN, A. O. Notas sobre a história da adolescência. **Estilos Clínicos: Revista sobre Infância com Problemas**. São Paulo, v. 25, n. 2, p. 280–296, 2020.

OLIVEIRA, E.; LUIZ, O. C.; COUTO, M. T. Adolescentes, áreas de pobreza, violência e saúde pública: um enfoque interseccional. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 75, p. e20190685, 2022.

OLIVEIRA, N. F. *et al.* O trabalho infantil como experiência adversa na adolescência: um estudo com adolescentes de uma associação beneficente. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 14, n. 6, p. e2375–e2375, 2025.

OLIVEIRA, N. F.; SÁ, E. V. H. C.; RABELO, R. S.; SOUZA, K. F.; LOMBARDI, T.; PEREIRA, J. C. C. O trabalho infantil como experiência adversa na adolescência: um estudo com adolescentes de uma associação beneficente. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, [S. l.], v. 14, n. 6, p. e2375, 2025. DOI: 10.23900/2359-1552v14n6-45-2025. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/2375>. Acesso em: 4 mai. 2026.

OLIVEIRA, N.; COSTA, E. Identificação e notificação de trabalho infantil na Estratégia Saúde da Família. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v. 11, 2024.

OLIVEIRA, P. C. *et al.* “Sobrevivendo”: vulnerabilidade social vivenciada por adolescentes em uma periferia urbana. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 24, p. e190813, 2020.

OLWEUS, D. ***Bullying at school: what we know and what we can do.*** Oxford: Blackwell, 1993.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório sobre a violência e a saúde.** Genebra: OMS, 2021.

PACÍFICO, A.B; BACIL, E.D.A.; PIOLA, T.S; SILVA, M.P; FORTANA, F; CAMPOS, J.G; AVELAR, A; CAMPOS, W. Praticar *bullying* está associado com comportamento de risco à saúde e qualidade de vida em adolescentes. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.30, n.3, p.1-12, 2025.

PEREIRA, F. G.; VIANA, M. C. Instrumentos mais utilizados na avaliação da exposição a experiências adversas na infância: uma revisão da literatura. **Saúde em Debate**, v. 45, n. 129, p. 501–513, 2021a.

PEREIRA, M. F.; VIANA, A. P. de. Prevalência de *bullying* e outras experiências adversas na adolescência. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 3, p. 30-45, 2021b.

PESCE, R. Violência familiar e comportamento agressivo e transgressor na infância : uma revisão da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.14, n.2, p.507–518, 2009.
<https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000200019>

SANTOS, P. V. Experiências adversas e desenvolvimento de competências socioemocionais de adolescentes em contexto de vulnerabilidade social: análise por gênero e raça. 2023. Dissertação (Mestrado em Psicologia – Área de concentração: Psicologia em Saúde e Desenvolvimento) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2023. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marina Rezende Bazon. Coorientador: Prof. Dr. André Vilela Komatsu.

SANTOS, P. V.; KOMATSU, A. V.; BUOSO, F. P.; ALARCÓN-BAÑARES, P. A.; BAZON, M. R. Adolescência, experiências adversas e competências socioemocionais: diferenças de gênero. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 35, e2024c0806BR, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2023-0077BR>. Acesso em: 27 fev. 2026.

SENA, M. C.; SILVA, F. M. F.; BASTOS, P. R. H. O. Mediação e *bullying* escolar: um desafio na tutela dos direitos da criança e do adolescente. **Revista Videre**, [S. l.], v. 14, n. 29, p. 234–248, 2022. DOI: 10.30612/videre.v14i19.14650. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/videre/article/view/14650>. Acesso em: 23 jan. 2026.

SILVA, A. S. *et al.* Crianças em situação de rua de Porto Alegre: um estudo descritivo. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 441-447, 1998.

SILVA, R. A.; SANTOS, L. M. Comportamento agressivo entre pares no ambiente escolar: desafios e perspectivas. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 25, n. 2, p. 101-110, 2021.

SILVEIRA, V. S.; CAVALCANTE, L. I. C.; REIS, D. C. Adolescentes autores de agressão sexual: percepções sobre infância, adolescência e violência. **Revista Subjetividades**, [S. l.], v. 24, n. 3, p. 1–14, 2024. DOI: 10.5020/23590777.rs.v24i3.e14096. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/14096>. Acesso em: 27 fev. 2026.

SOUSA N. K. M de; MAZZA V. de A.; KHALAF D. K; LAPIERRE J.; PIOSIADLO L.C.M. Políticas públicas de enfrentamento ao trabalho infantil: desafios para atenção integral em saúde e intersetorialidade. **Physis** [Internet]. 2023;33:e33006.

SOUZA, L. **Vitimização, agressão e níveis de cortisol em adolescentes**. 68 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Neurociências, Porto Alegre, 2022.

SOUZA, V. C. S.; GONCALVES, J. P. Gordofobia, *bullying* e violência na escola: um estudo em representações sociais com pré-adolescentes. **Eccos Revista Científica**, São Paulo, n. 60, e18893, jan. 2022. DOI: <https://doi.org/10.5585/eccos.n60.18893>.

STEINBERG, L. **Adolescence**. 12. ed. New York: McGraw-Hill Education, 2019.

STOCHERO, A. M. *et al.* Consequências do *bullying* no desenvolvimento mental de adolescentes brasileiros. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 100-112, 2021.

STOCHERO, L.; MORAES, C. L.; MARQUES, E. S.; SANTOS, E. B.; PACHECO, D. L.; REICHENHEIM, M. E.; TAQUETTE, S. R. Prevalência e coocorrência de experiências adversas na infância: um inquérito de base escolar no município do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 9, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021269.07412020>. Acesso em: 27 fev. 2026.

UNESCO. **Violência escolar e bullying: relatório sobre a situação mundial**. Brasília: UNESCO no Brasil, 2019. 54 p. ISBN 978-85-7652-237-0.

UNICEF. INTERNATIONAL LABOUR OFFICE; UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND. **Child Labour: Global estimates 2020, trends and the road forward, ILO and UNICEF, New York**. Genebra: ILO, 2021.

VIEIRA, T. P.; CARVALHO, R. S. *Cyberbullying* e o impacto da violência digital em adolescentes brasileiros. **Revista Brasileira de Educação**, v. 45, n. 4, p. 98-112, 2022.

WANZINACK, C. *et al.* Perfil dos casos de violência interpessoal e/ou autoprovocada em crianças e adolescentes de 0 a 19 anos no município de Matinhos, estado do Paraná, entre 2010 a 2018. **Divers@!**, v. 15, n. 1, p. 3–22, 2022.

WANZINACK, C.; MÉLO, T. R. Unraveling the reality of interpersonal violence against children and adolescents in Brazil: a systematic review. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, e00145924, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311XEN145924>. Acesso em: 4 mai. 2026.

XIMENES, J. M. **Experiências Adversas na Infância como preditoras de Sintomas Depressivos, Ansiosos e de Estresse em jovens adultos**. 2021. 130 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Psicologia e Políticas Públicas) - Campus Sobral, Universidade Federal do Ceará, Sobral, 2021.

ANEXOS

ANEXO A – Lista de escolas sorteadas

Nome	Zona	Nº Entrevistados
Escola Estadual Eliana Socorro Pacheco Braga	Norte	25
Escola Estadual Homero de Miranda Leão	Norte	35
Escola Estadual Professor Octávio Mourão	Norte	35
Escola Estadual Antogildo Pascoal Viana	Norte	7
Escola Estadual Professor Dorval Varela Moura	Norte	9
Escola Estadual Júlio César de Moraes Passos	Norte	7
Escola Estadual Leopoldo Neves	Sul	16
Escola Estadual Dorval Porto	Sul	15
Escola Estadual Farias de Brito	Sul	15
Escola Estadual Antônio Lucena Bittencourt	Sul	2
Escola Estadual Senador Cunha Melo	Sul	38
Escola Estadual Senador Antovila	Sul	13
Escola Estadual Professora Diana Pinheiro	Sul	19
Escola Estadual Gilberto Mestrinho	Leste	16
Escola Estadual Antônio Nunes Jimenez	Leste	16
Escola Estadual Padre Luis Ruas	Leste	3
Escola Estadual Manoel Antônio de Souza	Leste	28
Escola Estadual Professor Cleomenes do C. Chaves	Leste	15
Escola Estadual Marechal Hermes	Oeste	14
Escola Estadual Agnelo Bittencourt	Oeste	12
Escola Estadual Raimundo Gomes Nogueira	Centro-Oeste	16
Escola Estadual Profa. Adelaide Tavares de Macedo	Centro-Oeste	11
Escola Estadual Profa. Alda Barata	Centro-Sul	31
Escola Estadual Vicente Telles de Souza	Centro-Sul	18

ANEXO B – Termo de Autorização para a Coleta dos Dados na Escola



Termo de Autorização para a Coleta dos Dados na Escola

Eu, _____, declaro na qualidade de representante legal ou dirigente máximo da Escola Estadual _____,

estar de acordo com a execução da coleta de dados da pesquisa: “Experiência adversa na adolescência – um inquérito de base escolar sobre a ocorrência de trabalho infantil em Manaus, Amazonas”, sob a coordenação e responsabilidade da pesquisadora Profa. Dra. Nathália França de Oliveira e anuências da Secretaria de Educação e Desporto (SEDUC), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Amazonas (CEP/UEA).

Manaus, _____ de _____ de 2024.

Assinatura da direção ou
Representante legal da escola

Nathália França de Oliveira
Nathália França de Oliveira
Coordenadora da pesquisa

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:	
<p>Profa. Dra. Nathália França de Oliveira Coordenadora da pesquisa</p>	<p>Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Amazonas (CEP/UEA)</p>
<p>Universidade do Estado do Amazonas (ESA/UEA) Av. Carvalho Leal, 1777 – Cachoeirinha CEP 69065-001 Manaus/AM Tel.: (92) 98145-4408 E-mail: nfoliveira@uea.edu.br.</p>	<p>Universidade do Estado do Amazonas (ESA/UEA) Av. Carvalho Leal, 1777 – Cachoeirinha CEP 69065-001 Manaus/AM Telefone: 3878-4368 E-mail: cep@uea.edu.br.</p>

ANEXO C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Representante legal (12 a 17 anos)

Prezado (a) Sr. (a) _____,

Nós, pesquisadores, gostaríamos de convidar o(a) adolescente sob sua responsabilidade para participar do estudo “Experiência adversa na adolescência – um inquérito de base escolar sobre a ocorrência de trabalho infantil em Manaus, Amazonas”. Informamos que o(a) adolescente só irá participar com sua permissão. Na pesquisa, pretendemos estimar a prevalência de trabalho infantil como experiência adversa na adolescência; descrever o perfil de ocorrência do trabalho infantil entre adolescentes; e analisar a distribuição do trabalho infantil de acordo com características individuais, sociodemográficas, estrutura familiar e outras experiências adversas na adolescência. Gostaríamos muito de contar com o seu consentimento, mas você não é obrigado(a) a autorizar e não tem problema se desistir, pois a participação é voluntária e não envolverá gastos ou ganhos. Outros adolescentes participantes desta pesquisa têm de 12 a 17 anos de idade. A pesquisa será conduzida por um(a) pesquisador(a), no próprio ambiente escolar, em local reservado. Para isso será usado um questionário com perguntas sobre a escola, sobre o(a) adolescente, a família, trabalho e outras experiências na adolescência. A entrevista deve durar no máximo 20 minutos. O questionário é considerado seguro, mas é possível que durante o preenchimento, o(a) adolescente possa sentir a privacidade invadida; constrangimento; desconforto; vergonha; medo ou até mesmo cansaço ao responder às perguntas. Caso aconteça algo errado e o(a) adolescente tenha qualquer um dos sentimentos descritos acima, ele(a) contará com uma equipe multiprofissional composta por advogados, psicólogos, pedagogos, enfermeiros que o ajudarão diante de qualquer transtorno emocional ou psicológico, além disso ele(a) terá liberdade de não responder ou interromper a entrevista a qualquer momento e você poderá nos procurar pelos contatos que estão no final do texto. O seu consentimento e a participação do(a) adolescente é muito importante, pois por meio da identificação de ocorrência de trabalho infantil, conseguiremos garantir o acesso ao sistema de garantias de direito; possibilidade de inclusão nos programas de aprendizagem e formulação de políticas e ações para a erradicação do trabalho infantil em Manaus. As informações do(a) adolescente ficarão sob sigilo, ninguém saberá que ele(a) está participando da pesquisa; não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que ele(a) nos der, pois as informações serão coletadas e armazenadas, sem o nome ou qualquer outro tipo de identificação, em um serviço de armazenamento em nuvem com acesso restrito à coordenadora da pesquisa. As informações fornecidas serão totalmente confidenciais, e analisadas em conjunto com as respostas dos outros adolescentes. É assegurado a você e ao adolescente o direito a pedir indenizações e a cobertura material para reparação a dano causado pela pesquisa. Asseguramos também a você e ao adolescente o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo, pelo tempo que for necessário. As situações de trabalho infantil identificadas receberão toda a atenção dos pesquisadores e elas serão conduzidas diligentemente para fins de garantias de direito do adolescente e de sua família. Os resultados da pesquisa serão publicados em revistas e eventos científicos, mas sem identificar dados pessoais, vídeos, imagens ou áudios dos adolescentes.

Consentimento Pós-Informado

Eu _____, responsável legal por _____, concordo com a sua participação na pesquisa “Experiência adversa na adolescência – um inquérito de base escolar sobre a ocorrência de trabalho infantil em Manaus, Amazonas”. Entendi as coisas ruins e boas que podem acontecer com ele(a). Entendi que posso dizer “sim” e concordar com a participação, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir. Os pesquisadores esclareceram minhas dúvidas e recebi uma cópia deste termo.

Manaus, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do responsável legal

Nathália França de Oliveira

Profa. Dra. Nathália França de Oliveira
Coordenadora da pesquisa

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:	
Profa. Dra. Nathália França de Oliveira Coordenadora da pesquisa	Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Amazonas (CEP/UEA)
Universidade do Estado do Amazonas (ESA/UEA) Av. Carvalho Leal, 1777 – Cachoeirinha CEP 69065-001 Manaus/AM Tel.: (92) 98145-4408 E-mail: nfoliveira@uea.edu.br.	Av. Carvalho Leal, 1777 – Cachoeirinha CEP 69065-001 Manaus/AM Telefone: 3878-4368 E-mail: cep@uea.edu.br.

ANEXO D - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido do Adolescentes (12 a 17 anos)

Prezado(a) aluno(a), _____

Nós, pesquisadores, convidamos você a participar do estudo "Experiência adversa na adolescência – um inquérito de base escolar sobre a ocorrência de trabalho infantil em Manaus, Amazonas". Seu pai/mãe ou responsável legal permitiu a sua participação. Pretendemos estimar a prevalência de trabalho infantil como experiência adversa na adolescência; descrever o perfil de ocorrência do trabalho infantil entre adolescentes; e analisar a distribuição do trabalho infantil de acordo com características individuais, sociodemográficas, estrutura familiar e outras experiências adversas na adolescência. Gostaríamos muito de contar com você, mas informamos que não é obrigado a participar e não tem problema se desistir. Sua participação é voluntária e não envolverá gastos ou ganhos. Outros adolescentes participantes desta pesquisa têm de 12 a 17 anos de idade. A pesquisa será conduzida por um(a) pesquisador(a), no próprio ambiente escolar, em local reservado. Será utilizado um questionário com perguntas sobre a escola, você, sua família, trabalho e outras experiências na adolescência. A entrevista deve durar cerca de 20 minutos. O questionário é considerado seguro, mas é possível que, durante o preenchimento, de alguma forma você sinta constrangimento, desconforto, vergonha, medo ou cansaço ao responder às perguntas. Caso aconteça algo de errado e você tenha algum dos sentimentos acima, poderá contar com uma equipe composta por advogados, psicólogos, pedagogos, enfermeiros e outros profissionais, que o ajudarão diante de qualquer transtorno emocional ou psicológico. Além disso, você terá liberdade para não responder ou para interromper a entrevista a qualquer momento, e seus pais ou responsáveis poderão nos procurar pelos contatos que estão no fim do texto. A sua participação é muito importante. Por meio da identificação de ocorrência de trabalho infantil, poderemos promover o acesso ao sistema de garantias de direito, além de possibilitar a inclusão nos programas de aprendizagem profissional e a formulação de políticas e ações para a erradicação do trabalho infantil em Manaus. As suas informações ficarão sob sigilo. Ninguém saberá que você está participando da pesquisa. Não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos suas informações. Os dados serão coletados e armazenados sem registro do seu nome ou qualquer outro tipo de identificação, em um serviço de armazenamento em nuvem, com acesso restrito à coordenadora da pesquisa. Totalmente confidenciais, as informações fornecidas serão analisadas em conjunto com as respostas dos demais participantes. É assegurado a você o direito de pedir indenizações e cobertura material para reparação a dano causado pela pesquisa. Também asseguramos o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos ou indiretos e imediatos ou tardios decorrentes da participação no estudo, pelo tempo que for necessário. As situações de trabalho infantil constatadas receberão toda a atenção dos pesquisadores e elas serão conduzidas diligentemente para fins de garantias de direito do adolescente e de sua família. Os resultados da pesquisa serão publicados em revistas e eventos científicos, sem identificação de dados pessoais, vídeos, imagens ou áudios dos adolescentes.

Consentimento Pós-Informado

Eu, _____, aceito participar da pesquisa "Experiência adversa na adolescência – um inquérito de base escolar sobre a ocorrência de trabalho infantil em Manaus, Amazonas". Entendi as coisas boas e ruins que podem acontecer. Entendi que posso dizer "sim" e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer "não" e desistir, e ninguém ficará com raiva ou chateado comigo. Os pesquisadores esclareceram minhas dúvidas e conversaram com meus pais ou responsáveis legais. Recebi uma cópia deste termo de assentimento, li e quero/concordo em participar da pesquisa.

Manaus, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do Adolescente

Nathália França de Oliveira

Profa. Dra. Nathália França de Oliveira
Coordenadora da pesquisa

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:	
Profa. Dra. Nathália França de Oliveira Coordenadora da pesquisa	Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Amazonas (CEP/UEA)
Universidade do Estado do Amazonas (ESA/UEA) Av. Carvalho Leal, 1777 – Cachoeirinha CEP 69065-001 Manaus/AM Tel.: (92) 98145-4408 E-mail: nfoliveira@uea.edu.br.	Universidade do Estado do Amazonas (ESA/UEA) Av. Carvalho Leal, 1777 – Cachoeirinha CEP 69065-001 Manaus/AM Telefone: 3878-4368 E-mail: cep@uea.edu.br.

[] Recusou. Motivo da recusa: _____

ANEXO E – Instrumento de Coleta de Dados

Para preenchimento da equipe de pesquisa:				
ID_QUEST (preenchimento do digitador)	Data da Coleta	Hora Início	Hora Fim	Entrevistador(a)
	___/___/2023	__:__	__:__	
Escola:				
Zona: 1 <input type="checkbox"/> Centro - Oeste 2 <input type="checkbox"/> Centro - Sul 3 <input type="checkbox"/> Leste 4 <input type="checkbox"/> Norte 5 <input type="checkbox"/> Oeste 6 <input type="checkbox"/> Sul				
Turma: 1 <input type="checkbox"/> 6º ano do Ensino Fundamental II 2 <input type="checkbox"/> 7º ano do Ensino Fundamental II 3 <input type="checkbox"/> 8º ano do Ensino Fundamental II 4 <input type="checkbox"/> 9º ano do Ensino Fundamental II 5 <input type="checkbox"/> 1º ano do Ensino Médio 6 <input type="checkbox"/> 2º ano do Ensino Médio 7 <input type="checkbox"/> 3º ano do Ensino Médio				
Turno: 1 <input type="checkbox"/> Matutino 2 <input type="checkbox"/> Vespertino				
A cooperação do(a) aluno(a) foi: 1 <input type="checkbox"/> Excelente 2 <input type="checkbox"/> Boa 3 <input type="checkbox"/> Razoável 4 <input type="checkbox"/> Fraca				
ENTREVISTADOR(A) – ATENÇÃO				
<ul style="list-style-type: none"> • Marque todos os itens abaixo com um (X) na opção escolhida pelo entrevistado(a); • Se o(a) entrevistado(a) quiser mudar a opção de resposta, assinale com uma seta a resposta verdadeira; • É relevante salientar o quanto a participação do(a) entrevistado(a) e respostas sinceras são importantes; • Lembre ao(a) entrevistado(a) que o questionário é anônimo e que todos os dados serão mantidos em sigilo; • Faça uma revisão cuidadosa com o(a) entrevistado(a) antes de finalizar o questionário; <p>Qualquer dúvida quanto ao entendimento da questão o(a) entrevistado(a) deve ser orientado a sanar com o(a) responsável pela realização da entrevista.</p>				
MÓDULO I – INFORMAÇÕES GERAIS				
<i>As próximas perguntas referem-se a você e a sua casa.</i>				
1. Qual é a sua idade? 1 <input type="checkbox"/> 12 anos 2 <input type="checkbox"/> 13 anos 3 <input type="checkbox"/> 14 anos 4 <input type="checkbox"/> 15 anos 5 <input type="checkbox"/> 16 anos 6 <input type="checkbox"/> 17 anos		2. Qual sua identidade de gênero? 1 <input type="checkbox"/> Mulher cisgênero (se identifica com o sexo que foi designado ao nascer) 2 <input type="checkbox"/> Homem cisgênero (se identifica com o sexo que lhe foi designado ao nascer) 3 <input type="checkbox"/> Mulher trans (se identifica com o gênero diferente da que lhe foi designada ao nascer) 4 <input type="checkbox"/> Homem trans (se identifica com o gênero diferente da que lhe foi designada ao nascer)		

<p>5 <input type="checkbox"/> Não-binário (não definem sua identidade dentro do sistema binário homem mulher)</p> <p>6 <input type="checkbox"/> Prefere não responder</p> <p>. Qual é a sua cor ou raça?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Branca</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Preta</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Amarela</p> <p>4 <input type="checkbox"/> Parda</p> <p>4. Você tem alguma doença que necessite tomar remédio todo dia?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim. Qual? _____</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Não</p> <p>5. Em qual bairro você mora?</p> <p>_____</p> <p>6. Você é brasileira/brasileiro?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Não. País de nascimento: _____</p> <p>7. Você nasceu em Manaus?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Não. Cidade de nascimento: _____</p> <p>8. Quantas vezes por semana você vem para a escola?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> 1</p> <p>2 <input type="checkbox"/> 2</p> <p>3 <input type="checkbox"/> 3</p> <p>4 <input type="checkbox"/> 4</p> <p>5 <input type="checkbox"/> 5</p> <p>6 <input type="checkbox"/> 6</p> <p>9. Você já repetiu de ano alguma vez?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim (<i>SIGA PARA A QUESTÃO 10</i>)</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Não (<i>PULE PARA A QUESTÃO 11</i>)</p>	<p>10. Por qual motivo reprovou? (Mais de uma opção pode ser marcada)</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Dificuldade de aprendizagem, brincadeiras, bagunça e desinteresse</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Doença</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Trabalho</p> <p>4 <input type="checkbox"/> Mudança de endereço</p> <p>5 <input type="checkbox"/> Outro motivo: _____</p> <p>11. Você já foi expulsa/expulso de alguma escola?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim. Por quê? _____</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Não</p> <p>12. Você mora em que tipo de residência?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Casa</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Apartamento</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Quitinete</p> <p>4 <input type="checkbox"/> Outro: _____</p> <p>13. Você saberia me dizer se a sua residência é?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Própria</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Alugada</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Cedida</p> <p>4 <input type="checkbox"/> Não sabe dizer</p> <p>14. Quantos cômodos tem a sua residência (incluindo banheiro e cozinha)?</p> <p>____ ____ cômodos</p> <p>15. Você toma ou já tomou bebidas alcoólicas?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Não</p> <p>16. Você usa ou já usou drogas?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Não</p>
--	---

MÓDULO II – ESTRUTURA FAMILIAR <i>As próximas perguntas referem-se a sua família.</i>	
<p>1. Atualmente, você mora com quantas pessoas (contando com você)? <input type="text"/> <input type="text"/> pessoas</p> <p>2. Quem mora com você? (Mais de uma opção pode ser marcada) 1 <input type="checkbox"/> Pai 2 <input type="checkbox"/> Mãe 3 <input type="checkbox"/> Padrasto 4 <input type="checkbox"/> Madrasta 5 <input type="checkbox"/> Avô 6 <input type="checkbox"/> Avó 7 <input type="checkbox"/> Tios 8 <input type="checkbox"/> Irmãos 9 <input type="checkbox"/> Outras pessoas: _____</p> <p>3. Quem é a/o principal responsável pelo sustento da sua família? (Marcar somente uma opção) 1 <input type="checkbox"/> Pai 2 <input type="checkbox"/> Mãe 3 <input type="checkbox"/> Padrasto 4 <input type="checkbox"/> Madrasta 5 <input type="checkbox"/> Avô 6 <input type="checkbox"/> Avó 7 <input type="checkbox"/> Tio 8 <input type="checkbox"/> Tia 9 <input type="checkbox"/> Irmão 10 <input type="checkbox"/> Irmã 11 <input type="checkbox"/> Outra pessoa: _____</p> <p>4. Qual é a idade da/do principal responsável pelo sustento da sua família? <input type="text"/> <input type="text"/> anos completos <input type="checkbox"/> Não sei informar</p> <p>5. A/o principal responsável pelo sustento da sua família trabalha? 1 <input type="checkbox"/> Sim. Com o quê? _____ 2 <input type="checkbox"/> Não</p> <p>6. Qual é a escolaridade da/do principal responsável pelo sustento da sua família? 1 <input type="checkbox"/> Não estudou 2 <input type="checkbox"/> Começou o ensino fundamental (ou 1º grau), mas não terminou 3 <input type="checkbox"/> Terminou o ensino fundamental (ou 1º grau) 4 <input type="checkbox"/> Começou o ensino médio (ou 2º grau), mas não terminou 5 <input type="checkbox"/> Terminou o ensino médio (ou 2º grau)</p>	<p>6 <input type="checkbox"/> Começou a faculdade (ensino superior), mas não terminou 7 <input type="checkbox"/> Terminou a faculdade (ensino superior, inclusive pós-graduação, mestrado e doutorado em curso ou terminado) 8 <input type="checkbox"/> Não sabe dizer</p> <p>7. Sua família recebe alguma bolsa ou auxílio do governo? (Mais de um SIM pode ser marcado) 1 <input type="checkbox"/> Sim. Bolsa família. 2 <input type="checkbox"/> Sim. Auxílio estadual. 3 <input type="checkbox"/> Sim. Outros: _____ 4 <input type="checkbox"/> Não 5 <input type="checkbox"/> Não sabe dizer</p> <p>8. Você mora com alguém que tem problemas com álcool ou que faz uso drogas? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não 3 <input type="checkbox"/> Não quero responder</p> <p>9. Você mora com alguém que tenha sido ou esteja preso? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não 3 <input type="checkbox"/> Não quero responder</p> <p>10. Você tem namorada ou namorado? 1 <input type="checkbox"/> Sim (SIGA PARA A QUESTÃO 11) 2 <input type="checkbox"/> Não (PULE PARA A QUESTÃO 12)</p> <p>11. Você vive com a sua namorada ou com o seu namorado? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não</p> <p>12. Você tem filhos? 1 <input type="checkbox"/> Sim (SIGA PARA A QUESTÃO 13) 2 <input type="checkbox"/> Não (PULE PARA O MÓDULO III)</p> <p>13. Que idade você tinha quando a/o sua/seu filha/o nasceu? <input type="text"/> <input type="text"/> anos <input type="checkbox"/> Não sabe dizer</p>

MÓDULO III – TRABALHO INFANTIL	
<i>As próximas perguntas referem-se a trabalho.</i>	
<p>1. Em poucas palavras, na sua opinião o que é trabalho infantil?</p> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>	<p>4 <input type="checkbox"/> Transporte</p> <p>5 <input type="checkbox"/> Moradia</p> <p>6 <input type="checkbox"/> Outras formas _____</p> <p>7 <input type="checkbox"/> Não ganhou nada</p> <p>8 <input type="checkbox"/> Não quero responder</p>
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content; margin: 0 auto;"> TRABALHO INFANTIL POR CONTA PRÓPRIA </div>	
<p>2. Você já esteve buscando trabalho?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim. Quando foi a última vez? _____</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Não</p>	<p>8. Você já administrou ou conduziu algum tipo de negócio, grande ou pequeno, para si ou com um ou mais parceiros? (Exemplos: vender produtos, criar itens para venda, vigilância de carros, cabeleireiro(a), diarista, moto taxista, trabalho nas ruas, barbeiro, engraxando sapato etc.)</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim (<i>SIGA PARA A QUESTÃO 9</i>)</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Não (<i>PULE PARA A QUESTÃO 11</i>)</p>
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content; margin: 0 auto;"> TRABALHO INFANTIL EM GERAL </div>	
<p>3. Você já trabalhou por pelo menos uma hora?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim (<i>SIGA PARA A QUESTÃO 4</i>)</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Não (<i>PULE PARA A QUESTÃO 8</i>)</p>	<p>9. Quando realizou essa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Nos dias em que não tinha escola</p> <p>2 <input type="checkbox"/> No horário antes da escola</p> <p>3 <input type="checkbox"/> No horário depois da escola</p> <p>4 <input type="checkbox"/> No horário da escola</p> <p>5 <input type="checkbox"/> Depois das 22h da noite</p> <p>6 <input type="checkbox"/> Não sabe dizer</p>
<p>4. Em que atividades? (Mais de uma opção pode ser marcada)</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Aprendiz</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Estagiário</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Outras: _____</p>	<p>10. O que você recebeu em troca para a realização dessa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Dinheiro</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Alimentos</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Roupas</p> <p>4 <input type="checkbox"/> Transporte</p> <p>5 <input type="checkbox"/> Moradia</p> <p>6 <input type="checkbox"/> Outras formas _____</p> <p>7 <input type="checkbox"/> Não ganhou nada</p> <p>8 <input type="checkbox"/> Não quero responder</p>
<p>5. Esse trabalho foi no último mês?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Não</p>	
<p>6. Quando realizou essa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Nos dias em que não tinha escola</p> <p>2 <input type="checkbox"/> No horário antes da escola</p> <p>3 <input type="checkbox"/> No horário depois da escola</p> <p>4 <input type="checkbox"/> No horário da escola</p> <p>5 <input type="checkbox"/> Depois das 22h da noite</p> <p>6 <input type="checkbox"/> Não sabe dizer</p>	
<p>7. O que você recebeu em troca para a realização dessa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Dinheiro</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Alimentos</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Roupas</p>	

**TRABALHO INFANTIL NOS NEGÓCIOS
DA FAMÍLIA**

11. Você já ajudou em algum tipo de negócio da família? (Exemplos: ajudar a vender itens, criar itens para venda ou troca, limpeza do local, no caixa etc.)

- 1 Sim (*SIGA PARA A QUESTÃO 12*)
2 Não (*PULE PARA A QUESTÃO 14*)

12. Quando realizou essa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Nos dias em que não tinha escola
2 No horário antes da escola
3 No horário depois da escola
4 No horário da escola
5 Depois das 22h da noite
6 Não sabe dizer

13. O que você recebeu em troca para a realização dessa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Dinheiro
2 Alimentos
3 Roupas
4 Transporte
5 Moradia
6 Outras formas _____
7 Não ganhou nada
8 Não quero responder

TRABALHO INFANTIL RURAL

14. Você já exerceu algum tipo de trabalho na roça, seja no sítio ou fazenda da família ou de outra pessoa ou ajudou a cultivar produtos agrícolas ou cuidar de animais do sítio ou fazenda da família ou de outra pessoa? (Exemplos: arar, colher, cuidar dos animais).

- 1 Sim (*SIGA PARA A QUESTÃO 15*)
2 Não (*PULE PARA A QUESTÃO 17*)

15. Quando realizou essa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Nos dias em que não tinha escola
2 No horário antes da escola
3 No horário depois da escola
4 No horário da escola
5 Depois das 22h da noite
6 Não sabe dizer

16. O que você recebeu em troca para a realização dessa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Dinheiro
2 Alimentos
3 Roupas
4 Transporte
5 Moradia
6 Outras formas _____
7 Não ganhou nada
8 Não quero responder

TRABALHO INFANTIL EM OBRAS

17. Você já trabalhou em obras ou em construção de casas, terrenos ou empresas ou na reforma de sua própria casa?

- 1 Sim (*SIGA PARA A QUESTÃO 18*)
2 Não (*PULE PARA A QUESTÃO 20*)

18. Quando realizou essa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Nos dias em que não tinha escola
2 No horário antes da escola
3 No horário depois da escola
4 No horário da escola
5 Depois das 22h da noite
6 Não sabe dizer

19. O que você recebeu em troca para a realização dessa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Dinheiro
2 Alimentos
3 Roupas
4 Transporte
5 Moradia
6 Outras formas _____
7 Não ganhou nada
8 Não quero responder

**TRABALHO INFANTIL NA
CAÇA/PESCA**

20. Você já teve que pescar ou caçar para venda ou para consumo da sua família?

- 1 Sim (*SIGA PARA A QUESTÃO 21*)
2 Não (*PULE PARA A QUESTÃO 23*)

<p>21. Quando realizou essa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Nos dias em que não tinha escola</p> <p>2 <input type="checkbox"/> No horário antes da escola</p> <p>3 <input type="checkbox"/> No horário depois da escola</p> <p>4 <input type="checkbox"/> No horário da escola</p> <p>5 <input type="checkbox"/> Depois das 22h da noite</p> <p>6 <input type="checkbox"/> Não sabe dizer</p>	<p>7 <input type="checkbox"/> Não ganhou nada</p> <p>8 <input type="checkbox"/> Não quero responder</p>
<p>22. O que você recebeu em troca para a realização dessa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Dinheiro</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Alimentos</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Roupas</p> <p>4 <input type="checkbox"/> Transporte</p> <p>5 <input type="checkbox"/> Moradia</p> <p>6 <input type="checkbox"/> Outras formas _____</p> <p>7 <input type="checkbox"/> Não ganhou nada</p> <p>8 <input type="checkbox"/> Não quero responder</p>	<p>TRABALHO INFANTIL COM CARGAS PESADAS</p>
<p>TRABALHO INFANTIL NA FABRICAÇÃO DE PRODUTOS</p>	<p>26. Você já trabalhou carregando itens pesados usando apenas o próprio corpo?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim. O que era?</p> <hr/> <p><i>(SIGA PARA A QUESTÃO 27)</i></p> <p>2 <input type="checkbox"/> Não <i>(PULE PARA A QUESTÃO 29)</i></p>
<p>23. Você já teve que fabricar algum produto para vender ou usar em casa? (Exemplos: roupas, móveis, artesanato, comida etc.)</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim <i>(SIGA PARA A QUESTÃO 24)</i></p> <p>2 <input type="checkbox"/> Não <i>(PULE PARA A QUESTÃO 26)</i></p>	<p>27. Quando realizou essa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Nos dias em que não tinha escola</p> <p>2 <input type="checkbox"/> No horário antes da escola</p> <p>3 <input type="checkbox"/> No horário depois da escola</p> <p>4 <input type="checkbox"/> No horário da escola</p> <p>5 <input type="checkbox"/> Depois das 22h da noite</p> <p>6 <input type="checkbox"/> Não sabe dizer</p>
<p>24. Quando realizou essa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Nos dias em que não tinha escola</p> <p>2 <input type="checkbox"/> No horário antes da escola</p> <p>3 <input type="checkbox"/> No horário depois da escola</p> <p>4 <input type="checkbox"/> No horário da escola</p> <p>5 <input type="checkbox"/> Depois das 22h da noite</p> <p>6 <input type="checkbox"/> Não sabe dizer</p>	<p>28. O que você recebeu em troca para a realização dessa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Dinheiro</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Alimentos</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Roupas</p> <p>4 <input type="checkbox"/> Transporte</p> <p>5 <input type="checkbox"/> Moradia</p> <p>6 <input type="checkbox"/> Outras formas _____</p> <p>7 <input type="checkbox"/> Não ganhou nada</p> <p>8 <input type="checkbox"/> Não quero responder</p>
<p>25. O que você recebeu em troca para a realização dessa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Dinheiro</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Alimentos</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Roupas</p> <p>4 <input type="checkbox"/> Transporte</p> <p>5 <input type="checkbox"/> Moradia</p> <p>6 <input type="checkbox"/> Outras formas _____</p>	

TRABALHO INFANTIL PREJUDICIAL À MORALIDADE

29. Você já vendeu ou ajudou a vender bebidas alcoólicas?

- 1 Sim (*SIGA PARA A QUESTÃO 30*)
2 Não (*PULE PARA A QUESTÃO 32*)

30. Quando realizou essa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Nos dias em que não tinha escola
2 No horário antes da escola
3 No horário depois da escola
4 No horário da escola
5 Depois das 22h da noite
6 Não sabe dizer

31. O que você recebeu em troca para a realização dessa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Dinheiro
2 Alimentos
3 Roupas
4 Transporte
5 Moradia
6 Outras formas _____
7 Não ganhou nada
8 Não quero responder

32. Você já trabalhou em boates, danceterias, casas noturnas ou motéis?

- 1 Sim (*SIGA PARA A QUESTÃO 33*)
2 Não (*PULE PARA A QUESTÃO 35*)

33. Quando realizou essa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Nos dias em que não tinha escola
2 No horário antes da escola
3 No horário depois da escola
4 No horário da escola
5 Depois das 22h da noite
6 Não sabe dizer

34. O que você recebeu em troca para a realização dessa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Dinheiro
2 Alimentos
3 Roupas
4 Transporte
5 Moradia
6 Outras formas _____
7 Não ganhou nada
8 Não quero responder

TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO

Agora queremos saber se você já teve que fazer essas tarefas na sua casa ou na casa de outras pessoas.

35. Você já teve que cozinhar ou servir a comida? (Mais de um SIM pode ser marcado)

- 1 Sim. Foi na minha própria residência (*SIGA PARA A QUESTÃO 36*)
2 Sim. Foi na residência de outras pessoas (*SIGA PARA A QUESTÃO 36*)
3 Não (*PULE PARA A QUESTÃO 38*)

36. Quando realizou essa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Nos dias em que não tinha escola
2 No horário antes da escola
3 No horário depois da escola
4 No horário da escola
5 Depois das 22h da noite
6 Não sabe dizer

37. O que você recebeu em troca para a realização dessa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Dinheiro
2 Alimentos
3 Roupas
4 Transporte
5 Moradia
6 Outras formas _____
7 Não ganhou nada
8 Não quero responder

<p>38. Você já teve que fazer compras? (Mais de um SIM pode ser marcado)</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim. Foi para a minha própria residência (SIGA PARA A QUESTÃO 39)</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Sim. Foi para a residência de outras pessoas (SIGA PARA A QUESTÃO 39)</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Não (PULE PARA A QUESTÃO 41)</p>	<p>2 <input type="checkbox"/> Alimentos</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Roupas</p> <p>4 <input type="checkbox"/> Transporte</p> <p>5 <input type="checkbox"/> Moradia</p> <p>6 <input type="checkbox"/> Outras formas _____</p> <p>7 <input type="checkbox"/> Não ganhou nada</p> <p>8 <input type="checkbox"/> Não quero responder</p>
<p>39. Quando realizou essa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Nos dias em que não tinha escola</p> <p>2 <input type="checkbox"/> No horário antes da escola</p> <p>3 <input type="checkbox"/> No horário depois da escola</p> <p>4 <input type="checkbox"/> No horário da escola</p> <p>5 <input type="checkbox"/> Depois das 22h da noite</p> <p>6 <input type="checkbox"/> Não sabe dizer</p>	<p>44. Você já teve que lavar roupa? (Mais de um SIM pode ser marcado)</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim. Foi na minha própria casa (SIGA PARA A QUESTÃO 45)</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Sim. Foi na residência de outras pessoas (SIGA PARA A QUESTÃO 45)</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Não (PULE PARA A QUESTÃO 47)</p>
<p>40. O que você recebeu em troca para a realização dessa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Dinheiro</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Alimentos</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Roupas</p> <p>4 <input type="checkbox"/> Transporte</p> <p>5 <input type="checkbox"/> Moradia</p> <p>6 <input type="checkbox"/> Outras formas _____</p> <p>7 <input type="checkbox"/> Não ganhou nada</p> <p>8 <input type="checkbox"/> Não quero responder</p>	<p>45. Quando realizou essa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Nos dias em que não tinha escola</p> <p>2 <input type="checkbox"/> No horário antes da escola</p> <p>3 <input type="checkbox"/> No horário depois da escola</p> <p>4 <input type="checkbox"/> No horário da escola</p> <p>5 <input type="checkbox"/> Depois das 22h da noite</p> <p>6 <input type="checkbox"/> Não sabe dizer</p>
<p>41. Você já teve que limpar uma residência? (Mais de um SIM pode ser marcado)</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim. Foi a minha própria residência (SIGA PARA A QUESTÃO 42)</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Sim. Foi a residência de outras pessoas (SIGA PARA A QUESTÃO 42)</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Não (PULE PARA A QUESTÃO 44)</p>	<p>46. O que você recebeu em troca para a realização dessa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Dinheiro</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Alimentos</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Roupas</p> <p>4 <input type="checkbox"/> Transporte</p> <p>5 <input type="checkbox"/> Moradia</p> <p>6 <input type="checkbox"/> Outras formas _____</p> <p>7 <input type="checkbox"/> Não ganhou nada</p> <p>8 <input type="checkbox"/> Não quero responder</p>
<p>42. Quando realizou essa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Nos dias em que não tinha escola</p> <p>2 <input type="checkbox"/> No horário antes da escola</p> <p>3 <input type="checkbox"/> No horário depois da escola</p> <p>4 <input type="checkbox"/> No horário da escola</p> <p>5 <input type="checkbox"/> Depois das 22h da noite</p> <p>6 <input type="checkbox"/> Não sabe dizer</p>	<p>47. Você já teve que fazer pequenos reparos? (Mais de uma opção pode ser marcada)</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim. Foi na minha própria residência (SIGA PARA A QUESTÃO 48)</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Sim. Foi na residência de outras pessoas (SIGA PARA A QUESTÃO 48)</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Não (PULE PARA A QUESTÃO 50)</p>
<p>43. O que você recebeu em troca para a realização dessa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Dinheiro</p>	<p>6 <input type="checkbox"/> Outras formas _____</p> <p>7 <input type="checkbox"/> Não ganhou nada</p> <p>8 <input type="checkbox"/> Não quero responder</p>

<p>48. Quando realizou essa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Nos dias em que não tinha escola 2 <input type="checkbox"/> No horário antes da escola 3 <input type="checkbox"/> No horário depois da escola 4 <input type="checkbox"/> No horário da escola 5 <input type="checkbox"/> Depois das 22h da noite 6 <input type="checkbox"/> Não sabe dizer</p> <p>49. O que você recebeu em troca para a realização dessa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Dinheiro 2 <input type="checkbox"/> Alimentos 3 <input type="checkbox"/> Roupas 4 <input type="checkbox"/> Transporte 5 <input type="checkbox"/> Moradia 6 <input type="checkbox"/> Outras formas _____ 7 <input type="checkbox"/> Não ganhou nada 8 <input type="checkbox"/> Não quero responder</p> <p>50. Você já teve que cuidar de crianças? (Mais de um SIM pode ser marcado)</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim. Foi na minha própria residência (<i>SIGA PARA A QUESTÃO 51</i>) 2 <input type="checkbox"/> Sim. Foi na residência de outras pessoas (<i>SIGA PARA A QUESTÃO 51</i>) 3 <input type="checkbox"/> Não (<i>PULE PARA A QUESTÃO 53</i>)</p> <p>51. Quando realizou essa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Nos dias em que não tinha escola 2 <input type="checkbox"/> No horário antes da escola 3 <input type="checkbox"/> No horário depois da escola 4 <input type="checkbox"/> No horário da escola 5 <input type="checkbox"/> Depois das 22h da noite 6 <input type="checkbox"/> Não sabe dizer</p> <p>52. O que você recebeu em troca para a realização dessa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Dinheiro 2 <input type="checkbox"/> Alimentos 3 <input type="checkbox"/> Roupas 4 <input type="checkbox"/> Transporte 5 <input type="checkbox"/> Moradia</p>	<p>53. Você já teve que cuidar de doentes ou idosos? (Mais de um SIM pode ser marcado)</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim. Foi na minha própria residência (<i>SIGA PARA A QUESTÃO 54</i>) 2 <input type="checkbox"/> Sim. Foi na residência de outras pessoas (<i>SIGA PARA A QUESTÃO 54</i>) 3 <input type="checkbox"/> Não (<i>PULE PARA A QUESTÃO 56</i>)</p> <p>54. Quando realizou essa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Nos dias em que não tinha escola 2 <input type="checkbox"/> No horário antes da escola 3 <input type="checkbox"/> No horário depois da escola 4 <input type="checkbox"/> No horário da escola 5 <input type="checkbox"/> Depois das 22h da noite 6 <input type="checkbox"/> Não sabe dizer</p> <p>55. O que você recebeu em troca para a realização dessa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Dinheiro 2 <input type="checkbox"/> Alimentos 3 <input type="checkbox"/> Roupas 4 <input type="checkbox"/> Transporte 5 <input type="checkbox"/> Moradia 6 <input type="checkbox"/> Outras formas _____ 7 <input type="checkbox"/> Não ganhou nada 8 <input type="checkbox"/> Não quero responder</p>
--	---

Aspectos amostrais para a seleção das escolas e alunos participantes da pesquisa*

As próximas perguntas podem ser um pouco delicadas, você pode ficar à vontade caso não queira responder, mas saiba que todas as informações aqui repassadas são sigilosas e não serão compartilhadas.

TRABALHO INFANTIL NO TRÁFICO DE DROGAS

56. Você já fez parte do tráfico de drogas?

1 Sim. Em qual atividade?

(SIGA PARA A QUESTÃO 57)

2 Não (PULE PARA A QUESTÃO 59)

57. Quando realizou essa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

1 Nos dias em que não tinha escola

2 No horário antes da escola

3 No horário depois da escola

4 No horário da escola

5 Depois das 22h da noite

6 Não sabe dizer

58. O que você recebeu em troca para a realização dessa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

1 Dinheiro

2 Alimentos

3 Roupas

4 Transporte

5 Moradia

6 Outras formas _____

7 Não ganhou nada

8 Não quero responder

EXPLORAÇÃO SEXUAL

59. Você já recebeu algo em troca de favores sexuais?

1 Sim (SIGA PARA A QUESTÃO 60)

2 Não (PULE PARA A QUESTÃO 62)

60. Quando realizou essa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

1 Nos dias em que não tinha escola

2 No horário antes da escola

3 No horário depois da escola

4 No horário da escola

5 Depois das 22h da noite

6 Não sabe dizer

61. O que você recebeu em troca para a realização dessa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

1 Dinheiro

2 Alimentos

3 Roupas

4 Transporte

5 Moradia

6 Outras formas _____

7 Não ganhou nada

8 Não quero responder

TRABALHO INFANTIL E PORNOGRAFIA

62. Você já participou ou atuou em alguma produção pornográfica (fotos, vídeos etc.)?

1 Sim (SIGA PARA A QUESTÃO 63)

2 Não (PULE PARA O MÓDULO IV)

63. Quando realizou essa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

1 Nos dias em que não tinha escola

2 No horário antes da escola

3 No horário depois da escola

4 No horário da escola

5 Depois das 22h da noite

6 Não sabe dizer

64. O que você recebeu em troca para a realização dessa atividade? (Mais de uma opção pode ser marcada)

1 Dinheiro

2 Alimentos

3 Roupas

4 Transporte

5 Moradia

6 Outras formas _____

7 Não ganhou nada

8 Não quero responder

MÓDULO IV – OUTRAS EXPERIÊNCIAS ADVERSAS NA ADOLESCÊNCIA

As próximas perguntas estão relacionadas a algumas situações que você pode ter ouvido ou vivenciado. São situações que podem ter acontecido com você, com os outros moradores da sua casa, ou próximo à sua casa, durante a sua vida. Você pode se sentir desconfortável com alguma pergunta, saiba que as suas respostas não serão compartilhadas. Essa entrevista é sigilosa.

VIOLÊNCIA INTERPESSOAL

alguém que mora na sua casa já gritou, berrou, xingou, insultou ou humilhou você?

- 1 Não. Nunca
 2 Sim. Uma única vez
 3 Sim. Poucas vezes
 4 Sim. Muitas vezes
 5 Não quero responder

2. Algum de seus pais ou responsáveis ou alguém que mora na sua casa já ameaçou abandonar ou expulsar você de casa, ou de fato fez isso?

- 1 Não. Nunca
 2 Sim. Uma única vez
 3 Sim. Poucas vezes
 4 Sim. Muitas vezes
 5 Não quero responder

3. Algum de seus pais ou responsáveis ou alguém que mora na sua casa já bateu, deu tapas, chutou, socou ou surrou você?

- 1 Não. Nunca
 2 Sim. Uma única vez
 3 Sim. Poucas vezes
 4 Sim. Muitas vezes
 5 Não quero responder

4. Alguém já tocou ou acariciou você de uma forma sem que você quisesse?

- 1 Não. Nunca
 2 Sim. Uma única vez
 3 Sim. Poucas vezes
 4 Sim. Muitas vezes
 5 Não quero responder

5. Alguém já fez com que você tocasse o corpo dele(a) de uma forma sem que você quisesse fazer isso?

- 1 Não. Nunca
 2 Sim. Uma única vez
 3 Sim. Poucas vezes

6. Alguém já tentou fazer sexo com você sem que você quisesse?

- 1 Não. Nunca
 2 Sim. Uma única vez
 3 Sim. Poucas vezes
 4 Sim. Muitas vezes
 5 Não quero responder

BULLYING

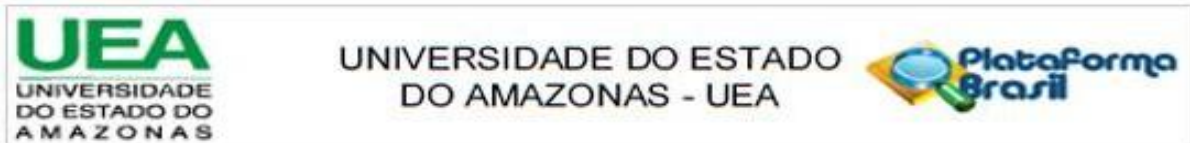
7. Você já sofreu bullying?

- 1 Sim. Uma única vez (*SIGA PARA A QUESTÃO 8*)
 2 Sim. Poucas vezes (*SIGA PARA A QUESTÃO 8*)
 3 Sim. Muitas vezes (*SIGA PARA A QUESTÃO 8*)
 4 Não. Nunca (*PULE PARA A QUESTÃO 9*)
 5 Não quero responder (*PULE PARA A QUESTÃO 9*)

8. Qual a forma de bullying você já sofreu? (Mais de uma opção pode ser marcada)

- 1 Me batiam, esbarravam em mim, era chutado(a), empurrado(a), ou trancado(a) em lugares fechados
 2 Debochavam de mim por causa da minha raça, nacionalidade ou cor da pele
 3 Debochavam de mim por causa da minha religião
 4 Debochavam de mim por meio de brincadeiras ou comentários de cunho sexual, ou gestos obscenos
 5 Era excluído(a) de atividades de propósito ou completamente ignorado(a)
 6 Debochavam de mim por causa da aparência do meu corpo ou do meu rosto
 7 Eu sofria alguma outra forma de bullying _____
 8 Não quero responder

ANEXO F – Aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade do Estado do Amazonas – UEA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Experiência adversa na adolescência - um inquérito de base escolar sobre a ocorrência de trabalho infantil em Manaus, Amazonas.

Pesquisador: Nathália França de Oliveira

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 60857522.9.0000.5016

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Patrocinador Principal: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.734.226

Apresentação do Projeto:

Título da Pesquisa: Experiência adversa na adolescência - um inquérito de base escolar sobre a ocorrência de trabalho infantil em Manaus, Amazonas.

Pesquisador: Nathália França de Oliveira

Área Temática: Ciências da Saúde

Versão:3

CAAE:60857522.9.0000.5016

Instituição Proponente: Universidade do Estado do Amazonas

Patrocinador Principal: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

Número do Parecer: 5.728.665

Número do Parecer Anterior: 5.689.356

Data do Parecer Anterior: 21/10/2022

Número de participantes: 661

DETALHAMENTO DO PROJETO:

As informações contidas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram obtidas do documento contendo as Informações Básicas da Pesquisa.

1. INTRODUÇÃO

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777
Bairro: chapada **CEP:** 69.050-030
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3878-4368 **Fax:** (92)3878-4368 **E-mail:** cep.uea@gmail.com



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO AMAZONAS - UEA



Continuação do Parecer: 5.734.226

meio da articulação com outros órgãos que poderão ser acionados por meio dos pesquisadores que compõem o FEPETI/AM. Os desdobramentos quanto às situações de trabalho infantil no envolvimento com o tráfico de drogas serão conduzidos pelos advogados e pesquisadores do estudo e em parceria com a clínica de direitos humanos da UEA. Os pesquisadores atuarão com fins de que os riscos de situações graves sejam mínimos para os participantes e familiares. No entanto, caso ocorram, o(a) aluno(a) terá liberdade para não responder ou para interromper a entrevista a qualquer momento. As informações serão coletadas e armazenadas, sem o nome do(a) estudante ou qualquer outra espécie de identificação, em um serviço de armazenamento em nuvem, com acesso restrito à coordenadora da pesquisa. As informações fornecidas serão totalmente confidenciais, e analisadas em conjunto com as respostas dos outros participantes.

Benefícios:

Apesar dos possíveis riscos apontados, ressalta-se que há benefícios da pesquisa a curto prazo. Tais vantagens compreendem a elaboração de um relatório técnico conclusivo, a ser encaminhado a componentes do Sistema de Garantias de Direito (SGD) de crianças e adolescentes, em especial o Ministério do Trabalho e Previdência e o Ministério Público do Trabalho, para subsidiar o processo de tomada de decisão dos respectivos órgãos. Além disso, a médio e longo prazo, por se tratar de uma pesquisa inédita, espera-se compreender e estimar melhor o agravo com a finalidade de contribuir com o planejamento de ações para a erradicação do trabalho infantil até 2025, conforme preconiza a meta 8.7 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma proposta de estudo transversal com abordagem quantitativa, com o objetivo investigar a ocorrência de trabalho infantil como experiência adversa em adolescentes escolares em Manaus, Amazonas. Os dados serão obtidos por entrevistas com adolescentes matriculados em escolas da rede pública de Manaus, com amostra estimada em 661 participantes. Os dados obtidos receberão tratamento apropriado para o desenho de estudo. O estudo é relevante para a área da saúde.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

vide campo Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Trata-se de um protocolo de pesquisa com seres humanos, o mesmo atende os preceitos da

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777

Bairro: chapada

CEP: 69.050-030

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3878-4368

Fax: (92)3878-4368

E-mail: oep.uea@gmail.com



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO AMAZONAS - UEA



Continuação do Parecer: 5.734.226

MANAUS, 01 de Novembro de 2022

Assinado por:
ELIELZA GUERREIRO MENEZES
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777

Bairro: chapada

CEP: 69.050-030

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3878-4368

Fax: (92)3878-4368

E-mail: cep.uea@gmail.com

ANEXO G – Anuência Institucional da Secretaria de Educação e Desporto (SEDUC)



OFÍCIO Nº 076/2022-GSEAP/SEDUC

Manaus, 23 de março de 2022.

À Senhora
NATHÁLIA FRANÇA DE OLIVEIRA
 Professora
 (92) 98145-4408 – nfoliveira@uea.edu.br

Assunto: Resposta ao Requerimento expedido em 11/03/2022.

Processo: nº 01.01.028101.007587.2022-35-SIGED/SEDUC.

Ref.: Projeto de Pesquisa - "Experiência adversa na adolescência-um inquérito de base escolar sobre a ocorrência de trabalho infantil em Manaus, AM".

Prezada Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, encaminho a Vossa Senhoria, em anexo, a carta de anuência assinada pela Excelentíssima Secretária de Estado de Educação e Desporto-SEDUC, para desenvolver o Projeto solicitado no requerimento em epígrafe.

Atenciosamente,

(Assinado digitalmente)

HELLEN CRISTINA SILVA MATUTE
 Secretária Executiva Adjunta Pedagógica

GSEAP/MS

Avenida Waldomiro Lustosa, 250. Japlim II
 Manaus-AM - CEP 69076-830

Folha: 92

Secretaria de
**Educação e
 Desporto**



ANEXO H – Comprovante de Submissão de Manuscrito à Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas

[Rev. Ensino] Agradecimento pela submissão



Selma Ellwein via Portal de Periódicos Científicos da Cogna naoreponde@pgsskroton.com por amazones.com para mim ▾

10:03 (há 1 hora) ☆ 😊 ↶ ⋮

Leidy Nara Andrade Soares Pereira,

Agradecemos a submissão do trabalho "Coocorrência de Trabalho Infantil e Bullying entre adolescentes escolares em Manaus, Amazonas" para a revista Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas.

Acompanhe o progresso da sua submissão por meio da interface de administração do sistema, disponível em:

URL da submissão: <https://revistaensinoeducacao.pgsscogna.com.br/ensino/authorDashboard/submission/15269>

Login: leidy_andrade300

Em caso de dúvidas, entre em contato via e-mail.

Agradecemos mais uma vez considerar nossa revista como meio de compartilhar seu trabalho.

Selma Ellwein

Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas _____